

A História Política do Brasil (1930-1946)

sob a ótica da imprensa gaúcha

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Curso de Pós-Graduação em História

*A História Política do Brasil (1930 -1946)
sob a ótica da imprensa gaúcha*

Tese apresentada ao curso de Pós-graduação
em História da Pontifícia Universidade
Católica do Rio Grande do Sul, como
requisito parcial à obtenção do grau de
Doutora em História.

Área de concentração: História das
Sociedades Ibéricas e Americanas

Orientador: Prof.Dr. Earle Diniz Macarthy Moreira

Derocina Alves Campos Sosa

Porto Alegre, março de 2005.

Agradecimentos

A Deus, porque sem ele nada seria possível;

Ao Prof. Dr. Earle Diniz Macarthy Moreira, pela orientação, pelo apoio, pela confiança e extrema paciência em disponibilizar seu imenso conhecimento e capacidade com meu trabalho;

Ao Prof. Dr. Francisco das Neves Alves, pela revisão criteriosa e pelo incentivo que somente se espera dos grandes amigos;

À minha mãe Neli, meu marido Marcelo e meu filho Marcelinho a quem eu dedico esse trabalho;

A ti meu pai que estás, com certeza, em algum lugar vendo o fim dessa caminhada;

Ao curso de Pós-graduação em História da PUCRS pela estrutura oferecida para a realização desse doutorado e a Capes pelo suporte financeiro que possibilitaram a realização desse trabalho;

À minha família e amigos por todas as palavras de perseverança.

*O povo pode fazer-se escravo. Pode ser injusto.
Pode cometer erros. Os líderes devem torná-lo
novamente livre; os governantes devem apontar as
suas injustiças; os doutrinadores devem corrigir
seus erros. Ao jornal cabe Evitar que o povo se
torne escravo, que o povo prestigie o crime, que o
povo cometa uma falta.*

Diário Popular, 27-8-

1944.

Sumário

Introdução	7
Capítulo I - Imprensa e História.....	13
1.1- Os discursos construídos pelos jornais.....	18
1.2- Os discursos manipulados nos jornais.....	25
1.3- As relações da imprensa escrita com o poder.....	33
1.4- A imprensa gaúcha e seus limites discursivos nas décadas de 1930 e 1940.....	38
Capítulo II – O cenário Político Nacional de 1930 a 1934: os posicionamentos da imprensa gaúcha.....	62
2.1- A Revolução de 1930, antecedentes históricos, os preparativos da Aliança Liberal e as repercussões na imprensa escrita.....	63
2.2- O Movimento Constitucionalista de 1932: os enfoques dados pelos jornais.....	80
2.3- O ano de 1933, as eleições constitucionais, os debates parlamentares.....	95
2.4- A Constituição de 1934, os embates políticos, a visão da Carta Constitucional que as imprensa gaúcha apresentava.....	102
Capítulo III - O projeto autoritário de governo: da Lei de Segurança Nacional de 1935 à implantação do golpe de 1937.....	108
3.1- A Lei de Segurança Nacional de janeiro de 1935 e os reflexos na imprensa.....	114
3.2- As marchas e contra-marchas do ano de 1936.....	125
3.3- O golpe de 1937 e a implantação do Estado Novo.....	135
Capítulo IV - Do Estado autoritário à Abertura Democrática: os caminhos que percorreu a imprensa gaúcha.....	158
4.1- Os acontecimentos externos que marcaram o período de 1937 a 1945 e a participação do Brasil na 2ª Guerra Mundial.....	158
4.2- As resistências externas ao autoritarismo de Vargas.....	170
4.3- Das apologias ao Estado Novo à oposição sistemática do regime.....	178
4.4- A abertura democrática do pós-45: A Constituição de 1946 e o coroamento democrático.....	179

Conclusão.....	186
Bibliografia.....	190
Outras Fontes de Pesquisa.....	202
Locais de Pesquisa.....	203

INTRODUÇÃO

O estudo que propomos a seguir visa identificar o estudo da imprensa escrita como fonte para a História, relacionando ambas e percebendo situações concretas de aproximação entre os objetos focados. O título, *A História Política do Brasil (1930-1946) sob a ótica da imprensa gaúcha* pretende relacionar a história política desse período com os vários enfoques que a imprensa escrita apresentava, de maneira que, a percepção se dê em torno do tipo de discursividade feita pelos jornais e de como esses discursos vão sendo gradativamente construídos.

A delimitação temporal foi feita tomando por base a continuação de uma caminhada por esse período, adquirida anteriormente quando da defesa de nossa dissertação de mestrado, que percorreu a década de 1930, expondo a questão central do federalismo versus a centralização política que se processava naquele momento. Outra questão que contribuiu para a escolha desse período foi a imposição de elementos que pretendemos trabalhar ao longo dessa tese como: *o poder, a manipulação de idéias, a construção dos discursos, a resistência subliminar da imprensa escrita*. Dessa forma, buscamos reconhecer pontos de contato entre aquilo que a imprensa escrita apresentava em suas páginas diárias e aquilo que se processava politicamente falando, no Brasil.

A escolha do enfoque deu-se em vista da já notória relevância da imprensa como fonte histórica. No entanto, aquilo que aparece escrito deve ser lido em dois tempos: um objetivo que interpreta o que está escrito efetivamente e outro subjetivo que precisa entender o

que não aparece escrito, mas é possível de identificar à luz do contexto histórico. Assim, o estudo da imprensa necessita o reconhecimento do que está em torno dela, já que ela está invariavelmente atrelada ao seu tempo histórico.

A história política encontra na imprensa escrita, um campo fértil de trabalho, visto que, ela pode ser identificada como fonte privilegiada em situações em que outras fontes não conseguem dar conta de responder satisfatoriamente aos questionamentos do investigador. Francisco das Neves Alves escreve que:

Em se tratando de pesquisas abordando a história política, o papel da imprensa avulta em importância, tendo em vista o caráter em geral lacônico que caracteriza muitos dos documentos oficiais no que tange às disputas e aos confrontos de natureza político-partidária. Nos jornais, ao contrário, esses conflitos encontram seu espaço de propagação, chegando o jornalismo a servir como elo de ligação ou agente de combate entre diferentes tendências político-ideológicas¹.

A leitura literal que muitas vezes se faz pode levar à determinadas armadilhas de interpretação. Por exemplo, jornais da época tratando da Lei de Segurança Nacional de janeiro de 1935, entendiam a lei como necessária ao país naquele momento, mas faziam ressalvas dos malefícios que podiam advir em função da aplicabilidade dessa mesma lei, especialmente no que tange ao cerceamento das liberdades da imprensa.

A imprensa, portanto, respaldou o governo para que aplicasse a lei, mas ao mesmo tempo lançou um alerta quanto aos resultados de suas imposições.

As possibilidades das interpretações tendenciosas também merecem atenção, visto que, o jornalismo utilizou, como ainda utiliza, expedientes que visavam driblar a censura para passar as suas mensagens.No período do Estado Novo (1937-1945) era comum a

¹ ALVES, Francisco das Neves. O discurso político-partidário sul-rio-grandense sob o prisma da imprensa rio-grandina (1868-1895). Rio Grande: Editora da FURG,2002. p.15.

utilização de referências a determinadas idéias, entre elas, a da democracia ser o regime ideal e, inferia mais adiante que o Brasil deveria atingir também esse ideal. No início dos textos parecia que a imprensa estava totalmente a favor do regime de exceção, mas o que já se vislumbrava era a resistência a esse regime.

O período analisado apresenta diferenças quanto ao desenvolvimento interno: de 1930 a 1934 temos o chamado período do governo provisório de Vargas marcado pela Revolução Constitucionalista de São Paulo(1932), assinalando o fim da Republica Velha e a emergência das camadas médias urbanas e da burocracia civil no seu interior; de 1934-1937, o período constitucional, em que houve o confronto das idéias democráticas e autoritárias no Brasil, culminando com um processo desencadeado desde 1930, que visava a centralização política no Brasil; de 1937-1942 em que houve a implantação do regime de exceção, abalado com a entrada do Brasil na 2ª guerra Mundial, quando se tornou insustentável a defesa do autoritarismo internamente,e quando o mundo capitalista fazia a apologia das idéias da democracia liberal; de 1942-1946 temos a progressiva oposição ao regime e a abertura democrática.

Nesses momentos todos, a imprensa escrita atuou de maneira ampla na construção e manipulação de discursos que eram absorvidos pelo público leitor da época.

Os jornais elencados para a pesquisa foram: *O Rio Grande* e *O Tempo* ambos de Rio Grande fundados no início do século XX e funcionavam como verdadeiros rivais dentro da cidade; *O Diário Popular* e o *Opinião Pública* de Pelotas que, funcionavam, a exemplo de Rio Grande, como jornais rivais que disputavam o público leitor; *Correio do Povo* e *Diário de Notícias* de Porto Alegre, o primeiro fundado ainda no século XIX com uma proposta de imparcialidade bem ao estilo das moderna empresas jornalísticas e o segundo, no século XX, com alguma presença crítica mais marcante; *Gazeta de Alegrete* fundado no século XIX voltado para os interesses econômicos da agro-pecuária e políticos da

Frente-Única; *A Razão*, de Santa Maria, que também defendia a agro-pecuária e os interesses políticos da Frente-Única; *Correio Rio-grandense* ou *Staffetta Rio-grandense*² fundado em Caxias do Sul no início do século XX e que acabou se transferindo para Garibaldi, retornando na década de 1950 a Caxias do Sul. Até a década de 1940 era ele escrito em língua italiana com o nome de *Staffetta Rio-grandense*, depois passou a se intitular *Correio Rio-grandense*. Optamos por fazer a transcrição dos textos por entender que seria mais preciso o contraponto entre os jornais. Todos os jornais pesquisados levaram em conta a localização das cidades no espaço sul-rio-grandense e a relevância do município em termos demográficos³, bem como a regularidade dos periódicos, dentro do recorte temporal proposto.

A pesquisa que desenvolvemos pretendeu fazer um estudo regionalizado da imprensa gaúcha, no período de 1930 a 1946, propondo o desenvolvimento da história política do Brasil, as variações e intensidades com que as notícias percorriam as páginas dos jornais, dentro de uma proposta de apresentação textual que considere a descontinuidade dos próprios jornais, como, por exemplo, lacunas entre um exemplar e outro ou ainda quando da adoção da censura que acabou interferindo na apresentação dos mesmos.

Para realizar esse trabalho pesquisamos na Biblioteca Rio-Grandense da cidade de Rio Grande, na Biblioteca Pública de Pelotas, na Biblioteca Pública de Porto Alegre, no Museu dos Capuchinhos em Caxias do Sul, no Solar dos Câmara em Porto Alegre, no Núcleo de Pesquisa em História do Rio Grande do Sul da UFRGS e no Museu de Comunicação

² O *Correio Rio-grandense* nasceu com esse nome na cidade de Caxias do Sul. Quando os padres capuchinhos assumiram o controle do jornal o levaram para Garibaldi onde passou a chamar-se *Staffetta Rio-grandense*. Era escrito em língua italiana e dirigia-se principalmente para as colônias. Na década de 1940 em função da política de nacionalização do Estado Novo, passou a ser escrito em língua portuguesa e na década seguinte retornou a Caxias do Sul onde circula até os dias atuais. Para efeito de preservação das denominações originais do jornal, utilizamos nesta tese o nome *Staffetta Rio-grandense* até 1942 e, para o período posterior, passamos a descrevê-lo como *Correio Rio-grandense*.

³ A escolha das cidades pautou-se pela localização geográfica, ou seja, as principais regiões do estado foram destacadas: o Litoral, a Campanha, a Serra e a Depressão Central. A inclusão da região das Missões ficou impossibilitada, tendo em vista a impossibilidade de acesso às fontes, a questão da densidade populacional destas comunidades foi outro elemento que contribuiu para a seleção dos jornais.

Social Hipólito José da Costa. Todos os locais disponibilizaram prontamente seu acervo para a pesquisa.

A divisão temática do trabalho obedeceu basicamente o critério da divisão temática da História do Brasil, pontuando os principais acontecimentos do período de 1930 a 1937. A divisão, portanto, ficou da seguinte forma:

Capítulo I – “Imprensa e História” estuda as relações entre a imprensa e a História dissentindo teoricamente a construção dos discursos e sua manipulação, como a imprensa escrita se relaciona com o poder e quais os limites discursivos que apresentava nas décadas de 1930 e 1940.

Capítulo II - “O Cenário político Nacional de 1930 a 1934” estuda as repercussões da Revolução de 1930 que a imprensa apontava; o movimento constitucionalista de 1932 e a maneira como aparece nos jornais; a Constituinte de 1933 e a Constituição de 1934, os embates que se processaram e a visão que os jornais tiveram de movimentos de esquerda como a ANL e de direita como a AIB.

Capítulo III – “O Projeto Autoritário de governo 1935-1937” nele analisamos como a questão da centralização política gestada desde 1930 acabou se confirmando a partir da decretação da Lei de Segurança Nacional de 1935. Enfocamos também o desenvolvimento político do ano de 1936 e de como o governo foi eliminando obstáculos para implantar um sistema político calcado no regime de exceção. O golpe de 1937 e a implantação do Estado Novo são destacados, salientando a maneira como os jornais se posicionavam diante dos acontecimentos e a forma como passam a se comportar depois disso.

No capítulo IV - “Do Estado Autoritário à Abertura Democrática” procuramos analisar a queda do regime de exceção e a maneira como o Brasil se encaminhava para a democracia liberal, destacando os acontecimentos externos que marcaram o Estado Novo e a participação do Brasil na 2ª Guerra Mundial. Observamos as resistências internas que se

processaram contra o autoritarismo de Vargas e a oposição sistemática feita ao regime principalmente depois de 1944, a abertura democrática do pós-45 e a Constituição de 1946, que descortinam o fim do Estado Novo e a presença forte do retorno da idéia de democracia liberal, ao estilo norte-americano.

As diferentes facetas que a imprensa oferece dos acontecimentos, nos permitem revê-la com outros olhos. A linguagem apresentada destina-se a uma época em que as idéias muitas vezes não têm a mesma relação com as idéias atuais. Exemplo disso é o tipo de representação lingüística que se fazia da palavra *ditador* na década de 1930, que era visto como um condutor necessário aos países em desordem. O termo adquiriu um caráter eminentemente pejorativo ao final da 2ª Guerra Mundial, quando todas as mazelas da Europa destruída foram mostradas ao mundo e a democracia liberal adquiriu novo impulso. A questão dos conceitos está implicitamente/explicitamente trabalhada, pois sua identificação nos permite redimensionar sua importância no espaço-tempo.

Capítulo I - Imprensa e História

Existem várias formas de relação da imprensa, no caso, imprensa escrita, com a história, percebendo-se nelas situações concretas, que remetem às especificidades reveladoras de sua ideologia⁴ e de seus contatos com o poder.

Analisar um texto jornalístico de períodos de exceção, demanda a necessidade de uma leitura que decodifique dois níveis discursivos, vias de regra presentes: um objetivo, outro subjetivo; o primeiro, fazendo o registro possível, permitido ou imposto e o segundo desvelando eventual resistência - subterrânea, sub-reptícia, às imposições do poder.

No âmbito deste trabalho, a imprensa em questão é a que se manifesta no jornalismo, impresso, e é entendida:

*não como um nível isolado da realidade social na qual se insere, mas que ela representa, fundamentalmente, um instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social, pensando ainda, como indicou Gramsci, que, muitas vezes as funções desempenhadas por um jornal, atuando como uma força dirigente ou orientadora, pode se equiparar, ou mesmo ultrapassar as funções desempenhadas pelos partidos políticos.*⁵

A imprensa escrita, aqui, servirá de fonte para a história política e suas implicações com outros campos do conhecimento. A história política tem sido resgatada ao longo dos últimos cinquenta anos e isso se deve em grande parte à história revisionista que

⁴ Ideologia entendida aqui como um sistema de idéias, de representações que domina o espírito de um homem ou até um grupo social. (ALTHUSSER, Louis. Aparelhos Ideológicos do Estado. Rio de Janeiro: Graal, 1992. p. 81).

⁵ CAPELATO, Maria Helena “Populismo na Imprensa: UH e NP” IN Populismo e Comunicação. José Marques de Melo (org). São Paulo: Cortez, 1981. P.118. Cf. FARO, J.S “A Comunicação Populista no Brasil: O DIP e a SECOM” IN Populismo e Comunicação. José Marques de Melo (org). São Paulo: Cortez, 1981, quando esclarece essa função da Imprensa ao analisar o Departamento de Imprensa e Propaganda no Brasil. Cf. GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organização da Cultura. São Paulo: círculo do livro, 1978, quando retrata o jornalismo e as suas funções.

não a reduz como fazia a história tradicional, segundo a qual a história política devia apenas representar o estudo da linearidade dos acontecimentos, da valorização dos mitos e dos heróis.

Essa visão revisionista abriu espaço, portanto, à compreensão da história política como algo integrado socialmente, necessitando de uma explicação mais completa dos outros elementos que compõem a sociedade como a economia e a cultura, por exemplo. Assim, a história política passou a ser vista como o espaço onde poder e política assumem o status de representações sociais em conexão com as práticas sociais, sendo que o estudo do político demanda o reconhecimento também de outras representações sociais como a memória ou memórias coletivas, as mentalidades, bem como outras práticas discursivas associadas ao poder⁶.

O estado, a política e o poder dessa forma, se inter-relacionam. Não existe estudo atual de história política que não parta de uma definição de poder e de uma análise desse fenômeno⁷.

Os jornais estão localizados na encruzilhada desses elementos: estado, política e poder, combinando-se com eles, ora endossando o discurso oficial⁸, ora opondo-se a ele.

O discurso jornalístico obedece, como já referendado anteriormente, às regras históricas e é o resultado de uma posição sócio-histórica, na qual os enunciadores se revelam substituíveis e o conteúdo apresentado está visceralmente ligado ao seu tempo. Dito de outra forma, os discursos construídos pelos jornais estão balizados pelo contexto em que foram criados⁹.

⁶ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal. 10ª ed. 1992.

⁷ BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora da UNB, 1997. p76-77.

⁸ Discurso é uma unidade do plano de conteúdo, é o nível do percurso gerativo de sentido, em que forma narrativas abstratas são revestidas por elementos concretos quando um discurso é manifestado por um plano de expressão qualquer, temos um texto. cf. FIORIN, José Luiz. *Elementos de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 1990. P.31

⁹ MAINGUENEAU, D. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Campinas, São Paulo: Pontes. Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1993. P.14.

Percebe-se, portanto, e isso norteia o desenvolvimento desta tese, que o jornalismo encontra-se, permanentemente, no ponto de encontro ou desencontro dos interesses de estado, das manipulações políticas e da luta pelo poder, ou seja, por vezes afina-se com os interesses do estado, em outras lhe faz oposição. Os posicionamentos assumidos pelos jornais implicam em correr riscos patrimoniais e pessoais, por vezes fatais.

É preciso, outrossim, levar em conta, especialmente no jornalismo opinativo¹⁰, a dimensão ideológica, nem sempre explícita, embora presente como ressalta Gouldner, quando registra que:

entre a posterior difusão de um movimento social e a anterior formulação de uma ideologia se produz a organização de um jornal. No período de consolidação da época burguesa, ele era freqüentemente instrumento dos partidos, e freqüentemente eram os partidos mobilizados pelos jornais, o partido moderno, que é a organização estável de quadros e a elite de um movimento social, é promovido pelo jornal¹¹

O uso de fonte jornalística como instrumento a ser utilizado em história política, conseqüentemente, não tem como deixar de levar em consideração o viés ideológico, presente ou na feitura do texto ou em sua leitura à época em que foi produzido. Isso conduz, inapelavelmente, à pesquisa não só das peças textuais em si, como do momento histórico em que foram produzidas e, dado o volume das mesmas, impõe-se ao pesquisador uma necessária e clara delimitação de cenários e tópicos envolvidos no processo.

Maria Helena Capelatto¹² tem ressaltado a permanência da força opinativa do jornalismo, ressaltando o fato de que “enquanto a gente não abrir espaço para partidos mais fortes, partidos ideológicos, mais enraizados, a imprensa vai continuar usurpando esse espaço

¹⁰ RÜDIGER, Francisco Ricardo. Tendências do Jornalismo. Porto Alegre. Editora da Universidade/UFRGS, 1993.

¹¹ GOULDNER, Alvin IN RÜDIGER, op cit, p29

¹² CAPELATTO, Maria Helena. “Imprensa, Uma Mercadoria Política” IN História e Perspectiva Revista da Universidade Federal de Uberlândia. MG, 1991. v.4.P.131

que pertence aos partidos”.¹³ Por outras palavras, é o que expressa muito claramente um dos mais importantes homens de imprensa do século passado, Assis Chateaubriand¹⁴, segundo o qual ela existia para conduzir a política, mais do que para dela participar. Aliás, o poder da imprensa, no sentido que aqui se lhe dá, esteve presente nas preocupações de todos os literatos e políticos desde o século XIX até o presente, quer por sua ação negativa - Balzac chega a escrever em *Ilusões Perdidas*¹⁵ que se ela não existisse seria preciso não inventá-la; Gandhi, em suas *Memórias*¹⁶, compara-a a uma torrente em fúria, que submerge as planícies e devasta as colheitas se o jornalista for irresponsável -, quer por sua ação positiva magistralmente expressa por Ruy Barbosa, ele mesmo uma simbiose de político e jornalista, em texto célebre - *A Imprensa e o Dever da Verdade* - publicado em 1920 na Bahia:

*A imprensa é a vista da nação. Por ela é que a nação acompanha o que lhe passa por perto e ao longe, enxerga o que lhe malfazem, devassa o que lhe ocultam e tramam, colhe o que sonegam ou roubam, percebe onde lhe alvejam ou nodoam, mede o que lhe cerceia ou destroem, vela pelo que lhe interessa, e se acautela do que a ameaça*¹⁷

O objetivo, portanto, de se fazer esse estudo está no reconhecimento da construção discursiva como pólo norteador, ou seja, é necessário que identifiquemos o tipo de linguagem associada ao discurso jornalístico e as formas como ela - a linguagem¹⁸ - atua na apresentação desse discurso. Aqui tratamos de construção discursiva, ao modo como os discursos vão

¹³ FRIAS, Otávio Frias. IN CAPELATO, 1991, op cit P.131

¹⁴ CHATEAUBRIAND, Assis. “O dançarino da corda bem esticada” IN CAPELATO, 1991. op cit,p.134

¹⁵ BALZAC, Honoré. *Ilusões Perdidas*, Rio de Janeiro, Ediouro, 1994

¹⁶ GANDHI, *Memórias*, Rio de Janeiro: Adersen, 1930.p.171. Gandhi complementa dizendo que: “uma pena sem controle serve somente para destruir, se o controle vem do exterior, o efeito é ainda mais nocivo que a falta de controle, só pode ser aproveitável se for exercido interiormente”.

¹⁷ BARBOSA, Ruy. *A Imprensa e o Dever da Verdade*, Rio de Janeiro: Simões, 1957.

¹⁸ A linguagem é, aqui entendida como um componente da comunicação que tem como finalidade última não apenas informar, mas persuadir o interlocutor a aceitar o que está sendo comunicado. Cf. FIORIN, op cit,p.52

sendo criados à luz do contexto histórico, não fazemos análise de discurso que demandaria conhecimentos no campo da lingüística e que fugiria à proposta da análise dos próprios jornais que dão ênfase aos aspectos políticos, ligações político-partidárias, relações com outros jornais e identificação do público-leitor.

O estudo da construção discursiva¹⁹ precisa dessa forma, levar em conta o tipo de linguagem apresentada no jornal de modo que possamos aproximar o mais objetivamente possível o texto de sua real significação.

A imprensa adquire assim a função de porta-voz da sociedade, e como os acontecimentos são captados no momento mesmo que ocorrem, identificam uma época. Ao historiador cabem os questionamentos às fontes para extrair um significado, retirando de sua linguagem os elementos capazes de representarem um determinado momento histórico.

Maria Helena Capelatto ainda reitera que os grandes jornais brasileiros se caracterizam pela veiculação de informações e também pelas articulações conspiratórias²⁰. A defesa e a oposição aos governos e aos governantes também são outro componente bastante explorado pela imprensa. Mesmo naquelas situações em que é cassado o direito de expressão, o discurso jornalístico encontra algumas formas mais sutis de se apresentar ao público leitor. O jornalista, ao expressar suas opiniões está canalizando os anseios da sociedade e o contexto da sua época.

A imprensa por ser uma instituição pública e privada atua nos dois campos, enquanto empresa que enfrenta cotidianamente a concorrência, tentando de todas as formas vender o seu produto, mas que por outro lado coloca no mercado uma mercadoria muito particular que é a mercadoria política, mesclando-se aí o público e o privado, os interesses dos

¹⁹ *Construção discursiva* é entendida na definição de Foucault, ou seja, é a capacidade de se reconhecer: “semelhantes sistemas de dispersão entre certo número de enunciados e uma regularidade do discurso entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos e as escolhas temáticas” cf. FOULCAULT, Michel. A arqueologia do saber. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p.43 e 66.

cidadãos e os do dono do jornal. As relações que se estabelecem, portanto, na esfera privada, não desaparecem na esfera pública.

A visão da imprensa como fiel refletora daquilo que está ocorrendo na sociedade, no entanto, justifica apenas um dos componentes dessa mesma imprensa. O outro é aquele ligado ao papel que a imprensa escrita vem desempenhando ao longo da História e mais precisamente da História do Brasil, ou seja, o de espaço privilegiado de exercício da política, como exposição de idéias ou ainda da política-partidária, responsável pela construção dos discursos.

1.1-Os discursos construídos pelos jornais

A identificação da construção discursiva apresentada pela imprensa escrita e na imprensa escrita é uma tarefa complexa. Demanda antes de tudo, o conhecimento do desenvolvimento dessa imprensa ao longo da História do Brasil, os vários momentos pelos quais ela passou até chegarmos ao jornalismo²¹ moderno que data sua criação do final do século XIX. Assim o jornalismo gaúcho conheceu duas grandes fases de desenvolvimento, como demonstra Rüdiger:

²⁰ Os jornais apresentam-se dessa forma, ao público leitor como impessoais, imparciais, apartidários e apolíticos, mas tem componentes ideológicos em seus discursos.

²¹ Aqui utilizamos o termo jornalismo para designar o tipo de atuação feita pela Imprensa no período que ora estudamos (1930-1946), já que no dizer de Rüdiger Imprensa e jornalismo não significam a mesma coisa. Imprensa é o veículo das manifestações sociais. Já o Jornalismo por seu turno representa o passo seguinte ou ainda, Jornalismo é “*uma prática social componente do processo de formação da chamada opinião pública;*

*a primeira fase, comandada pelo conceito de jornalismo político-partidário, foi dominante desde a sua formação, em meados do século passado até a década de 30. A segunda, dominada pelos conceitos de jornalismo informativo e indústria cultural, começou a se gestar lentamente no início do século XX, quando surgiram as primeiras empresas jornalísticas, e se consolidar com a formação das atuais redes e monopólios de comunicação.*²²

A primeira fase trabalhava com doutrinas e idéias que estabeleciam uma luta nos bastidores e nas páginas dos jornais e periódicos, percebidos, em geral, pelo tom forte do vocabulário usado, pelas expressões agressivas ou laudatórias. Loiva Felix esclarece que:

*os editoriais constituíram-se em tribuna política onde, muitas vezes, buscava-se universalizar o particular e particularizar o universal.*²³

A imprensa passava dessa forma a construir discursos e a estendê-lo a toda a população de modo que as pessoas se identificassem com certos conceitos. Entidades como *pátria, nação brasileira, povo, povo rio-grandense*, etc..., criavam uma: “identidade coletiva, uma solidariedade social e uma visão de mundo própria”²⁴ Ainda relacionado à primeira fase, Rüdiger pronuncia-se da seguinte forma:

*o jornalismo político-partidário desenvolveu a concepção de que o papel dos jornais é essencialmente opinativo, visa veicular organizadamente a doutrina e a opinião dos partidos na sociedade civil. Os jornalistas são os responsáveis pela tarefa de transmitir de forma criteriosa a doutrina dos partidos e dirigir a opinião pública.*²⁵

prática que dotada de conceito histórico variável conforme o período pode se estruturar de modo regular nos mais diversos meios de comunicação, da Imprensa à televisão” (Rüdiger, op cit,p.7).

²² Idem, p.16.

²³ FELIX, Loiva Otero. “Imprensa, revolução e discurso: a construção de categorias” IN A Revolução federalista e os Teuto-brasileiros. Artur Rambo e Loiva Felix (organizadores). São Leopoldo: Editora da Unisinos; Porto Alegre: Editora da UFRGS,1995, p.183.

²⁴ Idem,p.183-184

²⁵ Rüdiger. Op cit,p.6

Os jornais caracterizavam-se pela responsabilidade com os conceitos externados e uma série de excessos de linguagem, até porque quem respondia pelos crimes de imprensa não eram os verdadeiros redatores da matéria, mas os diretores da publicação²⁶.

No período anterior, de consolidação do II Reinado brasileiro houve a possibilidade de desenvolvimento de um grande número de jornais que refletiam a chamada fase da Conciliação (que duraria até 1859) entre conservadores e liberais que pretendiam a pacificação do país²⁷. No entanto a Conciliação no dizer de Sodré: “escondia os graves problemas que se aprofundavam na estagnação da aparente tranqüilidade reinante”²⁸.

No fim da década de 70 do século XIX a rotina começaria a ser alterada com o conflito militar platino de meados da década precedente e suas conseqüências na vida política do país. A suspensão do tráfico negreiro dez anos antes criou um espectro social favorável às lutas e agitações políticas. O jornalismo por sua vez, retomava o fio da sua história e passava à fase da agitação em suas manifestações²⁹.

A imprensa gaúcha não ficou alheia a esse movimento como foi anteriormente destacado com a Revolução Federalista, mas não somente com ela. Outros temas também foram explorados como, ainda anteriormente, a questão servil que: “ganhou autonomia dos partidos na esfera pública, forçando os jornais a agirem como partidos, de modo que não constitui exagero dizer que foram responsáveis em grande parte pela massa de alforrias verificadas em 1884”³⁰.

O tempo do jornalismo puramente opinativo cedia lugar ao jornalismo político-partidário ou doutrinário que não deixava margem à não-tomada de posicionamento partidário.

²⁶ Idem, p.25-26.

²⁷ SODRÉ, Nelson Werneck. História da Imprensa no Brasil. São Paulo: Martins Fontes, 1983. p.188

²⁸ Idem, p.188.

²⁹ Ibidem, p.201.

³⁰ RÜDIGER. Op cit, p.29

No Rio Grande do Sul o jornalismo político-partidário é contemporâneo da Revolução Farroupilha e suas relações com o centro do poder. No final do século XIX, com a Revolução Federalista, os jornais passaram a refletir as posições com relação a esse movimento. Pica-paus e maragatos confrontavam-se também através das páginas dos jornais. Assim *A Federação* como folha representante da situação ou dos Republicanos construía um discurso que criava um universo real cujo inimigo passava a ser diariamente atacado. Do lado da oposição, jornais como *A Reforma* e o *Maragato*, por exemplo, utilizavam-se do mesmo expediente.

Francisco Rüdiger ainda esclarece:

A Federação resumiu de fato o modelo do jornalismo político-partidário vigente no Rio Grande do Sul até o Estado Novo. Lançada em 1884, a folha teve significativo papel na articulação do movimento republicano da Província, assumindo desde o princípio o cunho de órgão de combate e propaganda. A empresa foi construída mediante subscrição feita pelos membros do Partido (PRR) e a direção do jornal foi confiada a Júlio de Castilhos³¹.

Assumi ainda, a referida folha, defesas como a abolição da escravidão na província e a questão militar.³² A folha, portanto, tinha um papel fundamental na construção e manutenção da nova hegemonia do Partido Republicano, guiando-se ideologicamente pela tradução castilhista do positivismo comtiano. Os jornais político-partidários tinham significativa participação na organização das forças políticas, constituíam clubes que serviam de centros de reunião partidária, nas quais se elaborava a doutrina do partido³³.

³¹ idem,p.31

³² A questão militar é também destacada por Sodré como sendo uma das bandeiras levantadas pelo jornal *A Federação*, o que possibilitou a formação de uma opinião em favor dos militares.cf. SODRÉ,Nelson op cit,p.230.

³³ RÜDIGER. Op.cit. p. 32.

Os discursos vão, dessa forma, gradativamente sendo criados pela imprensa escrita que como no século XIX, encampou a questão servil e a militar, tornando lugar-comum a defesa dessas idéias, também o fez ao longo do século XX, criando com o público-leitor uma identidade, capaz de reconhecer em situações como o regime de exceção do Estado Novo, por exemplo, um componente de satisfação coletiva ou de aceitação do fato, criando a perspectiva de que o modelo autoritário, melhor respondia aos anseios do coletivo da sociedade.

A construção discursiva passa, portanto pela identificação com aquilo que está sendo exposto de modo que o *eu* individual seja diluído no *nós* coletivo que deve estar acima de todas as outras coisas.

A imprensa escrita e seu núcleo, o jornalismo, que inaugurou a década de 30 do século XX modificaram-se quanto ao período precedente. A época da grande empresa jornalística ou do jornalismo informativo moderno, representante da 2.^a fase do jornalismo na definição de Francisco Rüdiger, perdeu um pouco o caráter combativo. Situações como a Revolução de 32 (que coibiu a Imprensa Libertadora) e o golpe do Estado Novo objetivaram atrelar a imprensa ao estado, mais precisamente quando da implantação desse último,³⁴ Rüdiger esclarece:

o regime aboliu oficialmente os partidos e decretou o fechamento de diversos jornais, entre eles A Federação, o Estado do Rio Grande, o Libertador, o Diário Liberal e o Echo do Sul. Os jornais sobreviventes procuraram se adaptar à nova situação, adotando uma linha noticiosa, como foi o caso dos dissidentes do novo regime, ou simplesmente adotando uma postura

³⁴ O Estado Novo brasileiro tem sido muitas vezes descrito como Estado Totalitário em uma nítida comparação aos Estados Fascistas Europeus. Nestes a sociedade civil é inteiramente absorvida pelo Estado, é um Estado sem opinião pública, isto é, com uma opinião apenas oficial (Bobbio, op cit, p. 37). O Estado Totalitário caracteriza-se ainda pela presença do partido único onipresente e onipotente ou uma “organização política, portanto, que estende o próprio controle sobre cada comportamento humano, não deixando nenhum interstício no interior do qual possa se desenvolver, a não ser ilicitamente, a iniciativa dos indivíduos e dos grupos (idem, p. 121). O Estado Novo brasileiro não pode ser caracterizado de Totalitário devido à falta desse partido único e à incapacidade dos grupos, que assumiram o poder com Vargas, de dominarem esse mesmo. Nessas condições voltou-se às massas populares urbanas, única fonte de legitimidade possível do novo Estado brasileiro (Capelato, 1981, op cit, p. 117-118). Dessa forma o Estado Novo apresenta-se como autoritário e não totalitário.

oficialista, como se verificou na maior parte dos casos. O regime estabelecido se encarregou de cuidar para que os primeiros se mantivessem estritamente na nova linha editorial já os dissidentes sofressem duras represálias³⁵.

No período do Estado Novo (1937-1945), a imprensa esteve sob rigorosa censura. A situação foi-se modificando a partir de 1942 quando o Brasil declarou guerra aos países do Eixo. Desde então, avultaram na imprensa escrita, artigos combatendo o fascismo europeu e o autoritarismo brasileiro.

Com as modificações da década de 30 e o desenvolvimento da industrialização, floresceram as empresas jornalísticas que passaram a lucrar mais comercializando seus produtos típicos - o espaço publicitário e os exemplares avulsos. À época do jornalismo político-partidário, sobrepõe-se o jornalismo informativo moderno. Os fatos são expostos no jornal de uma forma mais distante das paixões políticas. As modernizações no parque gráfico e no próprio conceito de jornalismo impuseram isso.

O novo jornalismo não se expunha como antes, mas não perdia o caráter político. A metamorfose verificada no jornalismo não lhe tirou este aspecto, pois a conquista da autonomia frente o campo político não significou sua perda, mas uma mudança de forma. A nova empresa jornalística passa a ser uma agência política³⁶

O contexto do pós-30 e mais especificamente do pós-37 foi o responsável pelo desenvolvimento desse tipo de jornalismo, cujo “caráter político foi se dissimulando ainda mais, traduzindo-se em políticas ‘noticiosas’ extremamente sutis, mas eficazes no processo de modelagem da opinião pública”.³⁷

³⁵ RÜDIGER, op.cit, p.41.

³⁶ idem, p.64.

³⁷ ibidem, p.65.

O jornalismo, ao selecionar e transmitir a notícia, procede a uma manipulação do conhecimento apreendido pelo público leitor. Os discursos construídos pela imprensa criam e recriam o real ou como no dizer de Foucault: “o discurso constrói o real”.³⁸

A imprensa escrita atua desse modo, em um cenário com o qual interage o discurso, fazendo parte de sua atividade e enquanto órgão de informação e de formação, é capaz de manipular a opinião pública colocando-a ao lado de um ou de outro discurso.³⁹

Ela é um órgão político, que representa os anseios da sociedade e ao mesmo tempo é responsável pela mudança de comportamento dessa mesma sociedade. Os discursos que apresenta coadunam-se com essa postura. Nos momentos de crise ou de ameaça aos direitos democráticos, ela recua no seu pronunciamento mais aberto, mas não deixa de também apresentar por vezes opiniões contrárias ao sistema, de forma mais sutil.

O jornalismo informativo moderno, notadamente a partir da década de 30 não perdeu o seu aspecto político como já foi anteriormente colocado e é em função justamente desse caráter político, que vai sofrendo metamorfoses ao longo da década de 30, que propomos esse tipo de abordagem. Em todas as situações políticas do período de 1930 a 1946, verifica-se uma tomada de posição, mesmo naquelas situações em que os jornais eram penalizados e tinham que suprimir as informações de suas páginas, que apareciam muitas vezes em branco. Mesmo nessas circunstâncias aparecia um discurso velado, mas eficiente.

Alguns acontecimentos como a Revolução de 30, a reação paulista de 1932, as eleições de 1934, somente para citar alguns exemplos, demonstram como o discurso era construído pelo jornal⁴⁰, visando sua difusão junto à sociedade.

³⁸ FOULCAULT, Michel, op cit,

³⁹ Em um artigo intitulado *Correio do Povo e Nacionalismo Popular*, Andréa Torres discute as matérias jornalísticas de indignação do Correio do Povo frente aos ataques alemães contra os navios brasileiros. Os artigos do jornal falavam nos ataques covardes que serviam para canalizar os anseios de brasilidade. O jornal exaltava assim esse sentimento de modo a incentivar a organização coletiva. Em outras matérias, o mesmo jornal demonstrou sentimento de euforia quando o Brasil declarou guerra aos países do Eixo (Torres, Andréa . “Correio do Povo e Nacionalismo Popular.1996: 44)

1.2- Os discursos manipulados nos jornais

Quando nos referimos à questão da manipulação estamos nos referindo à manobra destinada a fraudar ou forjar algo. Dessa forma, a imprensa escrita utilizou e utiliza muito desse expediente quando quer tornar eloqüente um discurso. Nesse ínterim, são os discursos manipulados *pelos* jornais e *nos* jornais, de modo que, criam uma situação coerente com aquilo que apregoam. Concorrem para a manipulação, bem como para a construção discursiva, os intelectuais que escrevem os jornais. A eles, cabe o *status* da sapiência muitas vezes incontestada, legitimadora de práticas sociais. Foucault em uma passagem de *Microfísica do Poder* analisa a visão dos intelectuais que se arvoram o direito de conduzir as massas, usando de um poder que lhes é confiado. Para o filósofo francês:

o que os intelectuais descobriram recentemente é que as massas não necessitam deles para saber, elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles, e elas o dizem muito bem. Mas existe um sistema de poder que barra, proíbe, invalida esse discurso e esse saber. Poder que não se encontra somente nas instâncias superiores da censura, mas que penetra muito profundamente, muito sutilmente em toda a trama da sociedade os próprios intelectuais fazem parte deste sistema de poder, a idéia de que eles são agentes da “consciência” e do “discurso” também faz parte desse sistema⁴¹.

Francisco Rüdiger percorrendo o mesmo caminho chama a atenção para os fundamentos do jornalismo:

⁴⁰ Quando nos referimos aos discursos constituídos pelos jornais estamos nos referindo aos editoriais, aos artigos assinados pelos colaboradores e as notícias dos correspondentes políticos, bem como aquelas reproduzidas de outros jornais brasileiros.

o jornalismo consiste basicamente numa prática social, ligada ao movimento histórico da chamada esfera pública; ou seja, do processo de formação e informação da opinião pública. Nessa perspectiva, ele não é, por princípio, meio de manipulação ou esclarecimento social, mas uma forma de poder que se reveste destes aspectos, dos quais não pode ser em hipótese nenhuma, dissociado, em função das condições ditadas pela práxis de cada época⁴².

O autor deixa claro que o *princípio* da imprensa não é o de ser manipuladora, no entanto, reconhece que ela enquanto forma de poder, não pode ser dissociada do elemento manipulação em função das condições ditadas por cada época.

Sendo o jornalismo e o acesso às suas informações bastante elitizado, fica o poder ainda menos possível de ser compartilhado por setores mais amplos da população.

A leitura, dessa forma, como prática que envolve apenas alguns setores da sociedade impede a democratização do conhecimento e conseqüentemente há uma concentração de poder nas mãos daqueles que detém esse mesmo conhecimento, ou seja, as camadas mais abastadas. José Marques de Melo chama a atenção para isso no seguinte trecho:

São as classes trabalhadoras as excluídas da leitura. A grande maioria das pessoas não lê porque a leitura pouco (ou nada) significa no mundo do trabalho. A ação produtiva, realizada através de operações mecânicas, fragmentadas, repetitivas, impõe enorme dispêndio de energia física, tornando a prática da leitura meramente casual ou residual. São essas mesmas pessoas que não encontram na leitura fonte de prazer estético⁴³.

Essa dificuldade com relação à leitura era maior em épocas mais distantes. Com relação à década de 30, o forte componente ideológico do estado autoritário cerceou as liberdades, impedindo que a progressiva politização de anos anteriores continuasse, o lugar agora era ocupado por uma imprensa e um jornalismo atrelados ao estado. A oposição

⁴¹ FOULCAULT, Michel. op cit, p.71

precisava apresentar um discurso velado e carregado de informações nas entrelinhas para expressar suas posturas.

Ainda com relação à leitura do jornal não devemos esquecer que ela representava e representa um comportamento civilizado significativo. Quanto maiores o desenvolvimento econômico e social de um país, maiores são as tiragens dos jornais.⁴⁴

Caracterizando ainda melhor o jornalismo escrito, José Marques de Melo argumenta que: “o jornal, diferentemente do rádio e da televisão (veículos sintonizados em busca de lazer), significa o laço que prende o cidadão à sociedade em que vive e atua. Oferecendo cada dia o registro, ainda que parcial, do movimento da sociedade, o jornal, permite, num primeiro instante, a participação abstrata do cidadão, conduzindo-o, num segundo momento, à atuação concreta”⁴⁵.

O cidadão plenamente integrado na sociedade lê mais, e quanto mais ele sente-se partícipe de sua comunidade ou de seu país, mais ele recorre ao jornal para aprofundar a sua identidade social, identificando-se com o meio no qual vive.

A informação obedece, assim, ao critério de uma seleção editorial, que por sua vez está ligada ao espaço social. O discurso, pois, contido nessas informações segue às intenções mais diversas, seja do autor da matéria, do editor do jornal, dos patrocinadores ou do governo. Nenhuma informação por maior pretensão que tenha de ser imparcial consegue sê-lo. Mesmo o jornalismo informativo moderno não perdeu o caráter político e suas inter-relações com o poder que fazem da imprensa escrita o principal alvo dos governos autoritários⁴⁶.

⁴² RÜDIGER, op.cit, p.81

⁴³ MELO, José Marques. Para uma Leitura crítica da Comunicação. São Paulo: Edições Paulinas, 1985. p.29.

⁴⁴ idem, p.49.

⁴⁵ ibidem

⁴⁶ Althusser, distinguindo os aparelhos repressivos, dos aparelhos ideológicos do estado, esclarece que os primeiros funcionam predominantemente, através da repressão (inclusive a física) e, secundariamente, através da ideologia. Exemplos: o exército e os partidos. Inversamente devemos dizer que os aparelhos ideológicos do estado funcionam predominantemente através da ideologia, tanto para garantir sua própria coesão e reprodução, como para divulgar os “valores” propostos por esse estado. Para o mesmo autor, a imprensa escrita estaria inserida em um aparelho ideológico do estado, bem como o rádio e a televisão. Mesmo pertencendo ao espaço

Além disso, no Brasil, a partir da década de 30, com a emergência das classes populares, houve o desenvolvimento de um fenômeno conhecido por populismo,⁴⁷ que polarizou a imprensa escrita e as formas como essa passou a se apresentar. O governo inspirado por essa prática, que não se restringiu ao Brasil, já que foi observada também em vários outros países como México e Argentina, assumiu a condição de manipulador de massas, ou seja, os aspectos coletivos passaram a ser supervalorizados pelo governo. A década de 30 foi, portanto, a década de expressão e de manipulação das classes populares. Os termos-pivôs eram muito freqüentemente usados para abarcarem uma gama de informações e legitimações. Um desses termos é *povo*⁴⁸, de modo que:

*os diferentes discursos procuram estabelecer um laço político entre indivíduos que ocupam diferentes posições no processo produtivo*⁴⁹.

A utilização desse termo insinua ou propaga a necessidade de uma aliança de classes e a definição do lugar que cada uma ocupa na aliança e na escala do poder. Assim, os governantes desse período utilizam-se desse termo para demonstrar uma identificação entre o poder instituído e seus subordinados. Maria Lúcia Montes faz o seguinte destaque:

privado, estão, de certa forma, condicionados ao Estado. Cf. ALTHUSSER, Louis. Aparelhos ideológicos do estado. Rio de Janeiro: Graal, 1992. p.70.

⁴⁷ Para Guita Grim Debert: "Populismo é um termo que apresenta uma série de ambigüidade justamente pela diversidade de fenômenos que domina se tem, por um lado, como referência movimentos sociais concretos, certos tipos de ideologia ou certos tipos de Estado, por outro lado tem sido atualmente usado de maneira ainda mais extensa e difusa, referindo-se às tentativas dos meios de comunicação de massa de 'popularizar' líderes políticos, buscando estabelecer entre eles e seu público uma relação mais direta e pessoal" (Debert, Guita Grim."A Questão do Populismo" IN Populismo e Comunicação. José Marques de Melo (org.). São Paulo: Cortez, 1981. p.53 in Melo, 1981: 53. (Grifo nosso).

⁴⁸ Segundo Debert, povo não traduzia o conjunto da população, nem era sinônimo do conjunto de habitantes de uma área geográfica, mas um termo que tem a ver com a esfera da política, seja para ampliá-la ou para restringi-la (Idem, p. 55).

⁴⁹ Ibidem, p.56.

se o discurso populista tem no “povo” a base de sua legitimação, no momento mesmo em que a conquista ele cria e legitima a identidade do “povo” como ator político, e nisso reside, para ambas as partes, seu poder, isto é, a eficácia e os limites desse discurso que as constitui a ambas, e uma para a outra. É nesse sentido que o discurso cria laço sociais⁵⁰.

Diante do quadro da crise de hegemonia⁵¹ na República Velha, a partir de 1930, o Estado tendeu a se sobrepor ao conjunto da sociedade, buscando a legitimidade de sua existência na mobilização das massas populares urbanas. A prática do populismo representava na época uma necessidade objetiva, diante da chamada *crise de hegemonia*. No primeiro período de Vargas já foram utilizados os mecanismos de manipulação, mas o Estado Novo foi o momento privilegiado dessa prática. O enaltecimento dos símbolos nacionais, a mitificação e a apologia ao chefe - Getúlio Vargas - valorizaram o fortalecimento do Estado corporativo que pretendia sobrepor objetivos nacionais aos interesses particularistas⁵². Essa corrente ganhou força no Brasil dos anos 30, num quadro em que o padrão autoritário:

*“era e é uma marca da cultura política do país. A dificuldade de organização das classes, da formação de associações representativas e de partidos fez das soluções autoritárias uma atração constante. Isso ocorria não só entre os conservadores convictos como entre os liberais e a esquerda. Esta tendia a associar liberalismo com o domínio das oligarquias; a partir daí, não dava muito valor à chamada democracia formal. Os liberais contribuíam para justificar essa visão. Temiam as reformas sociais e aceitavam, ou até mesmo incentivavam, a interrupção do jogo democrático toda vez que ele parecesse ameaçado pelas forças subversivas”.*⁵³

⁵⁰ MONTES, Maria Lúcia. “O Discurso Populista ou Caminhos Cruzados” IN Populismo e Comunicação. José Marques de Melo (org.). São Paulo: Cortez, 1981. p.64.

⁵¹ crise de hegemonia é aqui entendida como a inexistência a partir de 1930 de um grupo social que fosse capaz de assumir sozinho o controle do poder, nem burguesia urbana, nem partidos políticos, deixando dessa forma, espaço para o governo populista agir e criar o estereótipo de governo legitimamente instaurado e apoiado pelo povo. cf CAMARGO, Aspásia. “A Revolução das elites : conflitos regionais e centralização política” In Revolução de 30, seminário internacional. Porto alegre: Erus, 1983.

⁵² FARO, op cit, p.86.

⁵³ idem.

O DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) foi criado em 27 de dezembro de 1939 e a partir daí o aperfeiçoamento dos meios de intervenção do estado na área da comunicação ocorreu paralelo com o fechamento institucional⁵⁴. Enquanto braço censor do estado, o DIP atuava em todos os meios de comunicação. Em contrapartida o estado “desarticula as lideranças regionais, formula planos econômicos, cerca-se do aparato militar, controla os sindicatos, hipertrofia-se e mobiliza intensamente os elementos da propaganda”⁵⁵.

Conforme Faro:

não apenas a estrutura do DIP, mas também o conteúdo de sua ação, se estabelecem no sentido de assegurar essa montagem, mascarando os conflitos sob o peso da propaganda de uma suposta unanimidade em torno do governo, tarefa na qual a instituição se empenhará de forma avassaladora: 60 por cento das matérias dos jornais, por exemplo, eram previamente fornecidas pelo DIP através da Agência Nacional⁵⁶.

O ato de sua criação dá-lhe poderes para fazer censura ao teatro, cinema, radiodifusão, imprensa, além de *censurar, organizar, patrocinar festas populares com intuito patriótico, educativo ou de propaganda turística*.

O sistema, como uma unidade perfeita fora aperfeiçoado graças à propaganda, que *convencia* as massas da necessidade de reformas, envolvendo os indivíduos com as instituições.

Nesse contexto, a imprensa era muito visada e passava a ser vista como se fosse coisa pública, sendo sua ação de interesse da coletividade, abrindo perspectivas à propaganda oficial e afastando os objetivos particularistas.

A questão da manipulação do jornal passava a fazer parte desse contexto:

⁵⁴ Idem,p.87.

⁵⁵ ibidem,p.87.

⁵⁶ ibidem,p.87.

Nesse quadro de absoluto controle dos meios de comunicação pelo Estado, a imprensa atravessaria dias difíceis. Aliás, a estrutura de funcionamento que o DIP organizou para esse setor articulava-se com uma ameaça permanente de repressão física que, em alguns casos, chegou a se concretizar, como ocorreu com o jornal o Estado de São Paulo em 1940 que permaneceu nas mãos do Estado até 1945. As regras ditadas pelo DIP aos jornais, portanto, adquiriram assim um significado diverso, na medida em que a Imprensa, até pelo menos 1945, havia refletido intensamente as lutas políticas que o país assistiu. Para o setor, portanto, as atividades do DIP se desdobravam com a exigência, em primeiro lugar, do registro junto ao Departamento tanto dos jornais como dos jornalistas. Em segundo, a presença física do censor em cada redação. Em terceiro, a distribuição dos boletins de Informações do Departamento, que tinham sua publicação garantida nos jornais pelo próprio decreto que havia criado o DIP⁵⁷.

A manipulação da e na imprensa, portanto, demanda um controle direto do poder quer pelo estado, quer pelos donos do jornal. Mesmo não se sabendo muitas vezes quem é o titular do poder, ele se exerce em determinada direção, com uns de um lado e outros do outro⁵⁸. O custo do exercício do poder pode ser muito alto. Assim: “se a violência foi grande, há o risco de provocar revoltas, ou, se a intervenção foi muito descontínua, há o risco de permitir o desenvolvimento, nos intervalos, dos fenômenos de resistência, de desobediência, de custo político elevado”⁵⁹.

Dessa maneira o jogo do poder e a manipulação exercida para manter esse poder encontrará, como encontrou, nos discursos jornalísticos, o espaço necessário para se desenvolver. Durante as décadas de 30 e 40, o tom do discurso as vezes mudou, mas nunca deixou de existir manipulação.

Assim como entendemos a construção discursiva como a legitimação de conceitos, (idéias que seriam posteriormente encampados pela sociedade), decodificamos a manipulação enquanto elemento presente nos discursos, de forma a modificar aquilo que

⁵⁷ FARO, op cit, p.90.

⁵⁸ FOULCAULT,op cit,p.75.

poderia ser entendido de uma outra forma. Isso ocorreu quando, por exemplo, da oposição feita por Flores da Cunha, a partir de 1935, ao governo federal. Alguns jornais, entre eles o *Rio Grande* assumiu a defesa do governador gaúcho até a sua derrota em 1937, através da transcrição dos discursos jornalísticos da imprensa escrita do eixo Rio-São Paulo, manipulando, de modo a justificar as atitudes do governador. Construção e manipulação interseccionam-se em alguns momentos, já que aquilo que é manipulado em certo momento passa a construir no momento seguinte e vice-versa. A manipulação, desta forma, pode ser feita nos jornais e pelos jornais, apresentando uma gama muito rica de argumentações em favor ora de um, ora de outro discurso.

Imprensa escrita e poder dessa forma estão entrelaçados, reforçando a manipulação e um se beneficiando do que o outro pode proporcionar. Durante o Estado Novo, a liberdade de expressão praticamente inexistiu. Ocorreu um processo de abertura da imprensa a partir da entrada do Brasil na 2.^a Guerra como já foi explanado. Segundo Nelson Werneck Sodré:

A eclosão da Segunda Guerra Mundial, em 1939, teria reflexo muito profundo no Brasil: na fase inicial, de avanço vitorioso e irresistível das forças nazistas, fascistas e nipônicas, esses reflexos foram no sentido de fortalecer o regime totalitário aqui dominante; o Brasil adotou posição neutra, o noticiário da Imprensa e do rádio mostrava isso; a partir da entrada dos EUA no conflito, em 1941, aqueles reflexos se fizeram em sentido oposto; a entrada do Brasil na guerra, no segundo semestre de 1942, foi, realmente, a consolidação dessa mudança: o Estado começou a deteriorar-se rapidamente. No decorrer dessa evolução, a Imprensa teve condições para desafogar progressivamente as suas manifestações. A maioria dos jornais tomou o partido dos países que combatiam o nazi-fascismo: a propósito do que ocorria no exterior, as críticas visavam o que acontecia no próprio Brasil⁶⁰.

⁵⁹ Idem, p.217

⁶⁰ SODRÉ, op.cit, p.383.

Apesar da colocação do autor de que o regime aqui dominante era *totalitário*, o que discordamos pelo que foi anteriormente exposto no presente capítulo, suas considerações são bastante pertinentes porque falam de uma imprensa que foi readquirindo seu espaço de luta e oposição. As opiniões contrárias ao regime não cessaram de todo, portanto, durante esse período, mas a partir de 1943 com o manifesto dos mineiros, dos estudantes e dos advogados, tornaram-se mais intensas.

Resumindo então, a questão da manipulação do discurso ocorreu no período de 1930 a 1946, condicionando comportamentos e opiniões de acordo com as vicissitudes da vida nacional. A imprensa escrita, e mais especificamente o jornalismo, enquanto aparelho ideológico do estado usava a construção e a manipulação discursivas para influenciar a opinião pública.

1.3- As Relações da Imprensa escrita com o Poder

A questão do relacionamento da imprensa escrita com o poder sempre foi motivo de preocupação. Desde o nascimento da imprensa no Brasil sob a égide do estado até os dias atuais, os temores giraram em torno da capacidade dessa em gerir opiniões. Enquanto aparelho ideológico do estado esteve ela a mercê dos mandos e desmandos do poder. Tal como se referia Assis Chateaubriand aos jornalistas, caracterizando-os como os dançarinos da corda bem esticada, assim equilibrava-se a imprensa, ora assumindo o poder instituído, ora apoiando um poder que ainda não estava amadurecido. Temos como exemplo a campanha da Aliança Liberal, que foi progressivamente sendo encampada pela imprensa escrita até desembocar na Revolução de 1930.

Durante a implantação de governos autoritários o controle da imprensa tornou-se prioritário, na medida em que legitimava aqueles valores que o estado queria repassar à sociedade.

Enquanto aparelho ideológico do estado, a imprensa escrita interage com o poder, utilizando meios eficazes para representá-lo:

o poder ideológico é aquele que se vale da posse de certas formas de saber, doutrinas, conhecimentos, às vezes apenas de informações, ou de códigos de conduta, para exercer uma influência sobre o comportamento alheio e induzir os membros do grupo a realizar ou não realizar uma ação. Deste tipo de condicionamento deriva a importância social daqueles que sabem, sejam eles os sacerdotes nas sociedades tradicionais, ou os literatos, os cientistas, os técnicos, os assim chamados “intelectuais”, nas sociedades secularizadas, porque através dos conhecimentos por eles difundidos ou dos valores por eles afirmados e inculcados realiza-se o processo de socialização do qual todo grupo social necessita para poder estar junto⁶¹.

O poder político é definido como aquele que está em condições de recorrer em última instância à força (e está em condições de fazê-lo porque dela detém o monopólio). A caracterização, portanto, de poder político, econômico ou ideológico depende da intensidade e do meio pelo qual cada um dos poderes se utiliza para se apresentar.

o que tem em comum estas três formas de poder, é que elas contribuem conjuntamente para instituir e para manter sociedades desiguais divididas em fortes e fracos com base no poder político, em ricos e pobres, com base no poder econômico, em sábios e ignorantes com base no poder ideológico, genericamente em superiores e inferiores⁶².

⁶¹ BOBBIO, op.cit, p.82-83.

⁶² Idem, p.83.

Aqueles que detêm a informação, desta feita, estão associados ao poder político. A linguagem política é a linguagem do poder, “a linguagem da decisão, que registra e modifica decisões, é o grito de guerra, o veredicto e a sentença, são as normas, os decretos e regulamentos, o juramento de posse, as notícias controversas, os comentários e debates”⁶³.

Quanto aos jornais, é necessária atenção à maneira como estão inseridas neles, as notícias, decodificando aí um maior ou menor envolvimento com o poder instituído. Precisamos estudar a composição gráfica do jornal para que possamos entender o valor relativo de todas as informações no seu interior⁶⁴.

Os títulos grandes, a forma de destacá-los, a relação de idéias no mesmo espaço, demonstram, como esse jornal interage com o poder ou com os vários poderes identificados nos aparelhos do estado e da iniciativa privada.

Quando se abrem espaços para a oposição, a imprensa escrita aparece como mediadora de uma nova situação que é responsável pela reorganização do poder.

A imprensa representa também um instrumento de dominação: “os instrumentos modernos e sofisticados criados com essa finalidade aparecem hoje principalmente através dos meios de comunicação, como o rádio, o jornal, a televisão e o computador”⁶⁵). Destacando ainda o poder que a imprensa exerce, Regina Maria Santos enfatiza também a questão da chamada violência simbólica exercida pelos meios de comunicação:

*A violência simbólica é outro aspecto que pode ser abordado, quando se discute a capacidade dos meios de comunicação na imposição de uma certa forma de pensar e compreender o mundo. Herry Pross a define como uma força que, por meio dos signos, impõe-se com a finalidade de que os destinatários se identifiquem com o sentido afirmado(...)nesse sentido, a comunicação se converteu num setor estratégico no plano psicológico*⁶⁶

⁶³ LASSWELL, Harold. *A linguagem da política*. Brasília: Universidade de Brasília, 1979. p.18.

⁶⁴ MORIN, Violette. *Aplicação de um Método de Análise da Imprensa*. São Paulo: Departamento de Jornalismo e Editoração, Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, 1970. p.70

⁶⁵ SANTOS, Regina Maria

Nas afirmações acima, existe uma relação muito forte entre os meios de comunicação - particularmente a imprensa escrita aqui estudada - com o poder, alimentando sua manutenção ou contribuindo para sua destruição do, ou ainda, exercendo um poder em nível simbólico, cuja violência psicológica fica aí evidenciada. A linguagem é um dos principais instrumentos da violência simbólica. As palavras e os conceitos podem ser conscientemente utilizados para confundir e/ou impor novos significados às coisas. Conforme Néelson Werneck Sodré:

Jornais e revistas-só para examinar o caso da imprensa- são submetidos a condicionamentos os mais diversos: ao poder público, no que diz respeito aos fornecimentos de papel e outros produtos importados, como as máquinas em particular, sem falar no que diz respeito aos empréstimos, aos financiamentos, às isenções de impostos, aos favores fiscais e cambiais etc.- e sem mencionar o problema da censura; aos próprios proprietários das empresas, particularmente as brasileiras de tipo familiar, de jornais herdados, com as ligações pessoais desses proprietários no mundo dos negócios no mundo político, além daquilo que caracteriza tais chefes de empresa como situação de classe; às agências de notícias, todas estrangeiras, de que dependem inteiramente para a informação do exterior; às agências de publicidade, também estrangeiras, que distribuem a propaganda dos grandes monopólios, também estrangeiros que operam no país”⁶⁷.

Sodré ainda argumenta que: “a imprensa, realmente torna-se o contrário do que era, e particularmente do que deveria ser, na medida em que se desenvolve, na sociedade capitalista. O jornal é menos livre quanto maior é como empresa”⁶⁸.

O que chama a atenção aqui, é a questão da imbricação da imprensa ou do jornal às mais variadas manifestações de poder. O jornal age assim, tendo conhecimento dessa relação, quando possui uma maior liberdade - dado o momento político - constrói mais os

⁶⁶ Idem.

⁶⁷ SODRÉ op cit, p.448.

discursos, manipula as consciências; quando ao contrário, está completamente cerceado, sobrando pouco ou nenhum espaço às manifestações autônomas, os discursos são manipulados de fora para dentro. As resistências, no entanto, se fazem sentir como, por exemplo, na apresentação de notícias incompletas ou na linguagem dúbia, entre outras⁶⁹.

Analisando a imprensa em um país como o Brasil cuja prática democrática esteve dificultada por vários elementos, Lacerda escrevia em 1950 que:

A tenuidade das elites, a escassez, a falta de densidade delas, eis o que facilita a crise moral que grassa num país destituído de uma base material capaz de permitir o desenvolvimento numérico e qualitativo de sua gente (...) isto não significa que haja uma fatalidade condenando a Imprensa a ser ruim, num país cujas elites sejam escassas, tênues as camadas morais de proteção, imensa a massa de analfabetos. Não se culpa desta vez o analfabetismo, pois os analfabetos não lêem nem jornal; portanto, não lhes cabe a responsabilidade do padrão moral do jornal no Brasil. Se a nossa Imprensa está ruim, a culpa não é dos que não a lêem e sim, precisamente, das elites que lêem, que escrevem, que pagam, que anunciam, que temem, que se ausentam, que se esquivam, que se furtam- e que furtam⁷⁰.

Essas apreciações precisam ser balizadas pela época em que foram escritas - ainda sob a influência do que fora o Estado Novo e da sua própria figura política. Lacerda foi contemporâneo de nosso objeto de estudo (1930 - 1946).

Autonomia e dependência são, portanto, palavras bastante familiares ao universo da imprensa escrita e os próprios jornais registraram esses dois conceitos.

⁶⁸ Ibidem, p.448-449.

⁶⁹ Lacerda em seu estudo sobre a Missão da Imprensa e suas motivações em relação ao poder argumenta que *foi essa Imprensa que, com variações de boa ou má vontade, tratou de convencer o povo que o ditador era um grande homem (referência aqui a Getúlio Vargas) e a ditadura um regime de maravilhas(...) se depois, subitamente, os mesmo jornais passaram a atacar e, até, a injuriar o ditador, ou antes o homem Vargas, já decadente e pronto a mergulhar em merecido apróbro, a reviravolta pareceu, ao povo que por tanto tempo havia lido os ditirambos da Imprensa, e que neles acreditou, viu nesse inesperado apedrejamento do ditador, em seu crepúsculo, uma ingratidão, uma injustiça inominável .cf. LACERDA, Carlos. A Missão da Imprensa. São Paulo: Edusp, 1990, p.38-39)*

⁷⁰ LACERDA, Carlos, op cit, p.40.

As abordagens feitas até aqui entre as várias possibilidades de cruzamento dos discursos jornalísticos com a História mostram como uma análise mais acurada é necessária, na medida em que, a compreensão literal pode ocasionar muitos erros. Discursos manipulados e discursos construídos são freqüentes, forçando o historiador, que utiliza o jornal como fonte, a constantes reinterpretações dos conceitos empregados, das épocas históricas estudadas, bem como da ideologia adotada. A relação da imprensa escrita com o *poder* é incontestável, não só porque ela representa um dos tentáculos do próprio poder, acoplado ao estado, como também necessita sobreviver, enquanto poder privado que se confronta constantemente com o mesmo estado. Os discursos são selecionados e nessa seleção, o componente ideológico do poder está presente dizendo aquilo que deve e o que não deve ser escrito, porque o jornal se reconhece certamente como condutor de idéias e ações.

1.4- A Imprensa gaúcha e seus limites discursivos nas décadas de 1930 e 1940

As décadas de 1930 e 1940 foram como, já anteriormente colocado, tempos de profundas transformações na sociedade brasileira. A política não fugiu à regra, ocupando espaço privilegiado nas relações humanas, intercambiando uma situação herdada da República Velha, com todos os vícios daqueles que detinham o poder, com uma nova correlação de forças, onde a prática liberal era a tônica. O mandonismo puro e simples foi substituído pela prática do aliciamento em que os meios de comunicação tiveram papel extremamente importante, funcionando como mediadores das relações entre o governo e as novas forças que

iam se formando, notadamente as classes médias urbanas, responsáveis pela afirmação do novo modelo político configurado no chamado populismo.

Diante dessa nova situação, os meios de comunicação mais difundidos, como o jornal e posteriormente o rádio exerceram sobre a opinião pública influência, fazendo com que situações como a implantação do golpe de 1937, por exemplo, fossem encaradas dentro de um contexto normal. A tônica dos discursos jornalísticos e radiofônicos apontava o caminho a ser seguido, de maneira que, pudesse o Brasil, fugir da iminente “baderna” representada por teorias consideradas exóticas, como por exemplo o comunismo, tido como o grande “monstro” a ser combatido, caso contrário, as “instituições democráticas” iriam sucumbir. Para isso, o governo utilizou-se de práticas repressivas, cuja contestação foi diluída dentro de um processo que propugnava a incorporação de toda a sociedade a partir de um ideário de modernidade e progresso.

Para isso, o estado utilizava-se da polícia para operar em duas perspectivas diferentes como observa Cancelli:

A primeira delas, a mais visível e mais direta, era a repressão de tudo e de todos que se opusessem ou que haviam se transformado em inimigos potenciais ou objetivos do regime e de seu líder, Getúlio Vargas. A segunda perspectiva fazia parte de uma ação pretensamente secreta, mas que levava todos na sociedade a conhecer ou imaginar os perigos e a violência a que poderiam ser expostos através da exclusão impetrada pela polícia aos considerados inoportunos pelo Estado⁷¹

Ainda segundo Elizabeth Cancelli, o governo usava instrumentos de violência que asseguravam sua existência legal. Era, portanto, “um estado forte, uno e idealista, que de uma maneira repetitiva forjava um projeto político calcado em postulados incontestáveis e que

⁷¹ CANCELLI, Elizabeth. O Mundo da Violência “A política da Era Vargas. Brasília: UNB, 1993. p.50

pretendeu transformar todos - ricos, pobres, burgueses e operários, homens, mulheres, crianças, brasileiros ou estrangeiros - em guardiões deste ideário⁷²”.

Todos esses recursos eram fartamente explorados sem que a voz da contestação pudesse sobrepujá-los, pelo menos até os dois últimos anos do Estado Novo, quando então o cenário nacional e internacional foram alterados, gerando a necessidade de alinhamento com a idéia de democracia defendida pelos Estados Unidos, incompatível com o autoritarismo interno vigente.

O jornalismo, como outros meios de comunicação, sofria com essa castração da liberdade de expressão. Gilberto Dimenstein acrescenta:

O jornalismo independente significa permanente incômodo, sempre enfrentando atritos com quem manipula a informação, esteja esse manipulador no governo ou na oposição. Quando o poder e a Imprensa se dão muito bem, o leitor se dá mal⁷³

Quando ao contrário, a imprensa apresenta certa liberdade em relação ao poder, os homens públicos, quando não convergem com as aspirações reinantes, não se sustentam. Foi o caso do próprio presidente Getúlio Vargas que em 1945 teve de renunciar devido às pressões políticas. Quando imprensa e poder instituído não estão afinados, ela é responsável pela destituição dos próprios governantes, como ocorreu posteriormente na história do Brasil.

Os acontecimentos das décadas de 1930 e 1940 repercutiram na imprensa de forma heterogênea, ou seja, houve momentos em que existiram discursos convergentes de apoio, por exemplo, o movimento de 1930 que repercutiu na imprensa gaúcha de maneira avassaladora. Os jornais trabalhados assumiram a bandeira da revolução como necessidade

⁷² Idem.

salvadora das instituições democráticas. Os tons dos discursos é que apresentavam matizes mais ou menos fortes, mas a idéia era a mesma. Já em relação à Lei de Segurança Nacional de janeiro de 1935, alguns a consideraram necessária para manter a ordem e outros questionaram o seu objetivo e o cerceamento das liberdades que advieram dela.

As posições assumidas pelos jornais do Rio Grande do Sul variaram de acordo com as orientações político-partidárias predominantes em cada uma, por exemplo a campanha onde era fortemente enraizado o Partido Republicano Rio-Grandense que tomou posições ao longo da década de 1930, de acordo com alinhamento ao governo federal em certos momentos e não-alinhamento em outros.

Nesta tese, buscamos entender um pouco mais as relações da imprensa com o poder através de seu estudo em cidades gaúchas que apresentavam à época uma densidade populacional capaz de caracteriza-las como centros irradiadores de informação.

Analisando o Censo Demográfico de 1940 verificamos que as cidades, cujos jornais arrolamos, apresentavam as seguintes populações: Porto Alegre- 272.232, Rio Grande- 60.802, Pelotas- 104.553, Santa Maria- 75.597, Caxias-39.677, Alegrete-38.949 (Censo Demográfico População e Habitação, Rio de Janeiro, 1950). Esses números correspondem, à população absoluta das cidade. Cada uma delas detinha pelo menos um jornal do período destacado, sendo que, Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre que correspondem ao tripé principal do eixo de nossa pesquisa tinham até dois periódicos, normalmente com uma certa rivalidade.

A área de abrangência desses jornais ficava normalmente restrita à própria cidade e arredores, excetuando-se os jornais maiores como de Rio Grande, Pelotas, Santa Maria, bem como de Porto Alegre, cuja circulação era mais ampla. Santa Maria por localizar-

⁷³ DIMENSTEIN, Gilberto. As Armadilhas do Poder: “bastidores da Imprensa”. São Paulo: Summus,1990. p.154.

se estrategicamente no centro do estado, Porto Alegre por ser a capital e Pelotas e Rio Grande pela grande movimentação comercial.

A imprensa escrita significou muito para as décadas de 1930 e 1940, levando-se em conta a precariedade das comunicações. As notícias chegavam com dois ou três dias de atraso, o que hoje em dia parece inconcebível. Esses atrasos de certa forma facilitavam a pouca ou quase nenhuma mobilização por parte da população em golpes ou contra-golpes. Até mesmo naquelas situações onde a imprensa apresentava consenso nas opiniões emitidas, havia retardo nas informações⁷⁴.

A partir de meados da década de 1930, o rádio de nascimento oficial em 1922 começava a se destacar e iria atingir cada vez mais a população brasileira. Depois de 1930, o rádio no Brasil evoluiu, ficando o estado do Rio Grande do Sul em posição bastante destacada com relação a ele. O ano de 1930 ficou marcado pelo controle oficial sobre o rádio, sendo permitida apenas a divulgação de comunicados que interessassem ao governo revolucionário, como por exemplo, os assinados por Góes Monteiro. O rádio também participou de momentos importantes da história brasileira, como em 1932, por exemplo, quando os estudantes paulistas invadiram a Rádio Record e conclamaram o povo a mudar a situação política do país ou ainda como em 1934 quando reagiram contra o DIP. Vampré faz a seguinte observação:

*O rádio reagiu valorosamente mesmo com riscos de represália. O protesto manifestou-se quando as rádios brasileiras saíram do ar entre as 20:30 às 21:30 horas prevista para a transmissão da Hora do Brasil, alegando problemas técnicos*⁷⁵.

⁷⁴ Essa situação se verifica quando do movimento de 1930 que a Imprensa do interior passa a noticiar entre os dias 5 e 7 de outubro quando o movimento já havia eclodido no dia 3 do mesmo mês. O movimento de 1930 era amplamente defendido pela Imprensa.

⁷⁵ VAMPRÉ, Octávio Augusto. Raízes e Evolução do Rádio e da Televisão. Porto Alegre: Feplan-RBS. Fundação Educacional Padre Landell de Moura, 1979. p.57.

O presidente aceitou então reduzir o horário do programa e antecipar a sua apresentação. Esse protesto, todavia, nunca mais foi esquecido tanto que o rádio teve de se submeter a uma legislação específica, além de assumir uma postura empresarial, calcada no modelo norte-americano. A partir de 1940, o governo estendeu mais o seu poder de força sobre o rádio, estatizando a Rádio Nacional. Vampré reitera ainda:

O regime ditatorial de Getúlio Vargas cassou concessões, fechou jornais, instituiu, através do seu famigerado Departamento de Política e Propaganda, a rolha que por sete anos, obscureceu a Imprensa escrita e falada. E foi por um desses atos arbitrários que a Rádio Nacional, o vespertino “A Noite”, “A Noite Ilustrada”, a revista “Carioca” e seu moderníssimo sistema de impressão em off-set, então o único no país, passaram a constituir com algumas outras, também desapropriadas pelo governo conhecido por Estado Novo, as chamadas “Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional”⁷⁶.

Quando a Segunda Guerra avançou e a notícia do torpedeamento dos navios mercantes brasileiros foi divulgada entre os rádio-ouvintes, a exemplo do que ocorria com os jornais, a opinião pública foi sendo estimulada a defender a democracia apregoada pelos Estados Unidos, forçando: “Vargas a abrir mão de sua tendência pró-nazi-fascista e, mais, integrar o país nas forças aliadas”⁷⁷.

O rádio passou então, a ser amplamente explorado pelo Estado Novo no seu programa a Hora do Brasil. Vargas começava sua fala com o chamamento: “Trabalhadores do Brasil...”, onde através de um discurso populista defendia a sua prática de governo. Vampré conclui escrevendo que em 1945:

⁷⁶ Idem.p.78.

⁷⁷ Ibidem.

Verificou-se, no Brasil a queda do regime ditatorial de 1937, com a deposição de Getúlio Vargas. Mas o governo deposto e que tanto incentivara o trabalhismo como expressão política, deixou, na radiodifusão, a sua marca ideológica. Primeiro, a criação da Fundação Mauá, no Ministério do Trabalho e, com essa fundação, o surgimento da rádio Mauá” A Emissora do Trabalhador”, confiada a Gilson Amado e inaugurada a 13 de março⁷⁸.

A radiofonia constituiu um meio de comunicação que avançou ao longo da década de 1930 e se consolidou na década de 1940, não chegando a substituir o jornal, mas tomando alguns espaços significativos e tendo a seu favor a maior rapidez nas informações. Quanto ao aparelho em si, sua evolução técnica foi acelerada e forçou a adaptação de novas concepções de *design* que o tornassem de fácil assimilação e que o transformaram em uma peça da vida familiar, adaptado a um móvel de madeira em formato de capelinha e: “nessa versão afetiva ele logo se tornaria o centro articulador do cotidiano, do consumo dos valores, das conversas, do imaginário e dos rituais familiares”⁷⁹

Quando optamos pelo estudo da imprensa rio-grandense, estávamos pensando na importância da mesma, bem como na quantidade de informações que essa mesma imprensa foi capaz de elaborar e qual a relação ou relações que os jornais do interior do estado tinham com a imprensa da capital. Tomando ainda por parâmetro, o envolvimento político-partidário que esses jornais apresentavam, denota-se a preferência das informações políticas presentes ou às vezes ausentes fisicamente, mas sublinaramente presentes nos jornais- note-se que muitas vezes as informações foram suprimidas em momentos críticos da política nacional.

Como representante de sua época, a imprensa está também condicionada às imposições legais, mas ainda é uma fonte considerável para a reconstrução da história como destaca Schneider:

⁷⁸ VAMPRE. op cit, p.96.

Já se afirmou que cada época, em país civilizado, dispõe de Imprensa que a reflete, nas opiniões e nas tendências, visando a informar e esclarecer, a instruir e orientar. Assim acontece, de fato em todas as sociedades politicamente organizadas, onde mais verossímeis são os meios de expressão quanto maiores as garantias de liberdade, conferidas ao jornalista devotado ao seu ofício⁸⁰.

O autor ainda complementa:

O jornal é um testemunho redivivo, sobranceiro às gerações que se sucedem, à roda dele, gravitam os acontecimentos remotos, ao sabor da época.é através do periódico,fiel a si mesmo, que se faz a história, sem preconceitos e com a realidade à vista⁸¹

Reverbel chama a atenção ainda, para o aspecto ético que envolve a imprensa rio-grandense à seguir:

O panorama ético em que situa a imprensa rio-grandense não é, evidentemente, resultado de um fenômeno de geração espontânea, que tenha vindo a furo de uma hora para outra.É resultado de todo um processo evolutivo, cujas raízes remotas e profundas se confundem com as de nossa própria formação social, pois se é verdade que a Imprensa influi sobre a sociedade, não é menos exato que a sociedade também influi sobre a Imprensa, numa escala talvez mais determinante, já que os jornais, em última análise, são tanto um produto dos leitores e anunciantes, que os compram e sustentam, como dos proprietários que os administram e orientam, e dos profissionais que os elaboram tecnicamente⁸².

Ana Maria Camargo chama a atenção, no entanto, para um perigo que esse tipo de fonte pode representar.

⁷⁹ SEVCENKO, Nicolau. “República: da belle Époque à Era do Rádio” IN História da Vida Privada no Brasil.vol.3. Nicolau Sevcenko (org.). São Paulo: Companhia das Letras,1998.p.586.

⁸⁰ SCHNEIDER,Edgar Luiz. “Imprensa Sul-rio-grandense nos séculos XIX e XX” In Fundamentos da Cultura Rio-grandense. Porto Alegre: Editora da UFRGS,1962.p.83.

⁸¹ Idem.

⁸² REVERBEL, Carlos. “Tendências do Jornalismo Gaúcho” In Fundamentos da Cultura Rio-grandense. Porto Alegre: Editora da UFRGS,1956.p.114.

*Tomando como fonte esse tipo de documento, teremos sempre uma visão parcial e subjetiva da realidade, distorção provocada não só pela proximidade dos homens com os fatos que apareciam no dia-a dia, mas também, e principalmente, por seu comprometimento com as coisas. É preciso não esquecer, porém, que a realidade inclui o que se pensa sobre ela*⁸³.

Camargo ainda enfatiza que:

*Se admitirmos que a problemática não se reduz à busca da veracidade das informações, pode-se ir mais longe; o jornal é um documento a ser usado com o máximo cuidado; os perigos de distorção (comuns, aliás, a todos os textos - onde geralmente se encontra aquilo que procuramos) são bem mais freqüentes, principalmente quando se trata de jornais do século XIX, em sua maioria formativos, doutrinários, apaixonados. Corremos o grande risco de ir busca num periódico precisamente aquilo que queremos confirmar, o que em geral acontece quando desvinculamos uma palavra, uma linha ou um texto inteiro de uma realidade maior*⁸⁴.

A mesma autora faz uma análise do século XIX, mas quando observamos o século XX, também não deixamos de correr alguns riscos. Até a década de 1930, os jornais que já haviam entrado naquela fase moderna com características mais empresariais, assumem características diferentes. Nessa fase o jornal tenta se apresentar de forma mais isenta, retratando a notícia sem grandes arroubos de parcialidade política. No entanto, quando avançamos nossa pesquisa em direção à década de 1930, temos o fator censura a considerar. Com ele, a imprensa independente perdeu muito espaço, criando-se com o advento do Estado Novo uma espécie de cumplicidade forçada com o modelo político implantado. A imprensa, aliás, para continuar seu trabalho precisava se adaptar às novas regras ou corria o risco de ter suas publicações interditas. Os jornalistas tiveram que elaborar verdadeiros

⁸³ CAMARGO, Ana Maria. “A Imprensa periódica como fonte para a História do Brasil”. In: Simpósio Nacional de Professores Universitários de História. São Paulo: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1971. p.225.

⁸⁴ CAMARGO, op cit, 226.

malabarismos para passarem as suas mensagens de maneira que não se comprometessem, nem comprometessem os jornais. Existiram perseguições e prisões até a primeira metade da década de 1940, quando então, a política do Estado Novo tendeu a sofrer várias formas de pressão externa e interna, revertendo a tendência em favor da democracia liberal.

Para Schneider:

São os profissionais rio-grandenses hoje sindicalizados e se entregam de fato ao exercício do nobre mister, empenhados em desenvolver e aprimorar, a serviço da opinião pública, todos os seus esforços. Longe de os extremar, eis que a sua atividade, sobre não revestir um caráter acidental, converge a definir vocações e a ensejar um roteiro, que a todos oriente e não deixa de fascinar os noviços do ofício, à sombra de interesses comuns(...)foi o que determinou a fundação da Associação Rio-Grandense de Imprensa, em 19 de dezembro de 1935(...)não mais são autodidatas todos os que ingressam nas folhas impressas, por isto que uma grande parte tende a adquirir, através de estudos de ensino superior, uma formação especializada⁸⁵.

Referindo-se ainda, ao progresso da imprensa contemporânea, aquela que é objeto de nosso estudo, o autor acrescenta:

Graças ao surto diluvial de inovações, que interessam hoje todas as atividades, variam e aperfeiçoam-se, a cada passo, a técnica e os processos da imprensa moderna. Embora a ética jornalística não conheça distorções, é certo que a feição material do periódico sofre mutações constantes e até mesmo surpreendentes. A preocupação em agradar ao público, visando a descobrir o seu gosto, a fixar as suas necessidades e a satisfazer as suas inclinações, resume a própria condição de sobrevivência do jornal, sob o império da evolução humana. Tudo se moderniza, nos meios de comunicação às massas, o noticiário, a reportagem, a entrevista, o editorial(...)felizmente outra não tem sido, entre nós, nas suas folhas quotidianas, da manhã ou da tarde, a crescente adaptação às conquistas hodiernas. O Rio Grande do Sul só tem por que se rejubilar da difusão que o jornalismo adquiriu nas cidades do interior e nesta metrópole, onde a arte de escrever e de vulgarizar por meio da folha volante não tem segredos⁸⁶.

⁸⁵ SCHNEIDER, Edgar Luiz. Imprensa Sul-rio-grandense nos séculos XIX e XX In Fundamentos da Cultura Rio-grandense. Porto alegre: Editora da UFRGS, 1962. p.100.

⁸⁶ Idem.

O autor destaca também, que os jornais tem a seu dispor todos os meios informativos, obtidos com rapidez, através do avião e do rádio, entre outros. “Lado a lado já se encontram entre nós, a imprensa escrita e a imprensa eletrônica, que se interpenetram e atuam conjugadas (...) as tiragens aumentam e a circulação quase realiza o milagre da ubiquidade, pois as distâncias se encurtam e a presença do jornal lembra ao leitor, não raro, a máquina que o imprimiu”⁸⁷.

À medida que avançavam as décadas de 1930 e 1940, houve uma certa complexidade dos meios de comunicação, como um todo, o jornal acompanhou essa tendência da busca pelo público leitor e a concorrência tornou-se uma constante, principalmente como já foi dito, naquelas cidades onde existiam no mínimo dois jornais. Nas capitais, a concorrência era muito maior. No sudeste, por exemplo, os jornais entravam em luta diária pela divulgação das notícias e pela disputa do público leitor.

Seguindo nossa linha de estudo, a análise dos jornais citados contou principalmente com a bibliografia consultada, além dos próprios jornais, no entanto, nos parecia que faltava um conhecimento mais íntimo dos próprios jornais ou de quem participou ativamente da publicação dos mesmos. Como o período histórico nos impossibilitou fazermos grandes contatos com pessoas da época, pelo simples motivo que alguém que tivesse trabalhado em um jornal na década de 1930, por exemplo, teria hoje seguramente mais de oitenta anos de idade, tivemos de buscar outra alternativa. Devido a muitas dessas pessoas já serem falecidas ou estarem com a saúde comprometida, nos dificultou a pesquisa. No entanto, como sentimos a necessidade de conhecer um pouco mais do outro lado da notícia, como já dissemos, de quem participava da sua publicação, contatamos em Rio Grande um antigo redator e diretor do *Rio Grande* que nos falou da sua relação com o jornal, suas experiências, as dificuldades que encontrou na época de seu trabalho, além da sua percepção

⁸⁷ Idem.p.101.

da imprensa da região, exemplificando-se, assim, com uma perspectiva sobre nosso objeto de estudo⁸⁸.

O nosso entrevistado Sr. Gilberto Centeno Cardoso, nasceu no ano de 1926 em Rio Grande onde reside atualmente. Sobre suas relações com o jornal Rio Grande esclarece o seguinte:

As minhas relações com o jornal Rio Grande são de duas espécies, a primeira como leitor, a segunda como redator e diretor. Como leitor da década de 30 e da década de 40. Redator e diretor, nas décadas de 50 e 60⁸⁹.

Referindo-se a importância política do jornal Rio Grande, nosso entrevistado acrescenta que:

⁸⁸ Trabalhamos pontualmente com a História Oral, por isso ela não aparece como metodologia de todo o trabalho e sim como um momento específico dentro da tese. O entrevistado trabalhou no *Rio Grande* na década de 1950, mas tem em suas lembranças informações como leitor das décadas anteriores, aquelas que particularmente nos interessam, assim, nos apresenta um painel das características mais marcantes do periódico, seu relacionamento com outros jornais da região e mesmo da capital. Utilizamos para essa forma de pesquisa os instrumentos teóricos da História Oral e sua vertente chamada de História Oral Temática. Seguimos a leitura de alguns autores entre eles, Meihy que esclarece: *Como pressuposto, a História Oral implica uma percepção do passado como algo que tem continuidade hoje e cujo processo histórico não está acabado. A presença do passado no presente imediato das pessoas é razão de ser da História Oral. Nesta medida, A História Oral não só oferece uma mudança para o conceito de História, mas, mais do que isto garante, sentido social à vida de depoentes e leitores que passam a entender a seqüência histórica e a sentirem-se parte do contexto em que vivem.* Sobre a História Oral Temática, o autor ainda escreve que: “dado seu caráter específico, a História Oral Temática tem características bem diferentes da História Oral de Vida. Detalhes da história pessoal do narrador apenas interessam na medida em que revelam aspectos úteis à informação temática central” (MEIHY, José Carlos. Manual de História Oral. São Paulo: Loyola, 1998, p.10). Elaboramos então um questionário que levamos ao nosso entrevistado e oportunizamos que a sua fala sofresse o mínimo de interferências, de maneira que, aquilo que pode ser importante do ponto de vista do entrevistado, foi por ele colocado. A seguir estão esboçadas as questões que foram propostas. Dados de Identificação. Especifique sua relação com o jornal Rio Grande (leitor, redator, diretor)? Qual é, na sua opinião, a importância política e social do jornal Rio Grande para o público leitor das décadas de 1930 e 1940 do século passado? Qual era a área de abrangência do jornal Rio Grande? Onde era lido? Como o jornal se relacionava com outros jornais da mesma época? Quais eram? Havia reproduções de outros periódicos? Tem informações a respeito da censura imposta ao jornal? Em caso afirmativo, como ocorria? Na sua concepção, como o jornal Rio Grande pode ser caracterizado nas décadas de 1930 e 1940 e qual a percepção que tinha da política nacional? Essas interrogações foram pensadas justamente para que pudéssemos completar aquela lacuna que nos parecia descoberta, ou seja, da informação mais humanizada de quem participava ativamente do trabalho jornalístico ou daquele que reconheceu a notícia na sua época, menos viciada do leitor de hoje que descortina o passado com um outro olhar, mais crítico, filtrado inclusive, pelo julgamento histórico que sucedeu esses acontecimentos. Mesmo que o entrevistado também tenha vivenciado os desdobramentos posteriores desses acontecimentos, ele ainda guarda na memória as impressões que teve.

O jornal Rio Grande teve uma importância política muito grande para a cidade. O Rio Grande era para a cidade do Rio Grande o que a Federação era para o estado do Rio Grande do Sul, o jornal oficial. Nele se publicavam todos os atos oficiais. Ele era na realidade, um diário oficial e assim ele se conservou desde a época da sua fundação 1913, 1º de dezembro de 1913, portanto era um jornal governista. Teve diversos diretores, todos eles militando na política. Eu conheci pessoalmente um dos diretores que foi nessas décadas de 30 e 40 que foi o professor Carlos Santos, o gerente era o seu Alves, também um grande batalhador da Imprensa, o nome era Augusto Alves. Posteriormente na época em que eu fui diretor do jornal, o filho dele trabalhou conosco que era o Alberto Alves. Portanto, era um jornal do município, todos os atos do município eram publicados no jornal Rio Grande e as assinaturas eram feitas pelo comércio pela indústria e pela população, principalmente pelo comércio pela indústria e pelas classes produtoras, como se dizia, porque era o jornal que trazia a palavra do município.

Com relação a questão da abrangência do jornal Rio Grande e dos locais onde era lido, o Sr. Gilberto nos declarou que:

A abrangência do jornal Rio Grande foi nessa década a cidade do Rio Grande e os distritos, Quinta, Povo Novo. O Rio Grande nunca teve uma amplitude assim como o Correio do Sul de Bagé era vendido, circulava no limite de Rio Grande, um jornal muito bom, dirigido pelo Fanfa Ribas, um jornal respeitado, o Correio do Sul (eu pretendo trabalhar com ele - intervenção nossa), pois é era um jornal muito lido, inclusive porque a colônia bageense era muito grande, é lógico que mandavam o Rio Grande para familiares em Porto Alegre.

Cabe salientar que fizemos algumas interferências durante a exposição do nosso entrevistado somente à título de esclarecimento sobre alguma colocação ou afirmação. As poucas interferências, no entanto, tiveram o cuidado de não sectionar o pensamento do nosso entrevistado, antes sim estimular as colocações que estavam sendo feitas. Sobre a questão seguinte que tratava do relacionamento do jornal Rio Grande com outros da mesma época e sobre as possíveis reproduções feitas de outros periódicos, nosso entrevistado nos respondeu:

⁸⁹ Gilberto Centeno Cardoso. Entrevista realizada em 24-10-2002.

Na mesma época existia em Rio Grande, nas décadas de 30 e 40. Na década de 30 existia o Echo do Sul e o Tempo. O Echo do Sul terminou em 34 e O Tempo se prolongou até... acho que até 60, um jornal fundado pelo Cadaval, bem, olha no meu tempo, houve uma divergência entre o jornal Rio Grande e O Tempo, porque nessa época já não mais se falava em jornal oficial, então O Tempo publicava os atos do município, os atos do município eram distribuídos de acordo com o governo do município e as tendências do mesmo, então o diretor no tempo que era o Saul Porto que era do PTB, então ele tinha facilidade de penetrar no governo que era o governo do PTB. O Rio Grande não tinha porque era independente e era jornal de oposição, bem posteriormente, na década de 40 havia O Tempo, Gazeta da Tarde e o Rio Grande e havia um órgão que era de confissão católica que era o Cruzeiro do Sul, mas o Cruzeiro do Sul era um semanário, dirigido pelo padre Eurico Magalhães e, posteriormente ainda no tempo em que eu dirigia o Rio Grande, já existia o Agora e o Peixeiro, o Agora já existia-eram jornais separados então?(pergunta nossa). Não, o Peixeiro começou como uma distribuição gratuita no cinema e até hoje ele ainda sobrevive como um encarte do jornal Agora, mas ele era um jornal que se distribuía na entrada do cinema, distribuição gratuita.

Em relação à censura, tendo em vista que a segunda metade da década de 1930 e a primeira década de 1940 ficaram marcadas por ela, os jornais precisaram se enquadrar na lógica da política populista. Aquele que não se submetesse, tinha as suas publicações cerceadas. Especificamente sobre esse ponto, nosso entrevistado esclareceu o seguinte:

Censura imposta ao jornal. Nós, nunca tivemos censura, apesar mesmo do meu período preencher a Revolução de 64. Nunca houve, nunca houve censura - e dessa época assim do Estado Novo?(interferência nossa). Não houve, porque o jornal Rio Grande era um jornal do governo, era até interessante, porque nessa época de 30, no Tempo existia uma corrente integralista que era liderada pelo professor Carlos Loréa Pinto, mas eu acho que nem no Tempo houve essa censura, teve uma leve coloração verde, a cor do Partido Integralista Brasileiro- eu percebi fazendo o levantamento que mais para o final do Estado Novo, ali quando tem a entrada do Brasil na guerra, a partir de 42 já se percebe, não uma crítica assim muito direta ao Estado Novo, mas já se percebe alguma contrariedade, não é muito explícita a relação, mas já se levantam algumas coisas, como por exemplo a situação do Brasil, a necessidade do alinhamento com os países aliados (intervenção nossa). Mas isso, a partir de 40 foi defendido pelo governo, tanto que houve um perfeito entrosamento entre os Estados Unidos e o Brasil. Não era porque em primeiro lugar, o Carlos Santos era trabalhista, ou melhor era getulista, toda a redação do jornal era getulista, quer dizer não acredito que tenha havido uma censura ao jornal, nem que o jornal tenha agredido o Estado Novo, talvez tenha existido alguma crítica esparsa, alguma voz isolada, mas como orientação não houve. O jornal continuava nessa época, o prefeito era o Dr. Roque Aita Júnior. Ele surgiu, o Rio Grande surgiu na época do prefeito, do intendente Dr. Nascimento, não foi o Nascimento foi o Trajano

Lopes e o Rio Grande já era continuidade de um outro jornal governista que existia, também não me lembro bem se era o Artista ou um outro jornal. O Rio Grande continuou a orientação governista desse jornal e o Echo do Sul não, o Echo do Sul foi sempre oposição, oposição e mentiroso, esse sofreu os efeitos da censura, principalmente na Revolução de 93, terminou em 34. Eu me lembro do Echo do Sul, ele era impresso no mesmo papel do correio do Povo, era róseo, papel róseo. Era também considerado o róseo da cidade do Rio Grande e havia uma ligação íntima entre o Echo do Sul e o Correio do Povo, porque o Correio do Povo por debaixo do poncho também era maragato, era Federalista, então, veja bem, essa censura não existiu durante esse período.

Chamando atenção também para o formato dos jornais, o entrevistado esclareceu que todos os jornais dessa época tinham o formato grande e que o primeiro jornal em formato pequeno foi a Gazeta da Tarde.

A imprensa, segundo o entrevistado era facciosa, ou era contra ou era a favor, não havia independência nenhuma, a *independência era pró-forma*. De acordo com ele o *Opinião Pública* de Pelotas era da oposição e o Diário Popular tinha a mesma situação do Rio Grande, era um jornal oficial ou semi-oficial, era patrão da Federação⁹⁰.

Reafirmei-lhe a pergunta sobre as reproduções que os jornais faziam das notícias do centro do país ao que o Sr. Gilberto respondeu:

As reproduções eram muito comuns e o principal elemento era a tesoura, era tudo na base da tesoura, serviço telegráfico eu acredito que o governo nunca teve serviço telegráfico. A Opinião Pública, me lembro bem tinha até um parente que trabalhou na Opinião Pública nessa época, década de 40, ele ouvia o repórter Esso e ele ainda dizia que era papa-notícia do repórter Esso e publicava depois na Opinião Pública. A tesoura é que funcionava, aliás, eu tenho, até, a viúva do último dono do Echo do Sul me deu de presente a tesoura do Echo, era a tesoura que cortava as notícias dos outros. Com relação às pessoas que trabalharam nesses outros jornais, o senhor tem alguma informação?(pergunta nossa)- Olha, no Rio Grande, eu tinha um corpo de redatores muito bom, o Carlos Santos que era o redator-chefe. Depois tinha os colaboradores, por exemplo, o professor Beirão que era um português que residia em Rio Grande, o seu Monteiro, Antenor de Oliveira Monteiro.

⁹⁰ O nosso entrevistado aqui apresenta uma visão de que na época não existiam jornais independentes, os que haviam acabavam tomando posição contra ou a favor do governo em determinados momentos.

O entrevistado declarou ainda que algumas notícias vinham por telégrafo, mas a maioria era recortada de outros jornais.

Assim, conseguimos junto a nosso entrevistado, várias informações da época que nos possibilitaram ter uma melhor visão do período estudado e conseguimos esboçar mais claramente o lado humano da imprensa gaúcha, de quem trabalhou diretamente, das dificuldades de se fazerem as reportagens, a questão da transcrição de outros jornais. Mais do que analisar friamente as notícias dos próprios jornais precisávamos de informações mais vivas para que pudéssemos alcançar os nossos objetivos que são reconhecer a importância da imprensa gaúcha nesse período e de como ela se comportou diante de todos os acontecimentos políticos de então.

Neste exemplificado contexto do jornalismo da época, os jornais foram adquirindo novas feições e características próprias. De acordo com Jandira Silva:

É o momento do aperfeiçoamento técnico e editorial de nossos jornais. Os principais já mostram uma feição moderna, utilizando a fotografia e buscando novas formas de apresentação das matérias, através dos títulos e chamadas... no interior do estado, fundam-se os primeiros jornais que terão circulação regional... fator apreciável é que o jornal desperta a curiosidade e se alastra pelos municípios, na medida em que grandes jornais estão se alastrando na capital⁹¹.

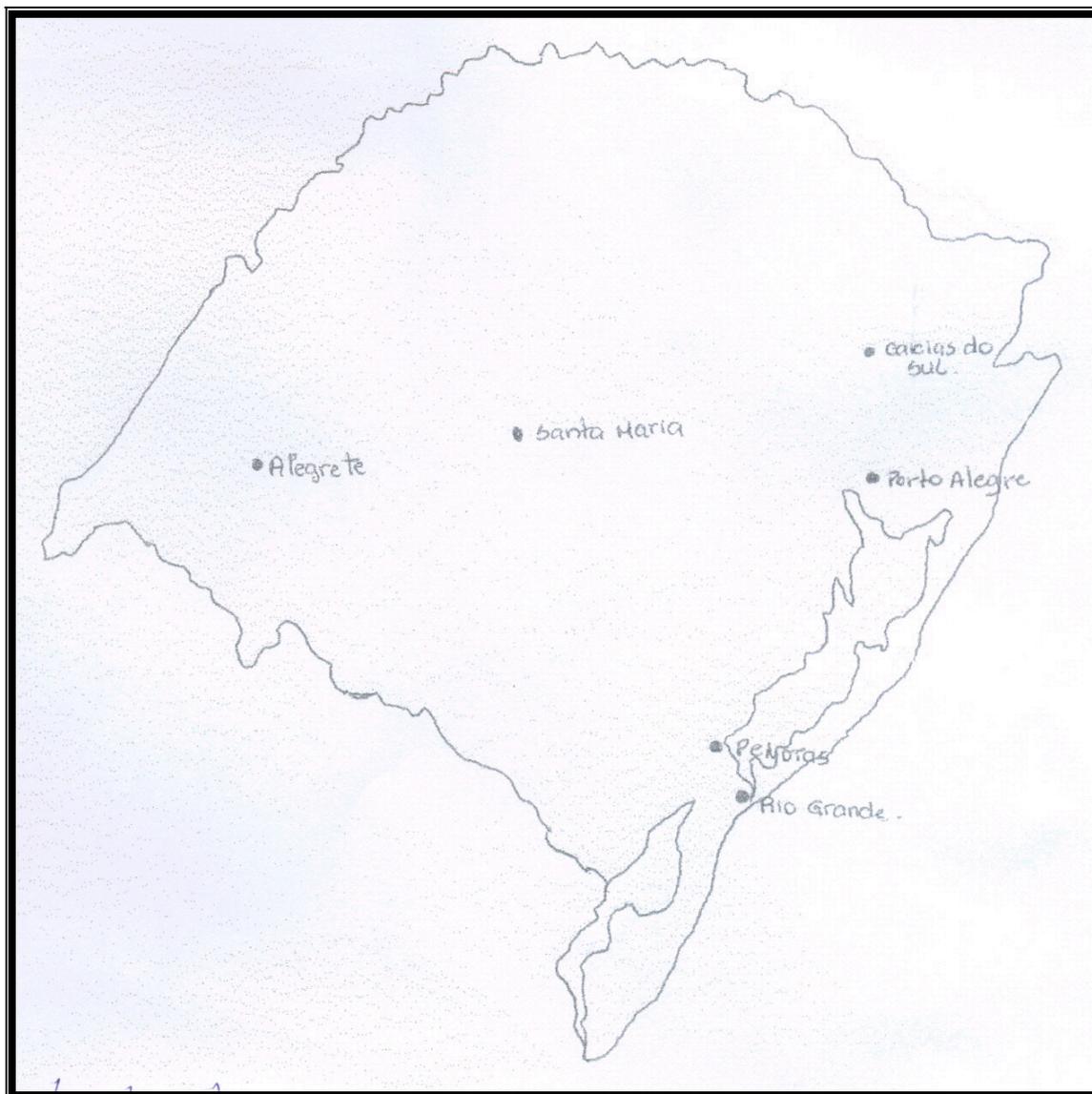
Esses elementos significavam uma nova maneira de apresentar a mensagem, induzindo o leitor à formação de opinião prévia sobre os diversos assuntos.

Os jornais foram estudados a partir da análise da densidade populacional de suas cidades à época e da sua localização no espaço geográfico rio-grandense, levando em conta suas principais regiões, como segue:

⁹¹ SILVA, Jandira et alii. Breve História da imprensa Sul Rio-grandense. Porto Alegre: Corag, 1986.p.239.

JORNAL	CIDADE
<i>Rio grande</i>	Rio Grande
<i>O Tempo</i>	Rio Grande
<i>Correio do Povo</i>	Porto Alegre
<i>Diário de Notícias</i>	Porto Alegre
<i>Diário Popular</i>	Pelotas
<i>Opinião Pública</i>	Pelotas
<i>Gazeta de Alegrete</i>	Alegrete
<i>A Razão</i>	Santa Maria
<i>Correio Rio-Grandense</i>	Caxias do Sul/Garibaldi

Localização das cidades – sede dos jornais pesquisados



Rio Grande – Órgão do Partido Republicano até 1932 quando passou a se apresentar como Órgão do Partido Republicano Liberal, devido ao rompimento do então interventor federal, General Flores da Cunha com o Partido Republicano. Era, portanto, um jornal situacionista que reproduzia muitas informações do centro do país e também da capital do estado⁹². Depois da renúncia do general Flores da Cunha e sua posição contrária ao governo

⁹² Essa questão da reprodução de notícias era comum na época, devido ao pouco número de correspondentes que os jornais tinham e os altos custos que eles implicavam. Dessa forma, notícias do tipo: conforme o Correio da

federal, o jornal assumiu a postura de defensor do regime implantado por Vargas em 1937, justificando a necessidade de salvaguardar a lei e a ordem. O órgão foi fundado em 1º de dezembro de 1913. De acordo Com Francisco das Neves Alves:

O periódico argumentava que refletia o pensamento de uma época, constituindo um esforço 'todo construtor', ao batalhar por seus princípios políticos e pelejando pelos interesses gerais, pretendia inspirar-se devotadamente no direito, na verdade e na razão, fazendo da sinceridade a sua égide, sendo respeitoso, leal e tolerante e exigindo do antagonista a permuta do respeito, da lealdade e da tolerância. Intentando ratificar uma postura séria, o jornal confirmava ser órgão do Partido Republicano do município, de modo que estava política e administrativamente confinado a energias orientadas e a dedicações modelares no serviço do público interesse, pois a sua palavra jamais refletiria o rancor, em qualquer de suas mesquinhas expansões⁹³.

O jornal apresentou-se como republicano e depois como republicano liberal. Durante o Estado Novo não mais se intitulou como órgão partidário. Na década de 1940, quando comemorou o trigésimo aniversário, fez referências às suas primeiras décadas de existência:

Lembrando os momentos em que representava uma folha de filiação partidária. Argumentava que a missão social do jornal, a função de caráter eminentemente político, no melhor sentido do vocábulo, da função da imprensa, dentro da hora histórica, em que lhe coubera viver, numa hora inquieta e sombria de transição dos destinos do homem sobre a terra, procurava cumpri-la com honesto zelo e sincera dedicação. Destacava que as simpatias e a confiança de que sempre e invariavelmente teria estado cercado pela sociedade, representariam o testemunho do acerto de suas atitudes e a utilidade de seus esforços, constituindo a fonte perene de diuturna renovação das forças biológicas e das virtudes psíquicas para o desdobramento da obra a que se propusera. O jornal declarava estar confortado por aquelas simpatias e honrado por aquela confiança, garantindo que prosseguiria a

Manhã..., ou ainda O Correio do Povo publicou que..., eram comuns, sendo que é preciso fazermos um trabalho de garimpagem para detectarmos a verdadeira posição do jornal.

⁹³ ALVES, Francisco das Neves. "Biblioteca Rio-Grandense: textos para o estudo de uma instituição a serviço da cultura". Coleção pensar a história sul-rio-grandense, 30. Francisco das Neves Alves(org.). Rio Grande: Editora da FURG, 2005. p.84.

*jornada traçada, tendo, no próprio título, o seu singelo programa, ou seja, servir à cidade que era o seu nome e a sua bandeira*⁹⁴.

O Tempo - Órgão fundado em Rio Grande a 1º de dezembro de 1906, sob a responsabilidade de Paulo Pacheco, Alípio Cadaval e outros, apresenta-se por vezes de maneira mais independente das orientações do governo federal. Essa independência está obviamente condicionada aqueles momentos em que a censura estava mais arrefecida, nos outros precisou se submeter às ordens impostas. Sobre *O Tempo*, Jandira Silva comenta :

*Encontramos informação de que o jornal tenha se iniciado bem antes, ou houve na década de 1870-1880, um outro com o mesmo nome, pois o primeiro número consta em 1906. Teve longa duração e está relacionado ainda de 1944 a 1959, na coleção Agostinho José Lourenço (existente na Biblioteca Rio-Grandense de Rio Grande), com a observação de que foi suspensa a publicação em 1960*⁹⁵.

O jornal era publicado com um número de quatro páginas, podendo chegar a mais em épocas de edições comemorativas ou aos finais de semana. Existia entre ele e o *Rio Grande* uma certa rivalidade, típica de cidades onde a imprensa escrita estava dividida entre dois periódicos.

Diário Popular - jornal pelotense fundado em 27 de agosto de 1890. Iniciou com o coronel Pedro Osório, do Partido Republicano local. Teve ainda como colaborador, o coronel Massot e como primeiro diretor Theodosio Menezes. Esse jornal existe até os nossos dias. Destoa um pouco da imprensa rio-grandina da época, pelo cunho mais ousado de suas

⁹⁴ idem.p.89.

⁹⁵ Idem, p.238.

chamadas e matérias, como em 18 de outubro de 1936, quando abriu o jornal com a chamada “Censurada a imprensa de Pelotas” ou ainda em julho do mesmo ano quando lançou a seguinte previsão: “Desceram as trevas da noite sobre o cadáver da Democracia brasileira”, referindo-se às constantes prorrogações do estado de sítio que, posteriormente, foi substituído pelo estado de guerra até o golpe do Estado Novo. O período de exceção impôs a censura ao jornal como fez com os demais. A partir de 1943, passou a defender vigorosamente a democracia: “entendemos que Democracia não é Demagogia, como liberdade não é licença, nem anarquia⁹⁶.”

Opinião Pública – jornal pelotense fundado em maio de 1896⁹⁷. Apresenta-se também como jornal independente, acusando a possibilidade por parte do governo federal de implantar a ditadura em meados de 1937, no entanto, precisou também se submeter ao crivo do DIP. Em dezembro de 1937 apresentava matéria jurídica, justificando o Estado Novo com a chamada “Ditadura Constitucional Corporativa”.

Correio do Povo – periódico porto-alegrense fundado em 1º de outubro de 1895 sob a responsabilidade de Francisco Antônio Vieira Caldas Júnior seguido depois por outros. Com a fundação do *Correio do Povo*, se inicia a fase moderna do jornalismo no Rio Grande do Sul, consolidada em moldes capitalistas. O ano da fundação do jornal coincide com a comemoração do Cinquentenário da Revolução Farroupilha. O jornal, que existe até hoje, se apresentava como imparcial principalmente naqueles momentos de maior tensão na política nacional. Essa situação possibilitou-lhe a permanência nos períodos críticos da história nacional. Borges Fortes refere-se a ele da seguinte maneira:

⁹⁶ *Diário Popular*, 23-12-1943.

⁹⁷ Existem dúvidas quanto ao dia da primeira edição, se 5 ou 6 de maio de 1896.

Grande parcela da população rio-grandense, cansada então da violenta imprensa partidária, recebeu com satisfação o novo quotidiano. Embora isso, não foram fáceis os primeiros anos do 'róseo', como era conhecido o Correio, devido a que era impresso em papel de cor rosada. Dificuldades muitas se apresentaram. Estado então essencialmente pastoril e agrícola, não oferecia os recursos da publicidade para a imprensa. Sem o apoio oficial e de qualquer grei política, deveria manter-se com as assinaturas e os poucos meios pecuniários auferidos com a publicação limitada dos reclames e de pequenos anúncios. Árduos os anos iniciais, mas foram superados muito bem pela tenacidade e competência de Caldas Júnior e do valoroso grupo de auxiliares que soube escolher⁹⁸.

Diário de Notícias - Jornal porto-alegrense fundado em 1º de março de 1925, sob a direção de Adroaldo Mesquita da Costa, Francisco de Leonardo Truda, José Pedro Moura e outros. Foi publicado até dezembro de 1979. O jornal tinha uma postura mais independente que o *Correio*. Anunciou situações que foram sendo percebidas no cenário nacional antes dos demais. Isso ocorreu, por exemplo, quando abriu a seguinte manchete: “Anuncia-se que o governo federal decretará, em breve, a extinção dos partidos políticos. Será decretada a extinção dos antigos partidos políticos?”⁹⁹. Efetivamente foram extintos os partidos no dia seguinte conforme havia anunciado o jornal.

Gazeta de Alegrete - Jornal da mesma cidade fundado em 1º de outubro de 1882, circula até nossos dias. Foram responsáveis Luís de Freitas Vale (Barão de Ibirocaí), Jesuíno Melquíades de Souza, José Celestino Prunes e outros. Por ser um jornal da região da campanha e de quase fronteira teve um cunho marcadamente frente-unista, ligado mais ao PRR e a defesa do latifúndio. Nas décadas de 1930 e 1940, a família Prunes passou a ser responsável pela direção e gerenciamento do jornal. Nos momentos de maior tensão entre a Frente Única e o PRL, o jornal saiu em defesa do PRR, partido que compunha também a Frente Única. Quando o governador Flores da Cunha não atendeu prontamente aos reclamos

⁹⁸ FORTES, Gabriel Borges, *Imprensa Gaúcha*: “150 anos”. Porto Alegre: SAMRIG, 1976.

⁹⁹ *Diário de Notícias*, 1º-12-1937.

dos pecuaristas, a *Gazeta* fez críticas conclamando à lembrança das tradições do estado nesse quesito

A *Razão* - Órgão de Santa Maria, fundado em 9 de outubro de 1934¹⁰⁰, dirigido por Clarimundo Flores, Rivadávia de Souza, João Flores, Brinckmann e outros. Também defendia os interesses da Frente Única e da agro-pecuária. Colocava-se a favor ou contra as atitudes do presidente Getúlio Vargas dependendo de como estavam as relações deste com a Frente Única e os partidos que a compunham.

Correio Rio-Grandense - Órgão fundado em 13 de fevereiro de 1909, sob a direção de Décio Bombassaro e Aldo Colombo. Os padres capuchinhos assumiram o controle do jornal em 1921 e o dirigem até hoje. O jornal tinha circulação semanal e se dirigia principalmente para o interior e arredores de Caxias. Conforme já explanado na introdução, o jornal foi transferido para Garibaldi e retornou depois a Caxias do sul. Como semanário da serra, volta-se para as questões relacionadas aos imigrantes italianos, bem como à economia da região.

A partir dessa apresentação, procuraremos demonstrar como a imprensa do Rio Grande do Sul apresenta riqueza de caracteres, de acordo com cada região, suas economias, formação histórica e política. Os jornais do litoral são mais volumosos, em termos de informação, as suas publicações são diárias e a ligação com o setor de comércio e de exportação é mais evidente. Os assuntos, portanto, relacionados com a agro-pecuária são tratados nos periódicos, mas não com a mesma intensidade como naqueles da região da campanha. Politicamente, identificam-se mais com a vertente republicana liberal que depois de 1932 passou a predominar no estado. Com o golpe do Estado Novo, os jornais dessa região

¹⁰⁰ A *Razão* teve o seu ano de fundação em 1934, portanto depois de 1930, mas foi destacado pela nossa pesquisa por tratar-se de jornal extremamente representativo. Nas datas comemorativas da Revolução de 1930 ou de 1932, o jornal faz referências, mostrando qual é a sua opinião sobre esses dois momentos.

são obrigados a se enquadrarem através da censura à imprensa. Em 1946, com a abertura democrática, a imprensa passou a ter maior liberdade de expressão.

A análise dos jornais recaiu sobre alguns dos principais elementos constitutivos que demarcaram a evolução da história política brasileira no período entre 1930 e 1946, como destacamos no quadro a seguir:

PERÍODOS ESTUDADOS	PRINCIPAIS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS ANALISADOS
1930 – 1934	Aliança Liberal Revolução de 1930 Revolução de 1932 Constituinte de 1933 Constituição de 1934
1935 – 1937	Lei de Segurança Nacional Acontecimentos de 1936
1937 – 1946	2ª Guerra Mundial Democratização

Capítulo II - O Cenário Político Nacional de 1930 a 1934: os posicionamentos da imprensa gaúcha

O período que abrange os anos de 1930 a 1934 foi bastante rico em acontecimentos políticos. O Marco inicial desse processo, a Revolução de 1930 encerrou um dos episódios mais controversos da nossa historiografia, não só pelo fato em si, mas pelo que passou a representar para os anos subsequentes. A Revolução que marcou a derrocada da oligarquia cafeeira, detentora do poder desde o início da República, assinalou um divisor de águas na História do Brasil. As novas oligarquias que passaram a dividir o poder, tiveram pela frente as dificuldades da manutenção desse mesmo poder, capitaneado pelo uso discricionário da autoridade governamental, já que os anos que se seguiram à Revolução¹⁰¹ foram anos de uso do poder de forma bastante autoritária.

Na seqüência, o desenrolar de movimentos como a Revolução de 1932, a Constituinte de 1933 e Constituição de 1934, bem como as imposições da Lei de Segurança Nacional serviram para criar na imprensa escrita da época um ambiente de profunda agitação, com os jornais gaúchos, apoiando por vezes e por outras fazendo oposição aos governos estadual e federal.

2.1- A Revolução de 1930, antecedentes históricos, os preparativos da Aliança Liberal e as repercussões na imprensa escrita.

¹⁰¹ Aqui o termo Revolução é utilizado em função do que ficou sendo lugar-comum na historiografia desse acontecimento, não levando, portanto, em conta o conceito marxista de transformação das estruturas, o que aí não se aplicaria à Revolução de 1930.

O remonte do universo da década de 1930 implica, necessariamente, o reconhecimento do que foi a década anterior em termos de efervescência política, cujos reflexos a revolução trouxe consigo. Hélio Silva nos esclarece:

a crise do mundo moderno se apresenta bruscamente, ao deflagrar a primeira Guerra Mundial. Serve de divisor de águas, separando duas épocas, marcando o ocaso de uma civilização e o nascimento difícil e demorado de outra forma de sociedade. A partir desse marco abre-se uma fase de transformação intensa, com a Revolução Russa, a reação fascista, a derrocada brusca dos antigos valores, a busca de novos caminhos. No Brasil, a Revolução se instala em 1922, em três manifestações sucessivas: a revolta cultural com a Semana de Arte Moderna; a revolta social, com a fundação do Partido Comunista Brasileiro; a revolução militar, com o Primeiro Cinco de Julho¹⁰².

No trecho acima, Hélio Silva identifica como marco de todos os acontecimentos da década de 20 que desembocarão em 1930, a Primeira Guerra Mundial a partir da qual o mundo moderno começou a adquirir uma nova feição.

No início dos anos 20, a questão social começou a marcar presença e as revoltas tenentistas do período tornaram, o novo grupo, as camadas médias urbanas, onde os tenentes estavam inseridos, importantes elementos de decisão no cenário político nacional. Referindo-se ainda, à ligação entre as revoltas tenentistas de 1922 e a Revolução de 1930, o autor ainda enfatiza:

a fraude, invalidando o resultado das eleições, é o fato político que desencadeia a Revolução de 30. O processo, porém, começou naqueles acontecimentos de 1922 e continuará, depois da crise que encerra a Primeira República¹⁰³.

¹⁰² SILVA, Hélio. O Primeiro Século da República. Rio de Janeiro: Zahar, 1987. p.5.

¹⁰³ Idem.

Os levantes tenentistas que se iniciaram em 1922, colocando a descoberto a corrupção política que se praticava, motivou outros elementos da sociedade a agirem no sentido de destruírem a máquina do Estado, impregnada de subornos e outras mazelas políticas. Todo o período da República Velha esteve condicionado a um arranjo entre o poder central e os poderes estaduais. Esse acordo conhecido como Política dos Governadores, inaugurado no governo de Campos Sales, dispôs algumas elites regionais, notadamente São Paulo e Minas Gerais a dividirem o poder. Estados como Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco, participavam também, por vezes, desse consórcio. O Rio Grande do Sul, no dizer de Joseph Love¹⁰⁴ foi uma espécie de exportador de políticos que influíram em momentos decisivos da República Velha, entre eles, a campanha Civilista de 1910, quando o PRR apoiou Hermes da Fonseca, nascido no Rio Grande do sul, que seria o futuro presidente, em detrimento de Rui Barbosa, defendido por São Paulo. Em 1922 quando da eleição de Artur Bernardes, Borges de Medeiros levantou bandeira contrária ao candidato do Catete. Em 1930 quando da cisão entre São Paulo e Minas Gerais, o Rio Grande do Sul acabou de vez com a República Velha através da Revolução de 1930.

Os acontecimentos de 1922 e 1924, em que os militares e os civis cerraram fileiras em torno da pureza do regime, impulsionaram uma redefinição de novos valores em termos de política nacional, sem, contudo, pleitear transformações estruturais. Questões como a reforma agrária, por exemplo não fizeram parte do ideário tenentista. A democratização do voto, com uma maior participação popular era seu baluarte.

Em 1924, o segundo levante tenentista que acabou desembocando na Coluna Prestes não obteve êxito. Serviu, porém, para engrossar as fileiras dos contestadores. Em 1930, a maioria dos elementos que haviam participado dos movimentos anteriores aliaram-se

¹⁰⁴ Joseph love assegura que politicamente não foi nem um estado dominante, nem um estado satélite, devido ao número de políticos e militares que forneceu à República. cf. LOVE, Joseph. "O RS como fator de

às Oligarquias dissidentes de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba e derrotaram o poder constituído. Contribuiu muito para isso a Crise de 1929, que enfraqueceu o capitalismo dando ensejo ao aparecimento de regimes autoritários, entre eles os fascismos europeus, supervalorizando o papel do estado.

No cenário constituído pela década de 1930, o estado se valorizou, a indústria foi impulsionada, os interesses das elites emergentes passaram a ditar as regras. A centralização do poder, apontando na direção de um estado autoritário, passou a ser uma constante até a implantação do Estado Novo em 1937.

O grupo que se formou em torno da Aliança Liberal reuniu diferentes elementos da sociedade em um programa amplo de governo:

O programa da Aliança Liberal refletia as aspirações das classes dominantes regionais não associadas ao núcleo cafeeiro e tinha por objetivo sensibilizar a classe média. Defendia a necessidade de se incentivar a produção nacional em geral e não apenas o café; combatia os esquemas de valorização do produto em nome da ortodoxia financeira e por isso mesmo não discordava nesse ponto da política da Washington Luís. Propunha algumas medidas de proteção aos trabalhadores, como a extensão do direito à aposentadoria a setores ainda não beneficiados por ela, a regulamentação do trabalho do menor e das mulheres e aplicação da lei de férias¹⁰⁵.

O programa da Aliança refletiu, portanto, um conjunto heterogêneo de apoiadores e pressupôs algumas garantias aos trabalhadores que seriam posteriormente encampadas pela legislação trabalhista de Getúlio Vargas, bem como uma preocupação com o desenvolvimento do mercado interno. Boris Fausto relativiza a importância da participação da classe média no movimento:

instabilidade na República Velha” In História Geral da Civilização Brasileira. Boris Fausto (org.)-O Brasil Republicano: estrutura de poder e economia(1889-1930).2ª ed.São Paulo: Difel,1977p.99.

¹⁰⁵ FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.p.319-320.

A Revolução de 1930 não foi feita por representantes de uma suposta nova classe social: a classe média ou a burguesia industrial. A classe média deu lastro à Aliança Liberal, mas era por demais heterogênea e dependente das forças agrárias para que, no plano político, se formulasse um programa em seu nome¹⁰⁶.

Segundo essa ótica, o estado a partir de 1937 favoreceu o capitalismo nacional. A base de sustentação do que se chamou de “getulismo” foi constituída pelo Exército, pelos industriais e pelos trabalhadores urbanos.

A imprensa escrita deu ampla cobertura às atividades da Aliança Liberal. O que se diferenciava era por vezes o tamanho das notícias, mas o conteúdo era sempre o de defesa do programa da Aliança.

Na manchete do *Correio do Povo* de 4 de janeiro de 1930 lê-se que “todos os órgãos da imprensa carioca, ocupando-se da plataforma liberal, frisam que ela representa, antes de tudo, um documento de verdadeira democracia. Ruy Barbosa- diz o *Jornal do Comercio*: “era aplaudido por seu gênio; Getulio Vargas é aplaudido porque diz o que nós todos sentimos e dizemos. Os jornais prestistas, estonteados pelas delirantes aclamações e pelas idéias concretizadas no programa da Aliança, procuram encontrar explicações para o fato” e prossegue:

O Jornal do Comercio comentando a plataforma liberal, diz que já se pode afirmar que, para a opinião liberal, ela é perfeitamente satisfatória diante do programa reacionário do sr. Julio Prestes. A plataforma é confortadora, nitidamente liberal e democrática.

O jornal destacou também as informações contidas em outros órgãos como *O Correio da Manhã*, *O Jornal* e *O Globo* todos do Rio de Janeiro. Em uma outra chamada na

¹⁰⁶ Idem.p.325.

mesma página, relatou a análise feita pelo *Diário Carioca* das plataformas de governo de Júlio Prestes e de Getúlio Vargas designando a segunda de liberal e a primeira de reacionária. Para o *Diário Carioca* citado pelo *Correio do Povo*¹⁰⁷:

Os candidatos liberais mostram-se infinitamente melhor orientados no caminho que convém seguir. A plataforma do Sr. Getúlio Vargas é do ponto de vista das necessidades do país e dos meios de realizar as aspirações populares, um documento do mais sabido valor, no qual transparece uma sinceridade, que, desde logo impõe as maiores simpatias.

Já na matéria do dia 5 de janeiro do mesmo ano, o *Correio do Povo* estampou a frase *Rumo à Victoria* demonstrando um grande otimismo com relação à campanha da Aliança Liberal e à leitura de sua plataforma feita pelo candidato Vargas. Para o jornal:

O lançamento prévio do programa, em torno do qual se deveria reunir a nacionalidade, ansiosa pela libertação moral e material que se lhe de e cujo advento não se poderá impunemente procrastinar; a agitação parlamentar, com alcance incontestável, mesmo sobre a marcha dos serviços públicos, que mereceram, como é do próprio espírito do regime, a sua crítica oportuna e cotidiana; a propaganda, mais estritamente eleitoral, promovendo, em toda parte, o alistamento cívico dos cidadãos- eis os pontos de maior culminância percorridos pela Aliança, antes de alcançar o período definitivo que lhe abriam a excursão do sr. Getulio Vargas ao centro do país e o conhecimento amplo das suas idéias de governo, que essa viagem triunfal acaba de proporcionar¹⁰⁸.

No mesmo artigo, o jornal conclamou a corrente liberal a manter-se vigilante, fiscalizando o pleito “promovendo, pela sua presença em cada mesa eleitoral, a moralização dos sufrágios e a conseqüente valorização do voto e do eleitor”.

¹⁰⁷ a citação dos jornais de outros estados principalmente de São Paulo e do Rio de Janeiro é muito comum na Imprensa que ora estamos analisando. A identificação da linha de pensamento do jornal passa portanto, pelo conhecimento da visão desses jornais que são citados. Ao serem dados maiores espaços a determinados posicionamentos, é possível identificar o que pensa o jornal que queremos observar.

Ainda sobre as eleições posiciona-se o *Correio* com a matéria *Manobras indecorosas em 16 de janeiro de 1930*:

Com muita dificuldade há de encontrar-se quem desdenhe a campanha empreendida, em um momento oportuno e feliz contra o aviltamento político que infelicitou o Brasil e destrói as mais belas iniciativas dos que, ciosos de seu futuro, trabalham e se sacrificam pelo acréscimo da riqueza pública e aplicação e desenvolvimento de todas as energias realizadoras.

Nesse artigo, o jornal chamava a atenção para a situação política da República Velha, destacando as figuras dos *bons* políticos que estavam se sacrificando pela riqueza pública e o desenvolvimento de todas as realizações republicanas e democráticas – palavras que aparecem mais adiante no texto.

Mais adiante no mesmo artigo o jornal colocava a questão da soberania e, sublinharmente, a legitimidade oriunda do sufrágio:

Num regime que se funda principalmente, no sufrágio como fonte de toda soberania, qualquer autoridade que não promova, direta ou indiretamente, traz já, só por isso, dentro de si, os elementos mesmos da sua invalidade.

Sobre a questão das intervenções, o *Correio* posicionou-se enfaticamente da seguinte maneira:

É esse abuso, a que chegou, entre nós, o recurso às intervenções, que explica em grande parte, o abastardamento político em que jaz o país, com a maioria dos oficialismos estaduais comprometidos, subservientemente, com a denominação ‘política dos governadores’ eufemismo soez, de tempos em

¹⁰⁸ *Correio do Povo*,5-1-1930

*tempos restaurado, por meio do qual apenas se mascara o pavor que inspira a bota do Catete e o seu sinistro poder de ir esterilizando, à sua passagem, o solo desventurado em que venha, desgraçadamente, a pisar.*¹⁰⁹

Mais uma vez é feita alusão ao quadro de fraudes que imperava na República Velha, onde as intervenções eram uma constante, encobertas pela aura da *política dos governadores*, que dava a falsa impressão de que os estados possuíam, de fato autonomia.

Em outro artigo de 9 de março de 1930, o *Correio do Povo* alertava para as irregularidades do pleito ocorrido no dia primeiro do mesmo mês. Nos períodos seguintes até a eclosão da Revolução, destacou os acontecimentos da Paraíba, onde a morte de João Pessoa representou o estopim para o início do movimento. Após o assassinato, cuja motivação, posteriormente, soube-se nada ter a ver com os acontecimentos nacionais, o periódico explorou, como os demais, o acontecimento, insuflando a opinião pública a apoiar um movimento de revolta contra o governo federal. A 13 de setembro conclamava o jornal: *Levanta-te, Rio Grande* em uma clara alusão ao que havia acontecido na Paraíba. A adesão, portanto, à propaganda liberal e ao movimento revolucionário que se seguiu foi amplamente defendido pelo *Correio do Povo*.

O *Diário de Notícias* seguiu a mesma linha do *Correio* na defesa dos postulados da Aliança e do movimento revolucionário. A 9 de março de 1930, o jornal com a manchete *A unanimidade Rio-grandense* assim se posicionava:

... a nossa unanimidade é resultante de um movimento irresistível de opinião, de um invencível impulso coletivo. Ela se fez antes, pode-se bem afirmá-lo, nas multidões, na totalidade dos espíritos, não para acabar impondo-se aos dirigentes das agremiações partidárias, visto que o seu sentir não divergia do da multidão, mas para receber a sua sanção, o seu assentimento entusiástico, a sua orientação esclarecida. E nisso, precisamente está a

¹⁰⁹ *Correio do Povo*, 8-1-1930.

característica diferencial, que distingue inconfundivelmente a unidade rio-grandense, das unidades servis dos estados em que os mandões discricionários monopolizam o direito de opinar pelas populações escravizadas e onde toda veleidade de reivindicações liberais provoca o castigo feroz dos espigardeamentos em massa.

Mais adiante, o jornal continuava da seguinte forma:

...essa unanimidade precisa e se há de manter até o termo da jornada. A união dos partidos rio-grandenses tem de perdurar até o final da realização do objetivo comum. Rompe-la agora seria renunciar à Victoria, retroceder no caminho andado, sacrificar a dignidade do Rio Grande. E não pode haver rio-grandense digno desse nome, que deseje ver a sua terra, pela divisão de seus filhos exposta a ser humilhada, espezinhada, ferida nos seus brios e nos seus direitos que a infrangível união do povo gaúcho ha de saber fazer respeitar e valer.

Esse artigo foi veiculado em 9 de março, oito dias após o pleito que deu a vitória a Júlio Prestes. Nos meses que se seguiram, o jornal informou também sobre os acontecimentos da Paraíba que culminaram com a morte de João Pessoa. Chamou a atenção para o descaso do governo federal com esses acontecimentos e o fato de manter o estado isolado, tendo que enfrentar sozinho os opositores¹¹⁰. O jornal referendando artigo do *Diário do Rio de Janeiro* acusava o governo federal, já que a Paraíba, na pessoa de seu presidente posicionou-se contrária ao candidato oficial às eleições de 1930.

¹¹⁰ A luta de grupos na Paraíba vinha de longe e o seu desenrolar culminou com a morte de João Pessoa que “eleito governador tentou realizar uma administração modernizante, submetendo a seu comando os ‘coronéis’ do interior. Uma de suas operações consistiu em canalizar as transações comerciais pelos portos da capital e de Cabedelo, com dois objetivos: garantir o recebimento dos impostos devidos e diminuir a dependência comercial e financeira em relação ao Recife. Suas iniciativas se chocaram com os interesses dos produtores do interior- sobretudo de algodão-, os quais negociavam por terra com o Recife e escapavam facilmente à tributação. A divergência de interesses resultou na revolta de Princesa- uma cidade do sudoeste da Paraíba- sob o comando do coronel José Pereira. A família Dantas colocou-se a seu lado. Em meio a violências recíprocas, a polícia invadiu o escritório de advocacia de João Dantas na capital do Estado e retirou de um cofre alguns papéis. Entre eles, existiam cartas de amor trocadas entre Dantas e uma jovem professora primária Anaíde Beiriz. Ambos eram solteiros. O jornal governista *A União* completou a obra atribuindo a Dantas a narrativa de atos amorais, em documentos que a decência impedia de publicar mas que se encontravam na polícia para quem quisesse lê-los. Anaíde caiu em desgraça e, abandonada pela família, fugiu para o Recife. Dantas ‘lavou a honra’ assassinando João Pessoa”(Fausto,1998,op cit.p.323-324).

Em 17 de abril do mesmo ano, com a manchete: *A Supressão da autonomia estadual*, o jornal destacou a falta de autonomia que os estados estavam enfrentando, notadamente a Paraíba porque lhe fora negado pelo governo federal “a autorização necessária ao recebimento de elementos indispensáveis à manutenção da ordem” e continuava da seguinte forma:

(...), mas é de notar que o caso não afeta somente a Paraíba. Seria doloroso ver sucumbir o heróico Estado nordestino. Seria profundamente humilhante para o nosso amor próprio patriótico assistir ao triunfo de uma horda de cangaceiros, de um bando criminoso posto a serviço da mais baixa política de ódio e de vingança, sobre um governo constitucional, legítimo, legalmente organizado. A consequência pior, porém, e mais grave: será a do precedente perigosíssimo que a atitude do governo da Republica deixará assentado. Se ele prevalecer, a autonomia dos Estados ficará para sempre à mercê do poder central. Este é que decidirá quando e como as unidades federativas poderão usar e gozar dela. E a permanência de governos estaduais, como da paz e da ordem nos Estados ficará na dependência de qualquer bando de trabaqueiros a que conveniências partidárias de momento permitam obter o apoio do governo federal

Conclui assim:

(...) isso e não outra cousa é o que se dá hoje com a Paraíba. Mas é o que pode repetir-se com qualquer outro Estado amanhã. Aceitar passivamente a temerária doutrina que o governo federal está sustentando é admitir a supressão da autonomia estadual e renunciar à garantia máxima estatuída na Constituição Federal; é preparar, a repetição, amanhã, em qualquer outro ponto do território nacional--em Minas, no Rio grande, em qualquer Estado- do que hoje se passa na terra do sr. João Pessoa.

Após o assassinato de João Pessoa, o *Diário de Notícias* passou a fazer uma campanha insistente para que a opinião pública reagisse contra aquilo que considerava uma fronta aos estados, que era o cerceamento da sua autonomia pelo poder federal. Como toda a imprensa oposicionista, o periódico também explorou muito o crime dando a ele uma dimensão política que não tinha. Depois do assassinato ocorrido a 26 de julho, o jornal

perguntava em manchete do dia 31 do mesmo mês *Onde estás Rio Grande?*. Inquirindo sobre a atitude que o estado deveria ter com relação ao episódio. Destacava ainda no dia 8 de agosto o papel da censura no país e como ela agia. Depois da eclosão do movimento, em um artigo intitulado: *Pátria reconquistada*, o jornal fazia alusão ao movimento, justificando a necessidade do mesmo. Curioso é que as acusações que o *Diário* lançava ao governo federal no que tangia ao cerceamento da autonomia dos estados foi se concretizando com Getúlio Vargas quando esse assumiu o poder a partir de 1930. Comparativamente com o *Correio do Povo*, o *Diário de Notícias* foi mais parcial, tanto nas chamadas de suas matérias como nos seus conteúdos.

O jornal *O Tempo* de Rio Grande também fez campanha pelos candidatos da Aliança Liberal, dando ampla cobertura às eleições de março de 1930, não fugindo à regra dos demais jornais no que referia-se à Revolução de outubro. Em janeiro do mesmo ano, convocava os eleitores às urnas. Em 11 de janeiro no artigo *Atualidade Política* aparecia:

O próximo pleito em que se deve escolher o supremo magistrado da República está se caracterizando por um desusado movimento cívico, jamais visto neste país. Nada mais louvável que esta sadia agitação quando cada qual preocupa organizar, disciplinar e aguerrir as respectivas hostes partidárias para o assalto pacífico às urnas em coluna cerrada à 1º de março(...) organizemos em regra nossas forças eleitorais e concorramos às urnas em massa sem discrepância.

Do período entre as eleições e a revolução diluiu-se qualquer possibilidade de recurso às armas. Quando eclodiu o movimento, no entanto, *O Tempo* deu ampla divulgação. A 28 de outubro de 1930 estava escrito no jornal:

Está cumprida e vitoriosamente a jornada que se iniciou a 3 de outubro, quando a alma rio-grandense vibrou para a grande campanha, acendendo da mesma chama guarnições militares inteiras e propagando-se por todo o país. Nós éramos pela paz e pela concórdia da família brasileira, pregamos-las e defendemo-las com a maior sinceridade, ao serviço de magnos interesses nacionais(...)pregamos,porém, a paz e a concórdia enquanto foi possível fazê-lo, enquanto elas não pudessem exprimir perda de brio ou agachamento de covardia que, mercê de Deus, nunca houve quem o aconselhasse destas colunas. O cálice de amargura, entretanto, encheu demasiado e estava a transbordar. Insistiram com a provocação, o insulto, os desafios.A prepotência governamental esquecera a lição da historia, a ensinar que a violência gera a violência, não prevista senão quando os seus efeitos entram a afligir a sociedade e a impressionar os governos(...)era tempo de reagir e reagiu-se, numa afirmação soberana de energias cívicas. Venceu a Revolução! Aos homens que a planejaram, que a acenderam e chefiaram resta que,pela mesma nobreza do seu ideal agora triunfante, conduzam o Rio Grande do Sul e conduzam a pátria a melhores destinos.

A Revolução passou a ser vista então pelo jornal como absolutamente necessária para restabelecer a ordem que o governo de Washington Luís havia perdido. No que se referia, portanto, ao movimento de outubro tanto *O Tempo* como o seu rival na cidade, o *Rio Grande*, tinham o mesmo pensamento, com *O Tempo* sendo mais tardio na adesão ao movimento armado.

O *Rio Grande* defendia apaixonadamente a causa da Revolução de outubro.

Podemos ler em 28 de fevereiro de 1930:

Cumprе, cidadão, o teu dever cívico, cumprе, brasileiro, o teu dever de patriotismo, cerrando fileiras em torno das urnas de amanhã na defesa da tua soberania, pela honra da pátria brasileira.

A manchete conclama o povo ao voto. Palavras como *cidadão*, *dever* e *patriotismo* preparam o leitor, tornando-o alvo principal de um processo cuja legitimidade passava pela afirmação de uma *pátria soberana e honrada*.

Já em outro artigo do dia 7 de março de 1930 lemos:

A Aliança Liberal, segura do seu triunfo, sente-se na necessidade de declarar que, assim como se submetera ao veredicto das urnas, não aceitará, entretanto, os resultados conquistados pela fraude ou pela violência.

Nesse pronunciamento, o jornal além de se colocar ao lado da Aliança Liberal que lançou o candidato Getúlio Vargas à eleição daquele ano, lançava uma acusação aos fraudadores, em uma alusão ao ambiente característico da República Velha que a própria Revolução de 1930 contribuiu para acabar.

Quando da morte de João Pessoa o articulista Da Costa Aguiar escrevia no jornal:

A republica esta de luto e debilhada em comovido pranto ante o cadáver desse notável brasileiro cujo único crime foi discordar da vontade palaciana do sr. Washington Luis. É, portanto o sr. Presidente da Republica o responsável moral por essa hecatombe que desabou no país¹¹¹.

Em outubro do mesmo ano, logo após a eclosão da Revolução, *O Rio Grande* chamava a atenção dos leitores com a manchete *Pela Salvação da Pátria* e assim se posicionava:

O momento é de jubilo, de um jubilo tão intenso quanto penosas foram as angustias da espera que martirizou a alma nacional. Por todo o país, o fogo sagrado do patriotismo, cuja chama ardente foi sempre acalentada com o sopro potente das hostes gaúchas, a revolução leva de vencida as ultimas resistências, podendo pronunciar-se como certo que, mesmo antes das falanges libertadoras atingirem o derradeiro reduto do mandonismo, este já haverá caído completamente abandonado e repudiado por todos que se orgulham de ter, no peito, pulsando, um coração brasileiro¹¹².

¹¹¹ *Rio Grande*, 8-8-1930

¹¹² *Rio Grande*, 6-10-1930.

Durante o mês de outubro lê-se muito no jornal o título *A Revolução Triunfante* abrindo várias matérias referentes aos acontecimentos da própria Revolução. Washington Luis era também alcunhado de déspota pelo jornal e Getúlio Vargas de salvador. Depois da junta governativa ter assumido, com o título *O Brasil Redimido*, o jornal entendeu aquele momento como de um verdadeiro resgate da honra nacional.

O *Diário Popular* de Pelotas seguia a mesma linha dos demais no apoio ao movimento de 1930 e chamava a atenção em janeiro de 1930 à questão da anistia que a plataforma da aliança Liberal vinha contemplar. Para o jornal:

O primeiro capítulo da notável plataforma com que o precalo presidente Getulio Vargas se apresenta aos sufrágios do país refere-se à concessão da anistia. Os termos de que se vale o candidato liberal revelam sentimento há muito enraizados na consciência do povo brasileiro, aspirações que vivem, permanentes, no seu espírito e que são ainda uma prova decisiva da sua índole generosa. Cessados os dissídios que separaram em duas correntes as populações do país; abandonadas as trincheiras da luta armada; re-entregues os homens ao curso da sua atividade normal, se para o amortecimento definitivo das paixões das paixões se quer realizar um trabalho leal e honesto, eficaz e duradouro, é necessário que a ação dos poderes públicos corresponda rigorosamente aos pronunciamentos da opinião coletiva¹¹³.

Mais adiante o *Diário Popular* retratava as palavras do próprio Vargas quando dizia: *a convicção da imperiosa necessidade da decretação da anistia, está hoje, mais do que nunca, arraigada na consciência nacional. Não é, apenas, esta ou aquela parcialidade que a solicita. É o país que a reclama.* O jornal assim, destacava, a importância da anistia como forma do país reencontrar-se com a democracia, acabando com antigos dissídios. Sobre a campanha da Aliança Liberal lemos:

¹¹³ *Diário Popular*, 15-1-1930.

A aliança Liberal, dia a dia, conquista novas e numerosas adesões. O eleitorado apresta-se, com inexcedível entusiasmo, para sagrar nas urnas os nomes aureolados dos seus autênticos e legítimos candidatos. Um largo e generoso anseio de liberdade empolga, nesta cruzada, o povo brasileiro, no qual renascem luminosamente a esperança e a fé. E um povo que tem esperança no seu futuro, e confiança no seu direito, é um povo vitorioso.

Sobre as eleições, o jornal chamava de *compromisso de honra* o concurso às urnas e que todos deveriam comparecer para votar. Assim colocava:

Honrado o compromisso solene tomado à face do país, vai, amanhã, o partido republicano sufragar, com exemplar denodo cívico, os candidatos da Aliança Liberal, drs. Getulio Vargas e João Pessoa. Organização de modelar civismo, escolha sem par de amor e devotamento à Republica, tendo por guieiros figuras com fulgor de legenda, o partido republicano reafirmará, ainda agora os seus propósitos de lutar pela verdade do regime, pela sua pureza e prestígio¹¹⁴

O *Diário Popular* assumia como os demais órgãos, a defesa da Aliança Liberal como verdadeira redentora da salutar política que se queria ver no país. Ainda sobre a participação do Rio Grande do Sul nessa verdadeira cruzada escrevia:

No Rio Grande do Sul republicano, vitoriosa a cruzada liberal, se afirmará perante o país como a melhor das suas reservas morais, como o mais puro núcleo da sua idealidade cívica, como a mais viva célula da sua vitalidade política. Quem não concorrerá de coração em festa para a maior glória da terra gaúcha? Os republicanos que diuturnamente devotamos os nossos melhores pensamentos e o nosso dinamismo construtor à felicidade e opulência da gleba querida, não fugiremos, agora, a mais este reclamo da sua dignidade cívica e da sua aureola nacional. Obedecendo às inspirações do fundador imortal do nosso partido e às lições de austeridade patriótica de Borges de Medeiros, republicanos às urnas para levarmos à presidência do país o nosso eminente correligionário dr. Getulio Vargas.¹¹⁵

¹¹⁴ Idem, 28-2-1930.

¹¹⁵ *Diário Popular*, 4-10-1930.

Depois do pleito, com a vitória do candidato do governo, o jornal aparentemente aceitou a decisão das urnas, no entanto, quando eclodiu o movimento revolucionário, tomou partido imediato pela revolução, resgatando os *antigos heróis* rio-grandenses para justificar a luta. Em 5 de outubro de 1930 assim se manifestava:

O brado glorioso do Rio Grande, a voz altissonante da nossa brava gente ecoou na consciência nacional como um toque marcial de clarim, conclamando todos os patriotas para a grande obra da regeneração do país, afim de liberta-lo do jogo dos seus exploradores. A estas horas a figura nefanda de Washington Luis, que se havia transformado de mais alto magistrado da nação em verdugo cruel de um povo inteiro, a estas horas deve estar amargando o resabio forte de todos os males, de todos os sofrimentos, que infligiu ao povo brasileiro, e os quais voltam-se agora contra ele próprio, como o 'bomerang' dos indígenas, que geralmente fere de morte aquele que o maneja.

Em outro trecho, o jornal chamava Washington Luis de tirano, dizendo que não teria condições de se manter por muito mais tempo no poder, o que acabou ocorrendo quando a Revolução foi vitoriosa e o presidente deposto em 24 de outubro de 1930.

Sobre os homens que fizeram a Revolução, estava escrito:

Aqui dentro do Rio Grande assistimos à valentia de um pugilo de bravos, sob o comando das figuras empolgantes de Octacílio Fernandes e Alcides Souza obrigando a render-se o ultimo reduto do re0ccionarismo enquanto em Porto Alegre, a causa liberal atinge o apogeu da sua beleza e da sua fé inquebrantável nos destinos da Pátria, com a atuação de Getulio Vargas, de Lindolfo Collor, de Flores da Cunha, de Oswaldo Aranha. Por todo o Estado e pelo Brasil brota e se propaga incoercitivamente um rastilho de entusiasmo e de ardor patriótico. Ninguém recusa o seu concurso à grande causa, que sacode em vibrações de civismo, a alma pampiana, palpitando triunfantemente de sentimentos épicos dentro da alma nacional. Estamos na grande hora da redenção da Pátria. É chegado o momento em que o tirano há de ruir do poder, em que as oligarquias, o profissionalismo político, a concussão dos dinheiros públicos, o aulicismo e o agachamento moral deixarão de ser meios de elevação para os postos mais altos do país, para tornarem-se, como é natural, expressões de rebaixamento em face da sociedade honesta. É chegada a hora da queda da tirania! O Rio Grande do Sul exulta na grande obra redentora. Para frente e para cima, Rio-grandenses!

A causa revolucionária passou a ser encampada pelo jornal pelotense como pelos demais de maneira escancarada e a exaltação dos princípios que nortearam o movimento, uma constante. Palavras como *tirano, usurpador e criminoso* passavam a ser uma constante no vocabulário desses jornais para definir Washington Luis, de maneira que a opinião pública foi bombardeada com esses termos, vindo a enxergar o presidente exatamente assim.

O *Opinião Pública* também de Pelotas lançou em sua páginas, discursos de apoio à revolução. Em janeiro de 1930 lemos que:

Enquanto o sr. Julio Prestes levou as hipócritas e cínicas promessas, ante uma meia dúzia de falsos admiradores, num ambiente prenhe dum esoterismo reacionário, como se fosse uma seita de perigosos intuitos, Getulio Vargas tendo a terra carioca por tribuna e o céu brasileiro por anfiteatro, falou à nação¹¹⁶.

Após as eleições de março, o jornal com a manchete: *Covardes Não!* Assim se referia ao pleito:

Aceitamos o resultado dado pelo governo federal, obtido pela compressão, pelo suborno e pela fraude. Seria reconhecer, dum lado que a fraude, o suborno e a compressão são figuras 'legalizadas' e por outro, que realmente, o seu 'Julinho' tem ao seu lado a maioria da Nação que o quer, que o chama, que o impõe à máxima opinião nacional¹¹⁷.

Aludindo aos elementos que estavam no poder, notadamente aqueles que segundo o jornal continuavam perpetuando a fraude, argumentava:

¹¹⁶ *Opinião Pública*, 3-1-1930.

Aqueles que se acham contra a vontade do povo no poder, são guiados por um espírito de facção mesquinho e odioso, e não respeitam nem reconhecem os direitos do povo que eles vem sacrificando, quando não são mais que mandatários desse mesmo povo, quando não passam na realidade, de prepostos de cada um de nós, para cumprir determinadas funções que dizem respeito aos interesses públicos. Conformarmo-nos com o resultado que eles reclamam, com o esbulho que eles preparam, é o mesmo que proclamarmos em alto e bom som, que não possuímos a coragem bastante de fazermos valer os nossos direitos e que somos um povo que se deixa espezinhar com uma humilhação sem precedentes¹¹⁷.

Nesse ponto, o resultado das eleições, o *Opinião Pública* é mais enfático que nos demais jornais ao destacar claramente não pretender se conformar com esse resultado e, portanto também será mais duro nos momentos posteriores. Antes mesmo do assassinato de João Pessoa, lia-se em 16 de julho a manchete *Mussolini ou Washington Luís?* Para aludir o episódio em que o intelectual Mario Mariani é extraditado a pedido do governo italiano. Na sua despedida escrevia que o povo brasileiro não era livre ao que o jornal reafirmava:

Mario Mariani tem razão: não somos um povo liberto. Pesa sobre nós amais humilhante das escravidões: a que se acoberta na hipocrisia. A escravidão declarada é uma desventura. A que se disfarça na legalidade, como a nossa, é mais do que isso: é uma abjeção¹¹⁹.

Com o assassinato de João Pessoa, o jornal se posicionava de maneira mais agressiva. Em 28 de julho de 1930 trazia a seguinte manchete: *Gaúcho, onde estão os lanceiros de 35?* numa clara provocação aos brios do povo gaúcho que deveria reagir ao

¹¹⁷ *Opinião Pública* 13-3-1930.

¹¹⁸ *Idem.*

¹¹⁹ *Opinião Pública*, 16-7-1930.

acontecido. Em 20 de outubro de 1930, antes mesmo de a junta governativa tomar definitivamente o poder, lia-se no jornal: *Washington Luis, o ex-presidente da República* e em 11 de novembro perguntava: *Que castigo daremos ao Washington Luis?*.

Todas essas manchetes vinham carregadas de forte conteúdo doutrinário capaz de mexer fortemente com a opinião dos leitores. É de destacar também que nessa fase o jornal se apresentava como *independente*, o que talvez lhe conferisse essas atitudes.

2.2-O Movimento Constitucionalista de 1932: os enfoques dados pelos jornais.

Passados quase dois anos da implantação do Governo Provisório, a oposição em São Paulo levantou-se em armas contra o governo em torno da bandeira da reconstitucionalização do país, visto que o mesmo governo havia assumido o poder com a intenção de defender as instituições democráticas contra as arbitrariedades ocorridas na República Velha. Assim, a revolta paulista de 1932 representou o primeiro desafio do Governo Provisório, pois demonstrou o quanto a oligarquia, detentora de poder decisório durante a República Velha e agora alijada do poder, era suficientemente capaz de arregimentar forças. A Revolução significou basicamente a medição de forças entre São Paulo e o centro de decisão política do país (o Governo Provisório de Getúlio Vargas) em torno da nomeação de um interventor militar e pernambucano, João Alberto Lins de Barros, para governar o Estado. Como a Revolução de 1930 havia sido feita para depurar o regime e atualizar o país, a demora na elaboração de uma nova Constituição, fez com que as lideranças civis começassem uma

luta armada contra o governo, já que ao assumir o poder em 24 de outubro de 1930, Getúlio não atendeu à solicitação do Partido Democrático de entregar a interventoria de São Paulo a seu presidente Francisco Morato, preferindo oferecê-la ao capitão João Alberto Lins de Barros, tenente e pernambucano, atributos imperdoáveis para os paulistas. Com isso, democratas e perrepistas (elementos do Partido Republicano Paulista) uniram-se numa frente única que cooptaria parte da população paulista, insuflada pelas elites do estado numa ampla propaganda contra o interventor e contra o próprio Vargas, dizendo-se humilhada com a ocupação militar e a direção dos negócios públicos entregues a forasteiros.

A historiadora Sandra Pesavento chama a atenção também para a “crise de hegemonia”, o período existente entre a Revolução de 1930 e a de 1932, devido a inexistência de um grupo político que fosse capaz de monopolizar o poder, abrindo brechas que favoreceram o projeto de centralização política desenvolvido por Vargas. Esse período que a autora estende até 1934 ficou marcado por uma série de concessões que o próprio Vargas precisou fazer para manter o poder¹²⁰.

São Paulo na sua luta contra o poder federal ficou sozinho empunhando a bandeira da reconstitucionalização que acabou vindo apenas mais tarde em 1934. Sobre o episódio escreve Bóris Fausto:

Afinal, a 9 de julho de 1932, estourou em São Paulo a revolução contra o governo federal. O esperado apoio do Rio Grande do Sul e de Minas não veio. O interventor gaúcho Flores da Cunha, que hesitava, decidiu apoiar Getúlio e enviou tropas contra São Paulo. Houve apenas uma rebelião no sul, logo derrotada. Em Mato Grosso, o general Bertoldo Klinger envolveu-se na articulação revolucionária, prometendo uma significativa ajuda em homens e munição. Mas chegou a São Paulo com apenas algumas centenas de soldados, assumindo o comando das operações militares a partir de 12 de julho. O plano dos revolucionários era realizar uma ataque fulminante contra a capital da República, colocando o governo federal diante da necessidade de negociar ou capitular. Mas o plano falhou. Embora ‘a guerra

¹²⁰ Cf. PESAVENTO, Sandra Jatahy. História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

*paulista' despertasse muita simpatia na classe média carioca, ficou militarmente confinada ao território de São Paulo*¹²¹

Logo em seguida o autor ainda esclarece que apesar das divergências com o poder central “as elites regionais do Rio Grande do Sul e de Minas não se dispunham a correr o risco de enfrentar, pelas armas, um governo que haviam ajudado a colocar no poder há menos de dois anos. São Paulo ficou praticamente sozinho, contando, sobretudo com a Força Pública e uma intensa mobilização popular para enfrentar as forças federais”. Apesar da derrota, o movimento paulista teve ampla repercussão na história posterior do Brasil, na medida em que demonstrou a fragilidade do regime em evitar o levante do estado paulista que durou quase três meses. Ainda de acordo com Boris Fausto:

*A ‘ guerra paulista’ teve um lado voltado para o passado e outro para o futuro. A bandeira da constitucionalização obrigou tanto os que esperavam retroceder às formas oligárquicas de poder como os que pretendiam estabelecer uma democracia liberal no país.O movimento trouxe conseqüências importantes. Embora vitorioso, o governo percebeu mais claramente a impossibilidade de ignorar a elite paulista. Os derrotados, por sua vez, compreenderam que teriam de estabelecer algum tipo de compromisso com o poder central.*¹²²

Para a historiadora Ângela Maria de Castro Gomes, o governo federal conseguiu enfraquecer as forças paulistas:

¹²¹ FAUSTO, Boris, op cit,p.346.

¹²² a revolta paulista não teve efetivamente vencedores no sentido pleno da palavra, já que quem teoricamente venceu que foi o governo federal,cedeu uma série de privilégios aos revoltosos de São Paulo.

A vitória governamental sobre a Revolução Constitucionalista só pode ser entendida quando levamos em conta as divisões internas entre as principais facções regionais oligárquicas que dela deveriam participar. Nesse quadro, o governo provisório, utilizando todos os seus recursos do poder, estimula tais cisões, permitindo o isolamento dos paulistas e sua posterior derrota militar. A não-adesão do Rio Grande do Sul e a participação ativa de Minas Gerais nos combates aos constitucionalistas (...) ilustram bem a alteração substancial ocorrida nas relações entre o poder central e estadual (via interventores). O tenentismo, que inegavelmente ainda dispunha dos principais cargos da administração pública, apresentava-se igualmente cindido, principalmente no que dizia respeito às suas relações com a oligarquia¹²³.

A autora conclui seu raciocínio sobre a revolta paulista da seguinte forma:

Por tudo isso, a campanha pela constituinte acaba por transformar-se na ponta de lança de contestação ao regime, tendo o efeito de feri-lo e obrigá-lo a toda uma reestruturação. O período da constitucionalização, que se inaugura a partir dos meses finais de 1932, vai estabelecer uma série de alterações nas alianças do poder e, principalmente, estimular esforços de mobilização e organização política, tendo em vista a instalação dos trabalhos de uma Assembléia Nacional Constituinte¹²⁴

Terminado o episódio, o governo federal empreendeu esforços no sentido de acalmar os ânimos em São Paulo, estimulando as elites derrotadas a se reintegrarem ao governo. A Constituição representava os anseios da sociedade civil, já para os militares significava o retorno aos antigos vícios da República Velha. O processo, no entanto, caracterizava uma experiência importante da liberal-democracia. A carta, porém, teve duração efêmera, visto que promulgada em meados de 1934, esbarrou com a Lei de Segurança Nacional de janeiro de 1935, que restringia as liberdades civis. Ainda tratando da Constituinte, Ângela de Castro Gomes complementa, escrevendo que:

¹²³ GOMES, Ângela Maria de Castro. “Confronto e Compromisso no processo de Constitucionalização(1930-1935)” In *O Brasil Republicano III- Sociedade e Política*. Boris Fausto (dir.)6ª ed . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.p.27.

Sem dúvida, a Constituinte era uma imposição que o Governo Provisório procurava absorver, tentando tirar dela os maiores benefícios, com as menores perdas. O sucesso neste empreendimento estava, portanto, diretamente vinculado à capacidade de o príncipe colocar sob seu controle os rumos do processo de organização política. Havia, de fato, até uma possibilidade de fortalecimento do poder de Vargas, já que o momento de abertura política poderia trazer um relativo compromisso entre as principais forças em confronto, eliminando as tendências mais radicais e passíveis de comprometer o equilíbrio e a ordem vigente. É claro que tal possibilidade implicava uma estreita participação do príncipe em todos os arranjos políticos do período pré-eleitoral e também do período de funcionamento da Constituinte; em outras palavras implicava uma verdadeira condução do processo constitucional por parte do chefe do governo provisório¹²⁵.

Com relação à revolta paulista¹²⁶, a imprensa escrita teceu diversos comentários. Aqueles jornais nas cidades analisadas, mais ligados ao governo federal, logo atacaram o movimento, considerando-o subversivo, perturbador da ordem. Já os jornais de oposição a esses, viam com certa simpatia e justiça o levante paulista. A participação do Rio Grande do Sul no episódio respaldava essa idéia, pois enquanto o estado sulino, na figura de seu interventor Flores da Cunha, esteve a favor do levante, os jornais legalistas do estado, ligados ao Partido Republicano Liberal do interventor consideravam legítimas as reivindicações em torno da reconstitucionalização do país que os paulistas pleiteavam, no entanto, quando o chefe do governo provisório obteve o apoio do interventor na luta contra São Paulo, os órgãos ligados ao PRL, passaram a criticar o movimento, defendendo a contenção necessária para o fim do mesmo. A imprensa escrita passou então a condenar a

¹²⁴ Idem.

¹²⁵ Ibidem.

¹²⁶ O termo revolta aqui, é utilizado para designar o movimento de 1932, no entanto, utilizo também a palavra revolução com o mesmo sentido dado ao movimento de 1930, devido à facilidade na identificação do fenômeno, sem entrar todavia no terreno do debate conceitual.

subversão da ordem. Jesiel de Paula em seu estudo sobre 1932 assim se refere à importância dos meios de comunicação na apresentação dos fatos:

A Imprensa, o rádio, as imagens não agem apenas como meios dos quais os acontecimentos seriam relativamente independentes, mas como a própria condição de sua existência. A publicidade dá forma à sua própria produção. Acontecimentos capitais podem ter lugar sem que se fale deles. É o fato de apreendê-los retrospectivamente que constitui o acontecimento. O fato de terem acontecido não os torna históricos. Parar que haja acontecimento é necessário que seja conhecido¹²⁷.

O autor reitera as observações já descritas nesse trabalho a respeito da importância dos meios de comunicação, notadamente a imprensa escrita, na salvaguarda da informação, o que proporciona o conhecimento da real dimensão da mesma.

Os jornais que estamos trabalhando referem-se 1932 com algumas diferenças. Como O Rio Grande do Sul na figura de seu interventor Flores da Cunha assumiu posição favorável a São Paulo e acabou mudando de lado posteriormente, a imprensa escrita governista seguiu a mesma tendência, já os jornais da oposição reconhecem como legítima a bandeira levantada pelos paulistas em torno da reconstitucionalização do país.

O Tempo se posicionava da seguinte maneira:

Não pode haver crime mais grave do que retardar assim uma obra que é indispensável fazer, que tem de ser feita por bem ou por mal. Tão imperativa está se tornando a urgência de novos alicerces à nossa casa que o instinto de conservação do povo se desdobra em manifestações multiformes de norte a sul (...) alegam os inimigos da constitucionalização que a nova Constituição só deve vir depois da obra revolucionária estar completa. Mas se a nova Constituição vai ser o coroamento final da revolução, quanto antes ela venha tanto mais depressa a revolução se consolidará (...) nada existe que justifique demora, ainda mais estando feita a prova que sem esse alicerce de

¹²⁷ PAULA, Jesiel.

leis básicas a vida dos negócios não retomará o seu curso(O Tempo, 15-3-1932).

Já em 17 de fevereiro do mesmo ano trazia um artigo assinado pelo político José Maria dos Santos em que este considerava dever do então governo federal, convocar no mínimo prazo possível uma Constituinte. Alfinetava no artigo escrevendo que: “(...) o povo brasileiro é um povo sério, é preciso não pilheriar com ele muito além de uma justa medida”. Em um outro artigo de março de 1932, lê-se no jornal:

De norte a sul, mercê dos bons fatos, vibra o povo em anseios de são patriotismo real amando da Revolução o que ela lhe prometeu: o prestígio da lei, que os erros passados espezinharam e os presentes estão continuando. Já agora não há outro rumo a tomar. Ou a Ditadura¹²⁸ convoca imediatamente a Constituinte ou fará desencadear a própria impopularidade. A Frente Única de São Paulo é sintomática no caso. Cumpre, porém, deixar claro que os dois partidos políticos que acabam de unir-se não pretendem combater a revolução como maldosamente se disse em telegramas ao chefe do governo provisório, mas isto sim -trabalhar pela grandeza do Brasil, promovendo uma arrancada nobre de esplêndido vigor patriótico e intenso civismo que é a sua imediata constitucionalização¹²⁹.

O *Tempo* assim, assumia a bandeira da reconstitucionalização como fundamental para o país. Ainda em março do mesmo ano o artigo de Romero Rothier Duarte destacava a questão da liberdade da imprensa escrita e de como alguns governos desrespeitavam esse órgão de comunicação. O artigo colocado no jornal nesse momento de intensas discussões em torno da reconstitucionalização do país é absolutamente sintomático,

¹²⁸ É importante observar a conotação que tem à época a palavra Ditadura diferentemente da visão pejorativa que temos hoje. Para Paula no *Diccionario Contemporâneo de Língua Portuguesa de Caldas Aulete, o mais conceituado do período, a palavra 'ditador' representava todo indivíduo que, temporariamente, detinha o poder absoluto. "Ditadura: O Governo, a autoridade do Ditador. Nos modernos Governos Representativos, o exercício temporário e anormal do Poder Legislativo pelo Ministério ou Poder Executivo". Tudo leva a crer que oi termo*

porque não deixa de representar a opinião do próprio jornal sobre a sua atividade que é a de veicular as notícias. Para Romero Duarte:

No Brasil, a mania de mandar é quase uma doença. De modo que um indivíduo qualquer, guindado por faz ou por nefasto às alturas administrativas, entende logo, por falta de compreensão do que seja a boa política que esses quarenta milhões de brasileiros malmente distribuídos por todo um território imenso, sem vias de comunicação, sem escolas e sem conforto na vida, lhe devem vassalagem irrestrita e obediência cega. Por isso é que de vez em quando surge a tolice da rolha aos jornais independentes, como se fosse possível tapar o sol, com a peneira¹³⁰

Dessa forma, mesmo através de um artigo alheio à editoria do jornal existe uma mensagem sendo passada que o leitor e analista dessa imprensa precisa observar, ou seja, a da crítica veemente à coerção dos órgãos de imprensa.

O *Rio Grande* reproduz o artigo da *Federação* intitulado *Ainda é tempo* que diz:

Não é possível que a Nação continue a padecer, por mais tempo as vacilações em que vivemos. Os justos interesses do povo exigem e impõem que se estabeleça, finalmente um paradeiro a essa situação de angustia e tortura generalizada em que há meses nos debatemos, presos neste imensurável e já famoso deserto de idéias e de homens, à miragem de uma transformação sempre próxima e sempre fugidia¹³¹.

Em outro artigo do mês de junho lemos:

Digamos as coisas com franqueza e clareza que a gravidade do momento impõe. Até agora as ponderações do Rio Grande não foram ouvidas pelo chefe do governo provisório. O que se quer de nós é a adesão à pessoas. O que nos queremos dar e daremos é o nosso apoio militante a uma definição de

Ditadura não possuía na época a conotação pejorativa, depreciativa e consensualmente indesejável que atualmente emprestamos ao termo (PAULA, op cit, p.68)

¹²⁹ *O Tempo*, 29-3-1932.

¹³⁰ *O Tempo*, 23-3-1932.

¹³¹ *Rio Grande*, 27-6-1932.

*princípios dentro da qual se aquiete o espírito público e o país para retornar o ritmo da sua vida normal*¹³².

O *Rio Grande* aparecia como sendo o mais enfático defensor da campanha pela reconstitucionalização e isso se devia à sua defesa do governo do estado na figura de Flores da Cunha. As posições do jornal seguiam as do interventor quando esse se colocava favoravelmente aos paulistas e a causa levantada por eles, depois quando recuou na sua posição e se colocou ao lado do Governo Provisório, atacou a revolta. Passado o episódio, o jornal passou a se intitular *Órgão do Partido Republicano Liberal*, partido esse criado por Flores da Cunha e Oswaldo Aranha no estado para dar sustentação ao governo federal.

O *Rio Grande* passou dessa forma, a reproduzir as nuances da política. Apoiou o interventor Flores da Cunha em defesa da campanha pela reconstitucionalização do país, ficou ao lado do governo provisório quando o estado voltou a apoiá-lo. Apresentou-se como órgão do partido do situacionismo gaúcho depois de 1932 para mais adiante, com o advento do golpe de 1937 ser, como os demais órgãos, *enquadrado* pela política repressora do Estado Novo. Diferentemente de outros jornais do estado, que tinham vinculação com o PRR (Partido Republicano Rio-grandense) e PL (Partido Libertador) entre eles a *Gazeta do Alegrete* e o *Correio do sul* de Bagé respectivamente, *O Rio Grande* logo adotou o novo partido e isso de deveu principalmente ao fato de que tanto em Bagé quanto em Alegrete, cidades da região da campanha, o reduto político dos antigos partidos era mais forte, enquanto que Rio Grande, cidade de grande trânsito portuário, o poder desses partidos era mais fluído.

Num quadro regional, podemos traçar um panorama do estado em que as regiões mais tradicionais são a região da campanha pela forte ligação com os antigos partidos, PRR e PL, a Serra por ter um desenvolvimento mais à parte do resto do estado em que o *Staffetta Rio-grandense* de Caxias do Sul-Garibaldi, continuou, na década de 30, a ser escrito

¹³² *Rio Grande*, 30-6-1932.

em língua italiana e a região central com a cidade de Santa Maria e seu jornal *A Razão*, também ligada aos antigos núcleos partidários. A região sul do estado, por outro lado absorveu mais rapidamente a idéia de defender um novo partido que atendessem aos reclamos da política que se apresentou depois de 1932, refiro-me ao Partido Republicano Liberal (PRL) e isso fez muito claramente o *Rio Grande*.

O *Correio do Povo* por sua vez, destacava em 1º de março de 1932 o empastelamento do *Diário Carioca* por um grupo de tenentistas que se sentiam ameaçado pelos artigos do jornal. Lê-se na chamada: *Generaliza-se por todo o país um movimento de protesto ao vandálico assalto do dia 25, uma crítica ao fato*. Referindo-se ao protesto da Associação Brasileira de Imprensa sobre o acontecido, o jornal esclarecia:

A diretoria da Associação Brasileira de Imprensa reunida em sessão permanente depois das soluções que adotou, redigiu a seguinte nota que foi distribuída aos jornais: a Associação Brasileira de Imprensa, que tem por dever precípua e indeclinável defender e sustentar a liberdade de imprensa, sem prejuízo das responsabilidades legais pelos abusos praticado, condena com veemência o inqualificável atentado contra o Diário Carioca e espera que as medidas tomadas pelos responsáveis pelas liberdades publicas resultem no sentido de ser reparada semelhante afronta à consciência jurídica nacional- Em conseqüência positivando a sua mágoa e a sua revolta, resolve, unanimemente, a diretoria de A.B manter-se em sessão permanente, hastear a sua flâmula a meio pau, representar ao chefe do Governo Provisório protestando, contra o atentado e à Imprensa em geral especialmente aos diretores do Diário Carioca, expressando toda a censura pelo ato de violência ao mesmo tempo que lhes hipoteca inteira Solidariedade, extensiva aos seus redatores e demais auxiliares.

Chamava a atenção sobre as atitudes dos acadêmicos cariocas, da imprensa paulista e dos gráficos baianos sobre o atentado que significou uma chama acesa para a eclosão da revolta paulista. No período que se seguiu, o jornal destacava a necessidade da pronta reconstitucionalização, destacando a exemplo de *O Tempo* a questão do problema federalista no Brasil ou do perigo que a demora em implantar o processo constitucional

representava para os estados. Considerava importante a formação de um partido nacional em matéria do dia 6 de abril de 1932, comentava a lentidão do processo constitucional em artigo intitulado *Constituição por prestações* em trinta de abril de 1932.

Quando ocorreu a revolta, o jornal passou a descrever diariamente os acontecimentos do campo de batalha e quando desenvolveu-se o processo constitucional, o periódico deu ampla cobertura às discussões que a Constituinte travou como: a representação de classes, o Código Penal e o voto feminino. Dessa forma, o *Correio do Povo* manteve uma linha bastante parecida com a que tem atualmente, ou seja, a tentativa de imparcialidade, quebrada em termos naqueles momentos de maior turbulência política.

O jornal *Diário de Notícias* fez referências mais diretas ao governo federal através de seus editoriais ou dos elementos que escreviam nele. No artigo intitulado *Ditadura Beócia* do dia 3 de julho de 1932, o político Macedo Soares escrevia assim:

Ninguém contesta a inteligência e perspicácia e a malícia do sr. Getúlio Vargas que ganhou o campeonato de certos jogos de espírito postos na moda pela Revolução, denominados generosamente de confucionismo, tapeação, etc. Entre os recursos intelectuais do nosso ditador não se conta, porém, o humor dos ingleses ou o 'pince sans rire' dos franceses. O sr. Getúlio Vargas confunde, tapeia, é certo, mas é sério. É que o ditador não tapeia e confunde para divertir o público, mas para tirar proveito certo da política. Quando os leitores de jornais encontram em suas folhas preferidas um dos números do sr. Getúlio Vargas, podem ficar certos que os elementos do golpe foram estudados meticulosamente, nada se deixando correr à revelia. Todas essas considerações excluem, portanto, um erro grosseiro, uma infantilidade ou um simples deslize no jogo de mão do ditador Getúlio Vargas que se respeita suficientemente para não se perder com uma declaração extravagante e monstruosa, capaz de provocar hilaridade

Na seqüência do artigo Macedo Soares aponta os rumos que tomou a ditadura de Vargas e porque acabou gerando a revolta paulista. Para ele:

Há, porém, em certos malabaristas políticos um excesso de confiança na própria habilidade que acaba por se constituir num 'forte-fraco' ameaçando perde-la. À força de embrulhar e tapear o sr. Getúlio Vargas concluiu considerando-se um ditador beócio. Na nossa inteligência e na nossa sutileza, a perspicácia do chefe do governo perdeu-se toda, até permitindo abusos que chegam a ser verdadeiras impertinências.. O sr. Getúlio Vargas está farto de saber que o grave dissídio entre a opinião nacional e o governo, que levou os grandes Estados como o Rio Grande do Sul, Minas Gerais e São Paulo a retirarem o seu apoio à Ditadura, originou-ser do privilégio da influencia militarista a que se submeteu inexplicavelmente o sr. Getúlio Vargas, faltando a todos os solenes compromissos da Revolução que os homens políticos de fato fizeram, transviada nos atalhos da ignorância e da inexperiência de uma rapaziada extremista. A Revolução perdeu o contato com as reivindicações que lhe deram corpo, com os ideais que a impulsionaram, com as aspirações que lhe serviram de programa¹³³.

Mais adiante o autor enfatizava que com essa atitude Vargas provocou um incêndio de ambições, rebaixando as funções políticas e administrativas, bem como os conselhos do governo. Através desse artigo, o jornal estampava a posição de um político influente como era Macedo Soares, assumindo todas as possíveis conseqüências que pudessem advir dessa atitude. Nos meses seguintes, o jornal seguiu descrevendo os desdobramentos da revolta e o seu desfecho. A Constituinte de 1933 e Constituição de 1934 também ocuparam amplo espaço no periódico que não deixou de dar destaque aos futuros atos de censura à imprensa escrita. Comparativamente com o *Correio do Povo*, *O Diário de Notícias* era mais direto nas suas informações e bem mais crítico em seus posicionamentos, não deixando porém, de realinhar-se às diretrizes que a própria política apontava depois, visto que, como os demais dependia da concordância do governo para continuar existindo em momentos de exceção como no pós-37 por exemplo.

O *Opinião Pública* relatava os acontecimentos referentes á revolta paulista de maneira mais técnica não aprofundando muito a discussão em torno das razões dos

¹³³ Idem.

paulistas. Considera, no entanto, que a revolta teria sido agitada por elementos comunistas. Em agosto de 1932, assim se manifestava :

*Informações aqui chegadas de Belo Horizonte confirmam a grave situação da capital paulista, agitada por elementos comunistas. Viajantes recentemente entrados na capital mineira, com procedência de São Paulo, confirmam, também, a decretação da lei marcial, na Paulicéia. O bairro industrial do Braz foi ocupado militarmente por numerosos contingentes de acadêmicos e voluntários do interior do Estado, com o objetivo de prevenir qualquer manifestação hostil do operariado, que parece se realizou efetivamente, a pesar daqueles preparativos. Na cidade, entre outros gêneros, faltam gasolina, sal e açúcar. As fabricas não trabalham, nem mesmo para o governo revolucionário, achando-se todas fechadas*¹³⁴.

Note-se que a partir de julho de 1932, o jornal passou a se apresentar como *Órgão dos interesses gerais* demonstrando objetivamente se mostrar isento de qualquer posição política. Durante o mês de agosto, apenas relatou os acontecimentos do front e tratou da futura constituição, dando ênfase aos trabalhos da comissão que elaborou o anteprojeto constitucional. Destacou um artigo do *Correio da Manhã* do Rio de Janeiro que escrevia que: “ao assinar o decreto sobre a convocação da Constituinte, o Governo Provisório cessará os direitos políticos de grande numero de representantes das ‘oligarquias posta abaixo pela revolução, bem como dos chefes do movimento de São Paulo, parecendo que o numero atingira a mais de 6 centenas”¹³⁵.

O levante paulista não era visto como bons olhos pelo *Opinião Pública* e isso percebemos pelas reservas com que se referia ao movimento. Logo após a eclosão desse, em 11 de julho de 1932 podemos ler *O Governo Provisório, prestigiado pelas forças armadas e pelos Estados conta dominar a situação*. Nos acontecimentos seguintes relacionados à Constituinte e futura Constituição, o jornal voltou a ter uma posição mais crítica, questionando em junho de 1933, o papel da imprensa na Nova República e em janeiro de 1934

com a manchete *Voltou a Censura*, à falta de liberdade com que a imprensa passou a se deparar, sendo essa atitude do governo, atacada veementemente pelo periódico.

O *Diário Popular* por sua vez, tratou da questão através da ótica do jornal porto-alegrense *A Federação*. Seus artigos *A Revolução e a Ordem*, *O Constitucionalismo*, *Pela Constitucionalização do País* versam sobre a necessidade da imediata reconstitucionalização. Nesse último lemos:

A formosa oração proferida, no Rio de Janeiro, pelo ilustre ministro Oswaldo Aranha, é um documento à altura das inteligências, da cultura e do patriotismo do valoroso republicano(...)o sr. Oswaldo Aranha, coordenador infatigável e eficiente das forças que se conjugaram para o levante armado, aparece no período de reconstrução nacional como um espírito forte que, com boa claridade, e de animo resoluto, põe as questões em seus termos precisos, valendo a sua atitude de agora, como o foi a de ontem, por um nobre estímulo para que governos e governadores prossigam sem desfalecimentos nas realizações por que aspira o povo brasileiro¹³⁶.

O jornal com essa entrevista do ministro Oswaldo Aranha apoiava a questão da reconstitucionalização do país, mas como outros periódicos não demonstrava simpatias pela causa paulista e isso se devia à histórica rivalidade entre os dois estados que remontava à República Velha. A questão constitucional, no entanto, era vista como sendo passível de discussão.

Já o *Staffetta Rio-grandense* relatou os acontecimento de São Paulo de uma maneira distante, reproduzido as notícias dos jornais do sudeste do país e do *Correio do Povo*. Podemos ler no jornal em 20 de julho de 1932:

¹³⁴ *Opinião Pública*, 23-8-1932.

¹³⁵ *Correio da Manhã*, 27-10-1932.

¹³⁶ *Diário Popular*, 30-12-1931.

É iniciada uma nova revolução em São Paulo. A revolta é comandada pelo general Isidoro Dias Lopes e pelo coronel Euclides de Figueiredo(...) no nosso estado o movimento não teve repercussão. As altas autoridades civil e militar, general Flores da Cunha e general Andrade Neves se mantêm fiéis ao governo Provisório , com ao apoio absoluto da força armada da união e do Estado. Forças rio-grandense do Exército e da Brigada estão avançando pelo Paraná seguindo ordens diretas do comando desta região .

O jornal publicou ainda, um manifesto do general Flores da Cunha em que esse se dizia surpreso com o movimento paulista e declarava-se fiel aos deveres de delegado do governo Provisório¹³⁷.

A crise paulista atingiu fortemente a imprensa escrita de modo que os jornais de fora do eixo Rio - São Paulo tiveram com o movimento atitudes menos apaixonadas. Em outras palavras podemos dizer que a causa era nobre, a maneira como São Paulo agiu fez com que os outros estados abominassem a causa revolucionária, até porque o grande temor era o do retorno à política da República Velha. Entre apoiar um governo, mesmo sem respaldo constitucional e ficar ao lado dos paulistas numa revolta que pudesse descambar para o retorno da política dos grandes estados, a ampla maioria preferiu a primeira opção. A imprensa do Rio Grande do Sul, portanto, permaneceu ao lado do governo Provisório.

2.3. O ano de 1933, as eleições constitucionais, os debates parlamentares.

¹³⁷ Note-se que o general Flores da Cunha apoiou São Paulo na sua luta pela pronta reconstitucionalização do país, mas quando o processo descambou para a luta armada preferiu ficar ao lado do governo Vargas. Cf. CARAVANTES, Rejane. A crise política de 1932 no RS: o papel de Flores da Cunha. Dissertação apresentada ao curso de Pós-graduação em História da PUCRS, 1988.

Depois de derrotado o movimento paulista, o governo provisório decretou a data da realização de eleições para a Assembléia Nacional Constituinte para maio de 1933, o que de fato ocorreu, impulsionando a participação popular e a organização partidária. Surgiram muitos partidos nos Estados, alguns com bases reais e outros sem qualquer consistência. Com exceção dos comunistas na ilegalidade e da Ação Integralista, não se chegou a formar partidos nacionais.¹³⁸ Com relação ao ano de 1933:

O Tenentismo foi-se desagregando como movimento. Não conseguiu transformar o Estado no seu partido, fracassara ou fora cortado nas tentativas de obter uma base social, perderas forças no interior do Exército, onde ameaçava a hierarquia. Entre 1932 e 1933, vários interventores tenentistas do Nordeste se demitiram. O clube 3 de outubro- principal centro de organização dos “tenentes”- tendeu a transformar-se em um “órgão doutrinário, livre de demagogia”, como disse com satisfação o general Góis Monteiro. Uma parte dos “tenentes” subordinou-se ao governo Vargas, enquanto outros foram engrossar os partidos de direita e de esquerda¹³⁹.

As elites regionais viram nesse processo a possibilidade de retornarem ao poder como força que eram antes de 1930. Suas expectativas, entretanto, malograram, pois a sonhada Constituição foi sendo aniquilada a partir do início do ano de 1935. Sobre a Constituinte, Ângela de Castro Gomes afirma:

Que para a convocação da Constituinte de 1934 influíram decisivamente as pressões de setores que, mesmo tendo realizado a revolução de 1930, encontravam-se marginalizados do aparelho de estado. Transcorridos dois anos do governo de ‘arbítrio’, diversas facções políticas radicalizaram suas demandas pela constitucionalização, levando o país a uma guerra civil. Desta forma poderíamos caracterizar a Constituinte de 1934 não como um fruto da revolução e sim como uma exigência da contra-revolução. Num primeiro momento, portanto, a luta pela constituinte vai funcionar como pólo aglutinador, reunindo desde elementos explicitamente contrários à Revolução

¹³⁸ FAUSTO, op cit, p.351.

¹³⁹ Idem,

de 1930, até elementos nitidamente revolucionários, dentre os quais figuravam até mesmo partidários do governo Vargas. Somente num segundo momento é que o governo provisório encampa esta proposta, esvaziando-a de seu conteúdo oposicionista e colocando-a como intenção legítima de toda a nação, defendida e encaminhada por aqueles que estão no poder, particularmente o próprio Vargas¹⁴⁰.

A Constituição de 1934 foi assim, o coroamento das aspirações da liberal-democracia, mas o processo rumo à centralização política já estava em franco desenvolvimento.

A imprensa escrita trata a questão da constituinte e Constituição de 1934 de maneira relativamente ampla. Os jornais do período dão amplo destaque aos debates parlamentares. Todos os jornais aqui pesquisados são unânimes na defesa da Constituição, o que mudou foi o maior ou menor espaço dado a questões como a eleição do presidente, a representação classista entre outros temas. A imprensa do interior continuou reproduzindo artigos da imprensa da capital que por sua vez trazia artigos dos jornais da imprensa do Rio de Janeiro e de São Paulo. A percepção da linha editorial dos jornais do Rio Grande do Sul e do interior passou dessa forma, pela identificação dos artigos e da divulgação dada a eles, já que um maior ou menor espaço a determinada notícia por exemplo, é um indício do pensamento que permeia a editoria do jornal. No que tange aos debates parlamentares o foco maior ficou por conta da eleição para presidente da República, já que os trabalhos da Constituinte acabaram invertidos para priorizar a eleição de Vargas. Outros pontos também foram muito visados como a lei de imprensa que atingia diretamente os jornais e a discussão em torno das ditaduras que alguns periódicos apontavam, davam o tom da discussão daquela constituinte que gerou uma Constituição liberal-democrática inserida em um contexto político internacional que já apontava para a germinação dos fascismos europeus como forma de responder ao quadro de falência da mesma liberal-democracia após a crise de 1929

¹⁴⁰ Gomes, Ângela de Castro, op cit,p.12-13.

O *Correio do Povo* não fugiu ao seu estilo de tentar ser o mais imparcial possível nas questões de política nacional, No entanto, algumas chamadas fazem questionamentos que alfinetam o governo como, por exemplo, a de 12 de janeiro de 1933 com o título *Vai ser adiada a convocação da Constituinte?* Em que denotava o ambiente de agitação depois da Revolução Constitucionalista de 1932 em que os olhares se voltaram para o governo esperando dele que cumprisse a promessa feita de pronta reconstitucionalização do país. Ainda lê-se na referida nota:

Desde alguns dias vem se falando na possibilidade de ser prorrogada a data para as eleições à Constituinte, em virtude da escassez de tempo necessário ao alistamento de um número de eleitores que possa exprimir, naquele pleito, a vontade da nação, na escolha de seus legítimos delegados. Hoje tivemos ensejo de nos aproximar de pessoas que privam nas altas rodas governamentais e ouvimos que o governo já se havia capacitado da impossibilidade de conseguir-se um número de eleitores que expressassem o sentimento nacional, se as eleições se realizarem na data pré-fixada e, por isso, acrescentou o nosso informante, o Sr. Getúlio Vargas já teria providenciado no sentido de ser provisoriamente revigorada, em parte a Constituição de 91. Disse ainda o referido informante que, uma vez adotada pelo governo essa resolução, seria logo baixado decreto prorrogando por seis meses à época daquelas eleições. Alguém do mesmo grupo em que nos achávamos observou que talvez essa prorrogação fosse demasiada achando que três meses, no máximo quatro, bastariam para formar uma massa eleitoral significativa. Ao sairmos dali obtivemos outra notícia a esse respeito, segundo a qual já estaria em mãos do senhor Maciel júnior o projeto da Constituição provisória, que ele próprio anunciou ao assumir a pasta e que, em breve, mandaria publicá-lo para receber sugestões.

As eleições acabaram ocorrendo na data prevista, visto que, uma prorrogação acabaria caindo muito mal para o governo. O articulista Waldemar de Vasconcellos que costumava escrever para o jornal destaca em um artigo o livro de Francisco Cambó, *As Ditaduras* onde este escrevia um capítulo intitulado *Origens e males das Ditaduras* em que fazia uma análise dos prejuízos deste regime político para os povos que tinham de suportá-lo. É, dessa forma, sintomático e importante esse artigo para a percepção do ambiente político

que cercou a Constituição de 1934 ou seja, de apego incondicional à Democracia como forma de responder aos anseios da sociedade isso no plano interno pois internacionalmente os ânimos já estavam começando a respirar os ares dos autoritarismos tão em voga na segunda metade dessa mesma década. Ainda sobre o artigo, Vasconcellos assim se manifestava:

As Ditaduras, livro de cultura de que damos notícia neste artigo, reúne as aprofundadas meditações do seu autor à margem do panorama mundial hodierno. Não é polêmica, é estudo imparcial e de mestre. Trabalho de doutrina tem por objetivo esclarecer e educar. O pensador que o redigiu crê nos benefícios da Democracia, renovada, segundo as exigências da atualidade política. Não exita em concluir que até as boas ditaduras são nocivas, e, quanto mais prolongadas, mais pesada a herança que elas deixam. Remédio heróico e excepcional devem ser, quando de todo inevitáveis, breves como as operações cirúrgicas. Mas, felizes dos povos que delas não precisam¹⁴¹.

O *Correio do Povo* foi percebendo o ambiente de agitação em torno da Constituinte bem como a quantidade de boatos que eram criados em volta de seus trabalhos, no entanto, utiliza-se como os demais jornais do estado, do expediente de referendar os jornais do Rio e de São Paulo para apresentar os fatos como por exemplo: “ O jornal A Nação do dia tal escreveu que ... , Conforme o jornal do comércio de ontem... ou ainda O Diário Carioca escreve nas suas páginas que...” Os jornais seguem dessa maneira apresentando através dos seus correspondentes as notícias veiculadas em outros jornais, no entanto, a análise que se fazia de cada um não ficava invalidada na medida em que a própria seleção do que aparecia no jornal já demonstrava um juízo de valor, ou dito de outra forma, o jornal acabava expondo o seu ponto de vista capitaneado pelo outro, ou ainda, quando não concordava com ele, argumentava na apresentação da notícia. Em 25 de julho de 1933, com a

¹⁴¹ *Correio do Povo*, 14-7-1933.

chamada *Temores infundados*, o *Correio do Povo* aludia o jornal *A Nação* do Rio de Janeiro que fazia a defesa do chefe do governo Provisório contra os boatos sobre divergências políticas, movimentos armados e dissidências militares, observando que Vargas estaria com o controle da situação, referência à interventoria paulista que já havia demandado deflagração de um movimento armado. Daí para frente os jornais iriam se ocupar da Lei de Imprensa que aparecia em vários deles. O *Diário de Notícias* em fevereiro de 1934 apresentava a seguinte chamada *Avoluma-se o movimento contra a censura à Imprensa* onde o deputado constituinte Henrique Dadsworth relembra a defesa antiga dos políticos gaúchos entre eles Getúlio Vargas contra a censura à imprensa quando ocorreu no Rio Grande do Sul o fechamento do jornal *O Libertador*. Outro assunto bastante em voga era a escolha do presidente da República que acabou sendo feita pelos Constituintes antes mesmo da promulgação da futura Constituição. O *Correio do Povo* destacava em abril de 1934 a agitação em torno da escolha do presidente e do pré-lançamento da candidatura Góis Monteiro. Acabou, entretanto, prevalecendo a fórmula dos políticos mais influentes, ou seja, a da retirada das candidaturas e o lançamento da candidatura de Vargas à presidência. Em julho do mesmo ano apresentava um artigo do *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro intitulado *Primeiras Decepções* em que transcrevia os seguintes trechos:

*Nestes poucos dias, a partir da sua posse, o senhor Getúlio Vargas está confirmando que não era o presidente que a República exigia. Constitucionalizando o Brasil, caberia ao governo entregar-se imediatamente ao trabalho, regularizando a situação nacional gravemente comprometida pela ditadura. Deveríamos ter um governo de linhas definidas, propósitos firmes, ação pronta. Completamente exausto em razão de sucessivas crises, colapsos deprimentes, abalos constantes, frouxidões e capitulações intermitentes, tudo denotando autoridade fraca e competência nula, no chefe decorativo do poder, o país reclamava alguém que, pra tomar-lhe a direção, enfeixasse em si os atributos de energia e de caráter urgidos pelas circunstâncias desta hora ainda dominada por incertezas e riscos*¹⁴²

¹⁴² *Correio do Povo*, 25-7-1934.

Mais adiante, o jornal continuava tecendo comentários a respeito da situação nacional e o *Correio do Povo* assim transcrevia:

O ministério deveria estar organizado desde o dia da eleição. Conviria que o formassem, sem discrepância, homens cuja capacidade e experiência à Nação conhecesse. Far-se-ia necessário renomear interventores, substituindo alguns, de tradições facciosas. O país imediatamente sentiria que havia governo realmente novo e que os rumos racionais da administração e na política podiam ser, enfim, seguidos sem os hiatos, as confusões e os atropelos que marcaram o nosso áspero calvário sob a ditadura. Preferiu, porém, conservar o sr. Getúlio Vargas no ápice do poder público, sem considerar que era um homem gasto, roído, batido, sovado por hábitos condenáveis, processos inferiores e idiosincrasias enervantes no exercício da função política e administrativa, na qual em três anos revelou aptidões para atrapalhar a vida no Brasil¹⁴³

O jornal carioca chamava a atenção para as mudanças necessárias a um Brasil constitucional que deveria expulsar de vez todos os resquícios da ditadura, mudando para isso, pessoas e hábitos e ingressar em uma nova era de democracia. O *Correio* ao referendar tal pronunciamento, sem uma explicação em contrário, acabou assumindo essa mesma postura.

Ainda em junho de 1933 um artigo do jornal *Opinião Pública* chamava a atenção para a liberdade de imprensa em ambiente bastante propício para isso, ou seja, o da preparação da Constituição de 1934. Lê-se nele:

Alguns jornais reclamam da falta de liberdade. Citam o manifesto de setembro como também a plataforma do Sr. Getúlio Vargas que diziam que as leis compressoras seriam revogadas porque a anistia sem elas seria uma medida incompleta. A campanha cívica contra os candidatos de Washington Luís, liderada pelo Rio Grande, Minas e Paraíba, recebeu o amparo da Imprensa e a Revolução de 1930 deve aos jornalistas o dinamismo de sua

¹⁴³ Idem.

vitória. Sem eles o movimento seria um fracasso ridículo... o sr. Getúlio Vargas, no discurso que pronunciou no banquete que lhe ofereceu a Imprensa, enalteceu- O sr. Oswaldo Aranha, quando ministro da Justiça, reunindo no gabinete do sr. Batista Luzardo os representantes da Imprensa, disse que cada jornalista deveria se considerar membro do governo e que este não dispensaria a colaboração nobre e eficaz dos homens da pena. Mas as palavras passam e os fatos ficam.... A imprensa continua ser membro do governo e a Associação Brasileira de Imprensa já solicitou ao chefe do governo liberdade para a nossa profissão. Continuamos, porém, a ser uma espinha na garganta dos revolucionários em pagamento do muito que fizemos pela vitória da Revolução¹⁴⁴

Já em 30 de janeiro de 1934, o jornal recebia o ofício:

Ilmo.sr. diretor da opinião Pública. De acordo com instruções do sr. Chefe de polícia, comunico o restabelecimento da censura para esse jornal. Esta delegacia determinou ficar o serviço de censura a cargo do sr. José Bernardino de Souza, o qual transmitirá a esse jornal o modo pelo qual se deverá conduzir. Saúde e fraternidade. Demócrito Alves Sattamini, Delegado de Polícia.

Obviamente ao jornal estava o governo, respondendo aos ataques sofridos.

Porém, 1934 ainda não era, o ano crítico da censura à imprensa como se verificaria mais tarde.

2.4- A Constituição de 1934, os embates políticos, a visão da Carta Constitucional que a imprensa gaúcha apresentava.

¹⁴⁴ Opinião Pública, 28-6-1933.

O processo histórico que gerou a Constituição de 1934 apresentou algumas nuances importantes que foram desde as discussões em torno da nova carta constitucional até a finalização dos trabalhos que deram origem a um texto marcado por algumas contradições.

A marca inicial que desencadeou esse movimento pode ser detectada na Revolução de 30 e em seus objetivos, dos quais destaca-se a moralização do sistema político matizado pelas fraudes eleitorais, voto a descoberto, verificação de poderes, entre outras coisas. A Liberal-Democracia pretendia reenquadrar a política nacional, bem como a ordem jurídica abalada por uma estrutura recheada de arbitrariedades em que uma coalizão entre os maiores estados da federação, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do sul e Bahia ditava as regras do jogo. Dessa forma, falar em exercício democrático durante a República Velha (1889-1930), significava não levar em conta a grande massa da população marginalizada do processo político.

Na década de 20, o Brasil passou por modificações profundas que abalaram sua dinâmica de organização. A eclosão do Movimento Tenentista, a incorporação das camadas médias urbanas da sociedade ao conjunto da política nacional e a crise econômica que se seguiu à queda da Bolsa de Nova Iorque fizeram com que a política nacional, influenciada pelo contexto internacional, adotasse padrões de comportamento que se inclinasse mais para o autoritarismo como forma de responder satisfatoriamente a um modelo de Liberalismo que foi incapaz de absorver as crises econômicas mundiais.

O que se verificou a partir de então foram os recrudescimentos dos autoritarismos na Europa e América onde a tônica passou a ser a intervenção cada vez maior dos Estados em suas economias, de forma a salvaguardar as sociedades de outros choques iguais ou piores aos de 1929.

No Brasil mais precisamente, a década de 30 iria conhecer uma crescente centralização política que desembocou no Golpe de 1937, já que desde o início da mesma

década foram tomadas medidas no sentido de reconhecer a existência do proletariado, com leis trabalhistas posteriormente propagandeadas pelo governo. Dessa forma, a questão operária era agora assunto do governo que ditava as regras tanto para patrões como para operários. Os primeiros concordavam devido à necessidade de “controlar” as massas, suas aspirações e lutas latentes desde a fundação do PCB em 1922.

Quando se abriram os debates em torno da Constitucionalização do país como forma de legitimar os princípios da Revolução de 30, o cenário político estava bastante conturbado com as várias tendências querendo abocanhar para si as maiores parcelas de poder. As oligarquias tradicionais alijadas com a revolução, disputavam espaço com os tenentes que dominaram o mesmo cenário de 1930 a 1932. Vargas que na época ocupava o governo provisório inclinou-se para o grupo tenentista até a Revolução Constitucionalista de 1932 para, em seguida voltar-se para o lado das oligarquias. Mantinha-se assim no poder, graças a impossibilidade desses grupos em responderem satisfatoriamente à ocupação do poder. O presidente interferia nos trabalhos da assembleia Constituinte e elegeu-se com o voto da mesma em 1934.

A carta Constitucional apresentou inovações como o voto universal direto e secreto, responsabilidade dos ministros de Estado perante a Assembleia, mas por outro lado continha dispositivos que delegavam grandes poderes ao Executivo como a intervenção federal nos negócios estaduais. Um ponto polêmico nos debates foi a questão da representação classista defendida pelos tenentes que acabou incorporada ao texto constitucional apesar da contrariedade dos setores dominantes. Devido à multiplicidade de interesses envolvidos na Constituinte de 33-34, o que resultou foi uma Constituição que pretendia atender a todos sem conseguir seu intento. Abria formalmente espaços aos setores da sociedade marginalizados, coibindo-lhes imediatamente a ação.

A Constituição de 1934 teve duração efêmera, visto que no início do ano de 1935 foi decretada a Lei de Segurança Nacional que foi o mecanismo utilizado pelo governo para “conter” os excessos dos grupos de oposição. A partir de então, sucessivos estados de sítio iriam marcar o cenário político definitivamente fechado com o Golpe de 1937.

Depois de promulgada a Constituição, a euforia para a escolha dos representantes estaduais e federais tomou conta do cenário político gaúcho e as antigas facções trataram de retornar ao poder nos municípios. Em Alegrete a *Gazeta* conclamou os eleitores a voarem na Frente Única. Podemos ler no jornal:

Ao dirigir-nos ao valoroso povo de Alegrete, pedindo os seus votos para os candidatos da Frente-Única, sabemos de antemão que o nosso apelo encontrará eco em todas as consciências livres, ainda não contaminadas pelos germens que tentaram desagregar os partidos tradicionais do Rio Grande . A certeza desta afirmativa repousa na convicção em que estamos que o povo rio-grandense compreende perfeitamente as razões da atitude da Frente-Única, após os dramáticos sucessos que se seguiram ao 9 de julho de 1932. Responsáveis que eram os Partidos Libertador e Republicano pelo advento do governo oriundo da revolução de outubro, não podiam os seus dirigentes concordar com os desvios do programa anteriormente traçado, sob pena de passarem aos olhos da Nação como mistificadores vulgares da opinião pública¹⁴⁵.

O jornal fazia, assim referência ao Partido Republicano Liberal fundado por Flores da Cunha no Estado após a revolução de 1932. A atitude hostil da FUG foi parcialmente apaziguada com um acordo em 1936. No entanto, a cooptação política do governo federal logo depois, fez da FUG um aliado do mesmo até para calar-se ao golpe de 1937.

A imprensa escrita recebeu a carta constitucional com muita satisfação pelo tempo que havia esperado por ela e pela conotação que uma constituição tinha e tem no processo de coroamento democrático. Todos os jornais foram unânimes em afirmar os

¹⁴⁵ *Gazeta de Alegrete*, 2-10-1934.

benefícios que a constituição traria ao país. Os debates parlamentares foram amplamente destacados e a Constituição de 1934, liberal-democrata assinalou para muitos a entrada do Brasil em uma fase de amplo progresso material e moral.

O *Staffetta Rio-grandense* fazia referências à promulgação da Constituição de 1934 e da eleição de Vargas da seguinte maneira:

O Dr. Getúlio Vargas em uma última entrevista como chefe do governo Provisório confessa a um jornal do Rio, a decisão iminente da criação do tão necessário banco Rural e de uma cooperativa. Um dos principais objetivos do banco será o financiamento da organização econômica profissional da atividade rural em conjunto com uma cooperativa municipal¹⁴⁶.

Podemos observar o quanto representava a criação do banco Rural para aquela comunidade e como o presidente Vargas adquiriu simpatias com essa atitude.

A constituição foi dessa maneira, recebida com euforia pela imprensa do estado, porque representava a retomada dos postulados do movimento de 1930 e da defesa dos ideais democráticos.

Os acontecimentos que marcaram os anos de 1930 a 1934 foram destacados pela imprensa gaúcha de maneira ampla com algumas unanimidades como a Revolução de 1930 e algumas divergências como o movimento de 1932. O processo constitucional foi, a princípio, apresentado com alguma desconfiança por parte de alguns jornais como o *Diário Popular*, a *Gazeta de Alegrete*, *O Tempo*, mas logo que foi promulgada a constituição as opiniões convergiram para engrandecer a carta que havia sido elaborada. A síntese a seguir demonstra uma visão geral sobre as reações dos jornais gaúchos:

¹⁴⁶ *Staffetta Rio-grandense* 18-7-1934.

ELEMENTOS CONSTITUTIVOS	SÍNTESE DA REPERCUSSÃO NOS JORNAIS
Aliança Liberal	<p><i>Rio Grande</i>: apoio à Campanha; <i>O Tempo</i>: posicionou-se favoravelmente; <i>Correio do Povo</i>: apoiou mais intensamente no decorrer da campanha; <i>Diário de Notícias</i>: tomou partido do movimento; <i>Diário Popular</i>: posicionou-se enfaticamente pelo movimento; <i>Opinião Pública</i>: foi intensificando seu apoio; <i>Gazeta de Alegrete</i>: destacou com alarde os comícios da Aliança; <i>A Razão</i>: nessa época o jornal ainda não existia; <i>Staffetta Rio-grandense</i>: Fez referências esparsas ao movimento.</p>
Revolução de 1930	<p>Todos os jornais apoiaram a Revolução sendo que o Staffetta o fez de forma mais discreta e A Razão referia-se a ela nas edições comemorativas do jornal a partir de 1934, fazendo-lhe apologia.</p>
Revolução de 1932	<p><i>Rio Grande</i>: tomou posição ligeiramente favorável no início, mas contrária depois; <i>O Tempo</i>: foi contra o movimento; <i>Correio do Povo</i>: procurou demonstrar imparcialidade até a derrota dos paulistas; <i>Diário de Notícias</i>: foi mais enfático na sua oposição ao movimento; <i>Diário Popular</i>: procurou chamar a atenção para as causas da guerra civil; <i>Opinião Pública</i>: se opôs mais diretamente ao movimento; <i>Gazeta de Alegrete</i>: também fez oposição direta à Revolução; <i>A Razão</i>: procurou ser mais objetiva na apresentação da matéria; <i>Staffetta Rio-grandense</i>: apresentava as notícias em língua italiana como ‘notícias do Brasil’.</p>
Constituinte de 1933	<p>Os jornais apresentaram as notícias da constituinte e seus trabalhos, destacando a importância daquele momento para a vida política do país.</p>
Constituição de 1934	<p>A constituição de 1934 foi saudada pela imprensa gaúcha com intensa euforia. A discussão em torno da inversão dos trabalhos durante a constituinte, o que permitiu a eleição de Vargas foi o ponto de maior conflito até que fosse efetivada a elaboração da carta. A censura aos meios de comunicação passou a ser questionada pelos jornais diante do novo quadro constitucional.</p>

Capítulo III - O projeto Autoritário de governo: da Lei de Segurança Nacional de 1935 à implantação do golpe de 1937

Depois de promulgada a Constituição de 1934, o governo passou a ser cada vez mais pressionado pelos movimentos sociais que surgiam, dando a exata dimensão de que o projeto autoritário que se esboçava desde 1930 estava sendo abalado. Tanto as oligarquias quanto os elementos de oposição inseridos no partido comunista, tiveram certa mobilidade de ação ao que o governo foi respondendo com mecanismos cada vez mais repressores. Segundo Luiz Roberto Lopes:

A constituição aprovada em 1934 mostrou às oligarquias que Getúlio Vargas não era um elemento tão perigoso para elas como parecera inicialmente. Nela, se encontrava uma série de dispositivos que eram herança do Estado anterior a 1930: manteve o federalismo, garantiu a anistia, deu poderes ao Legislativo para tolher o executivo, garantiu as eleições diretas e criou o mandado de segurança¹⁴⁷.

Ainda sobre a fragilidade da Constituição de 1934 e da atuação do governo, completa o autor:

¹⁴⁷ Lopez, Luiz Roberto. História do Brasil contemporâneo. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997. p.75.

Talvez não tenha sido intenção de Getúlio permitir a promulgação de uma Constituição na expectativa de se aproveitar politicamente de seu fracasso previsível. Mas não resta dúvida de que este documento de 1934, frágil em seu conteúdo jurídico, acabou por não se adaptar à realidade de uma época que vivia graves impasses, quer em termos nacionais, quer em termos internacionais. Tornada virtualmente letra morta já desde os fins de 1935, com a imposição do estado de sítio para reprimir a ' Intentona Comunista', A Constituição de 1934 arrastou uma existência fictícia até 1937, quando o golpe do Estado Novo a enterrou sem nenhuma glória, conseqüência lógica da ineficácia demonstrada¹⁴⁸.

Diante dessas observações, o que aconteceu durante o ano de 1935 foi um desdobramento das possibilidades que a oposição percebeu nos seus ataques ao governo, ou seja, a euforia democrática inaugurada com a constituição fez com que se fortalecessem os movimentos de repúdio ao governo e a resposta desse mesmo governo não tardou em forma de uma repressão cada vez mais avassaladora, contribuindo e fermentando os alicerces do Estado Novo. Eli Diniz estabelece a seguinte definição desse período:

Podemos verificar que existe um certo consenso quanto à caracterização das condições sob as quais emerge o Estado Novo, em termos dos desdobramentos de uma situação de crise de hegemonia em que os diferentes setores da classe dominante soa incapazes de controlar a máquina política, criando-se, assim condições favoráveis à formação de um Estado forte¹⁴⁹.

Todo o desenrolar dos episódios dos anos de 1935 e 1936 deu ao governo as armas necessárias para o fechamento político, de modo que o Estado Novo foi recebido por grande parcela da sociedade como algo benéfico ou dito de outro modo, como o único remédio capaz de curar a doença chamada comunismo tão monstruosamente apresentada pelo governo. O poder público seria dessa maneira supervalorizado em detrimento dos interesses privados, pois o que importava eram os interesses do coletivo de acordo com os interesses do estado. Para Diniz:

¹⁴⁸ Idem, p.76.

¹⁴⁹ DINIZ, Eli. "Estado Novo: estruturas de poder e relações de classes" In O Brasil Republicano III: sociedade e política. Boris Fausto (dir) (1930-1964). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. p.84.

O Estado corporativo representaria, portanto, um meio de assegurar o predomínio e a expansão da esfera de influência do poder público em dois sentidos. De um lado, porque possibilitaria a integração das diferentes classes e grupos sociais no sistema político, mediante um mecanismo de participação controlada, sob a direção do Estado, que preservaria, assim liberdade de ação suficiente para agir como árbitro do conflitos em nome dos interesses gerais da nação. De outro lado, porque o fortalecimento do poder de Estado agiria como poderoso instrumento de subordinação dos interesses restritos, regionais e locais, ao interesse maior da coletividade, representado pelo governo central¹⁵⁰.

Esse contexto político foi acompanhado pela imprensa de maneira particular, ou seja, os acontecimentos que levaram à efetivação do Estado Novo foram vistos por alguns jornais como francamente dirigidos e manipulados pelo governo, já outros entendiam os desdobramentos como necessários à manutenção da ordem. Obviamente, esse interregno durou apenas à efetiva concentração de poder nas mãos do governo, depois disso a liberdade de imprensa foi cerceada e alguns reclamos esporádicos deram-se de maneira muito localizada. Todos os setores da sociedade foram sendo englobados e a imprensa utilizada como instrumento de propaganda do estado, reintroduzindo a idéia desde os tempos da Monarquia, do líder capaz de conduzir as massas ao seu apogeu político-econômico, cuja moralidade passava pela extirpação dos elementos perniciosos. Assim: “o Estado forte e altamente centralizado iria absorvendo o sistema decisório, desestruturando suas bases regionais, num esforço de nacionalização das decisões estratégicas do ponto de vista do funcionamento global da economia”¹⁵¹. O Estado Novo suprimiu os partidos, suspendeu as funções do poder Legislativo, estabeleceu o controle policial, além da censura às manifestações intelectuais anteriormente citadas coibindo desta feita todas as liberdades civis. A estrutura organizacional do Estado Novo compreendia depois do presidente, a alta

¹⁵⁰ Idem, p.80-81.

¹⁵¹ Ibidem, p.107.

burocracia civil, os ministros de Estado, os setores técnicos e a alta cúpula militar. A burocracia ainda compreendia o Conselho Federal do comércio Exterior, que teve importante papel nas decisões acerca da política do aço e do petróleo, o Conselho Técnico Econômico e Financeiro do ministério da Fazenda, o Departamento de Imprensa e Propaganda(DIP), que organizava a publicidade governamental e censurava livros, publicações e diversões públicas e o Departamento Administrativo do Serviço Público, criado em 1938, órgão que impôs uma rigorosa centralização às funções burocráticas e administrativas. A burocracia, dessa, forma se confundia com o próprio poder usufruindo os benefícios que esse mesmo poder pudesse proporcionar.

Para efetivar esse plano do governo foi elaborada a constituição de 1937, outorgada pelo presidente da República que serviu de instrumento para a censura. Considerada ampla nas suas diretrizes, continha elementos favoráveis à ditadura. Bóris Fausto comenta:

Uma leitura superficial da Carta de 1937 não nos daria a chave do Estado Novo. Seu corpo continha muitos dispositivos que nunca foram aplicados. O segredo estava nas 'disposições finais e transitórias'. O presidente da República aí recebia poderes para confirmar ou não o mandato dos governadores eleitos, nomeando interventores nos casos de não-confirmação. A Constituição entrava em vigor imediatamente e devia ser submetida a um plebiscito nacional. O Parlamento, as assembleias estaduais e as Câmaras Municipais eram dissolvidas, devendo realizar-se eleições para o Parlamento somente depois do plebiscito. Enquanto isso, o presidente tinha o poder de expedir decretos-lei em todas as matérias de responsabilidade do governo federal¹⁵².

Mais adiante se referindo a alguns artigos da Carta, ainda relata:

O artigo 186 das 'disposições finais e transitórias' declarava em todo o país o estado de emergência, suspendendo assim as liberdades civis garantidas formalmente pela própria Carta Constitucional. Outro preceito transitório, mais tarde prolongado indefinidamente, autorizava o governo a aposentar funcionários civis e militares, 'no interesse do serviço público ou por conveniência do regime'. Na realidade o presidente ficaria durante todo o Estado Novo com o poder de governar através dos decretos-leis, pois não se realizaram nem o plebiscito nem as eleições para o Parlamento. Os governadores dos Estados se transformaram em interventores e na maioria dos casos foram substituídos. O estado de emergência não foi revogado¹⁵³.

O Estado Novo dessa forma significou uma aliança de interesses entre a burocracia civil e militar e a burguesia industrial, cujo objetivo era promover o desenvolvimento industrial sem transformações sociais. Boris Fausto ainda completa: “a burocracia civil defendia o programa de industrialização por considerar que era o caminho para a verdadeira independência do país; os militares porque acreditavam que a instalação de uma indústria de base fortaleceria a economia - um componente importante de segurança nacional; os industriais porque acabaram se convencendo de que o incentivo à industrialização dependia de uma ativa intervenção do estado”¹⁵⁴. Assim, a burguesia tolerou muita das atitudes do estado porque este lhe garantia as condições necessárias à execução do projeto da modernização conservadora, ou seja, avançava em setores estratégicos para o desenvolvimento sem, no entanto, abrir mão do controle sobre a classe operária bem como sobre as correntes ideológicas que estavam em voga na época, entre elas o socialismo e o comunismo.

Do lado das imprensas principalmente as escritas, havia um controle mais do que esperado de modo que, o edifício estadonovista estava alicerçado na construção de estereótipos bem definidos em que a função a Imprensa foi obrigada e exercer. Em artigo sobre a Imprensa e o Estado Novo, Andréa Torres assim se expressa:

¹⁵² FAUSTO, Boris, op cit, p.365.

¹⁵³ Idem, p.365-366.

Os meios de comunicação foram os grandes patrocinadores da expansão dos ideais nacionalistas do Estado Novo. A Imprensa escrita exerceu o papel fundamental de mediação entre o governo de Getúlio Vargas e a população na construção de uma unidade nacional, a partir de um projeto político¹⁵⁵.

Mais adiante fazendo referência direta a dois jornais por ela pesquisados aqui no Rio Grande do Sul e também aqui destacados, a autora enfatiza que:

A análise do discurso nacionalista, veiculado pelo Correio do Povo e Diário de Notícias permite observar a preocupação central dos sujeitos enunciadore, no caso os próprios jornais ou articulistas comprometidos com a linha editorial dos veículos, em construíres os sujeitos enunciados e a que pretendem sujeitar. Esse encaminhamento demonstra a trajetória do discurso estado-novista que desconstrói e reconstrói posições políticas de discursos anteriores ou antagônicos com os ideais de unidade nacional, durante o Estado Novo. Permite ainda a identificação dos elementos que favorece o esvaziamento desse discurso e incrementa a emergência da democratização do Brasil¹⁵⁶.

O projeto autoritário foi sendo gradativamente construído a partir da Constituição de 1934 e alguns momentos foram marcantes dentro desse processo como a implementação de Lei de Segurança Nacional de janeiro de 1935 que teve como objetivo cercear os direitos políticos dos cidadãos.

¹⁵⁴ Ibidem.

3.1- a Lei de Segurança Nacional de janeiro de 1935 e os reflexos na imprensa.

Durante o ano de 1934 ocorreram muitas manifestações da classe operária com uma série de greves no Rio de Janeiro, São Paulo, Belém e Rio Grande do Norte com paralisações em diversos setores como transportes, comunicações e bancos. Houve um choque entre integralistas e anti-fascistas em São Paulo em outubro de 1934, ao que o governo respondeu solicitando ao Congresso a promulgação de uma lei que reprimisse esse tipo de manifestação, a famosa Lei de Segurança Nacional (LSN). O Congresso então, aprovou um substitutivo ao projeto inicial da LSN que acabou se convertendo em lei em abril de 1935. A lei: “definiu os crimes contra a ordem política e social, incluindo entre eles: a greve de funcionários públicos; a provocação de animosidade nas classes armadas; a incitação de ódio entre as classes sociais; a propaganda subversiva; a organização de associações ou partidos com o objetivo de subverter a ordem política ou social, por meios não permitidos em lei”¹⁵⁷.

Juntando-se a isso, os comunistas e os chamados tenentes de esquerda preparavam o lançamento da Aliança Nacional Libertadora a 30 de março de 1935 quando Luís Carlos Prestes foi aclamado presidente de honra. O recrudescimento dos debates e dos embates ao longo do ano de 1935 acabaram dando munição ao governo Vargas para fechar a agremiação em 11 de julho de 1935. Sobre a Aliança, Bóris Fausto escreve:

¹⁵⁵ Torres, Andréa. “Imprensa e Estado Novo: do discurso nacionalista ao discurso democrático”. In Imprensa e História. Francisco das Neves Alves e Luiz Henrique Torres (orgs) APGH/PUCRS. Porto Alegre, 1997

¹⁵⁶ Idem, p.59.

¹⁵⁷ FAUSTO, op cit, p.359.

O programa básico da ANL tinha conteúdo nacionalista, sendo curioso observar que nenhum de seus cinco itens tratava especificamente dos problemas operários. Eram eles: a suspensão definitiva do pagamento da dívida externa; a nacionalização das empresas estrangeiras; a reforma agrária; a garantia das liberdades populares; e a constituição de um governo popular, do qual poderia participar 'qualquer pessoa na medida da eficiência de sua colaboração'¹⁵⁸.

A ANL se ajustou dessa maneira, à nova orientação do Partido Comunista que era a de apoiar a formação de frentes populares em cada país capitalista. Outro ponto favorável à Aliança foi a sua composição social mais variada com um matiz mais forte na questão nacional em detrimento da questão de classe. A ANL ganhou bastante projeção. Dados indicam que em julho de 1935 ela contava com 70 mil a 100 mil pessoas. Na condução do movimento, seus dirigentes oscilaram entre a tentativa de consolidação de uma aliança de classes e a perspectiva de insurreição para chegarem ao poder. A tendência insurrecionista acabou prevalecendo. Na comemoração de 5 de julho de 1935, Carlos Lacerda leu uma manifesto de Prestes que se encontrava clandestino no Brasil, o qual apelava para a derrubada do governo de Vargas e a tomada do poder por um governo popular, nacional e revolucionário.

O governo com isso, encontrou uma razão para acabar com o movimento o que o fez por decreto. Depois, sucederam-se muitas prisões, o PCB começou os preparativos para uma insurreição que culminou com o golpe militar de novembro de 1935. O golpe acabou fracassando e a repressão foi intensificada. Luiz Roberto Lopes acrescenta:

¹⁵⁸ Idem, p.359.

A 'Intentona Comunista' refletiu, em princípio, algo importante: que os conflitos sociais no Brasil haviam atingido o nível de propiciar a formação de ideologias políticas radicais e de esquerda ao ponto de se manifestarem ostensivamente em busca de transformações mais profundas. Consistiu num lance dramático e desesperado de um restrito grupo político, sem apoio das bases sociais. O comunismo cresceu no Brasil na medida do aguçamento da luta interna de classe e da influência externa, mas na hora em que teve oportunidade de tomar o poder, fracassou completamente. O resultado foi que aquilo que poderia ter sido um movimento de proporções acabou se reduzindo a um levante feito por militares e terminou servindo de pretexto para o fechamento político e para o início de uma era de repressão e violências praticadas pela Polícia, então sob a chefia de Filinto Muller. Os dois anos que se seguiram aos eventos de 35 marcaram a segura e gradual transição para uma ditadura de características fascistas: temerosos do fantasma comunista, a classe dominante e o alto oficialato preferiram apoiar Getúlio Vargas e este implantou o Estado Novo em 1937. Não deixa de ser contraditório portanto, embora dialeticamente explicável, que a antítese do comunismo, isto é, o modelo fascista, tivesse sido imposto ao Brasil justamente em decorrência da 'Intentona Comunista'¹⁵⁹.

Esses acontecimentos se refletiram na imprensa escrita com bastante estardalhaço, quando da criação da Aliança alguns jornais acharam interessante por contar com objetivos sociais amplos e porque o momento era propício às manifestações de cunho democrático. Quando ocorreram os levantes a população foi bombardeada pelo governo com informações de que eles poderiam descambar para a implantação do comunismo no Brasil, o grande terror, com isso, os jornais passaram a apoiar as atitudes do governo. Passaram então, a ser bombardeados com informações alarmantes a respeito da tomada do poder pelos comunistas. Sobre a referida lei assim se posiciona o *Diário de Notícias* de Porto Alegre:

Contra a Lei de Segurança Nacional. Iniciou-se anteontem, no Rio, um movimento grevista entre o operariado gráfico dos jornais. Uma comissão de operários esteve ontem à noite, nas oficinas dos jornais matutinos, procurando conseguir adesão do respectivo pessoal para um movimento grevista de protesto contra a Lei de Segurança Nacional. Os gráficos ficaram, entretanto em expectativa, aguardando o resultado dos acontecimentos. Quando saíram das oficinas de um matutino, depois de se entenderem com os seus colegas, os membros da comissão, os membros da comissão foram detidos pela polícia. Sabedores da ocorrência, os operários de diversos jornais abandonaram o trabalho em sinal de protesto, contra a

¹⁵⁹ LOPEZ, Luiz Roberto, op cit, p.84-85.

prisão dos colegas. Permaneceram afastados os operários de quase todos os matutinos, que resolveram, assim, aguardar a liberdade dos membros da comissão. Como medida de precaução, os oficinas de alguns jornais estão guardadas por praças da Polícia Militar e Investigadores¹⁶⁰.

O jornal chama a atenção para a censura que começava a ser imposta aos periódicos como forma de coibir qualquer manifestação considerada subversiva. Em uma outra chamada, destacou a posição do general Miguel Costa:

Essa infâmia está amparada, ao que dizem, pelos representantes do idealismo da mocidade paulista que sucumbiu nas trincheiras em julho de 1932. Isso vem provar que os mártires da revolução paulista foram conduzidos a um matadouro por velhas raposas que nada tinham de idealismo constitucional. Essa lei é uma torpeza. E como eu, embora com a melhor das intenções, tenha concorrido para que se instalasse no país o governo que vai decretá-la, sinto-me envergonhado-se esse monstro vingá-lo de haver contribuído para a vitória de 1930. Consumado o crime só tenho um recurso: disputar a honra de ser a primeira vítima¹⁶¹.

Já o *Correio do Povo* também apresentava alguns pronunciamentos a respeito.

Em 26 de março de 1935 aparecia a seguinte chamada: *Contra a Lei de Segurança Nacional* onde fazia as seguintes apreciações:

Conforma antecipávamos, vários oficiais do Exército e da Marinha reuniram-se, anteontem, no Clube Militar, afim de ouvir o relatório dos trabalhos da comissão designada em reunião anterior, para obter a retirada da proposta da lei de segurança...é a seguinte a íntegra do manifesto aprovado na reunião de sábado no Clube Militar. Os oficiais do Exército e da Armada reunidos no Clube Militar vêm perante a nação exprimir seu pensamento em face da Lei de Segurança Nacional. As ameaças às liberdades públicas, encerradas no bojo desse projeto de lei com a qual se pretende amordaçar a consciência nacional exigem das classes armadas uma atitude...É que os mártires de 22 e os heróis de 24 não compreendiam a República sem a agitação das massas, como não se compreende o mar sem a ondulação das vagas. Daí a harmonia das classes armadas com a grandeza dos seus sonhos. Daí este manifesto dos oficiais do Exército e da Armada reunidos no Clube Militar contra a Lei de Segurança Nacional que, negando a própria essência do regime, pelos

¹⁶⁰ *Diário de Notícias*, 2-2-1935.

¹⁶¹ *Idem*.

esmagamento dos anseios de liberdade do povo que sangra e sofre, virá lançar a República do caos, das desordens e das revoltas de rua.

Como se sabe, a lei acabou sendo implantada, as resistências abafadas e os movimentos armados do final do ano de 1935 acabaram contribuindo para a propaganda em torno da necessidade da centralização política.

Em uma reportagem de julho de 1935 do *Correio do Povo*, lê-se a nota de que o governo estaria disposto a fechar todas as sedes da Aliança Nacional Libertadora o que acabou acontecendo logo em seguida. Dizia a reportagem:

*Em sua quinta edição de ontem o “Diário da Noite” adiantava a notícia de que, em reunião das altas autoridades do país, ficara assentado o fechamento da aliança Nacional Libertadora em todo o Brasil. Isso fora o pensamento dominante ao fim do conclave que tiveram o presidente da República, o ministro da Justiça e o chefe de polícia. A medida vai ser tomada pelo governo sob a alegação de que aquela agremiação vem incidindo em preceitos da Lei de Segurança, cujas sanções serão aplicadas no caso. A reunião a que se referiu aquele vespertino realizou-se de fato, tendo sido consequência da última conferência entre os membros de todo o ministério. Em vista do resolvido, as medidas a tomar sobre o assunto serão imediatas. O ministro da Justiça ordenará aos chefes de polícia dos Estados a agir nesse sentido.*¹⁶²

A notícia trazia a informação do fechamento que já havia ocorrido no dia anterior. Em manifesto transcrito a seguir, em parte convocava o povo para a execução de greves como única forma de responder ao avanço fascista.

¹⁶² *Correio do Povo*, 12-7-1935.

Pelo Brasil inteiro levanta-se o grito popular contra a exploração imperialista, contra a tirania e as ditaduras que se esboçam no país pela emancipação nacional de nossa pátria, miseravelmente explorada pelos magnatas estrangeiros, por pão, terra e liberdade...os magnatas imperialistas já se moveram para uma ofensiva contra o Brasil. As crescentes dificuldades econômicas e financeiras exigem cada vez mais, a imediata suspensão dessas 'dívidas' externas já muitas vezes pagas, a nacionalização das empresas imperialistas, a emancipação econômica do Brasil...operários, vós que vos ergueis pela melhoria das vossas condições de vida, lembrai-vos que o fechamento e a 'ilegalidade' da ANL e dos vossos sindicatos será a mais negra opressão e a mais terrível miséria, lembrai-vos também que, pela greve e só pela greve podereis deter os passos da reação.De pé, companheiros, contra os bandidos imperialistas, em defesa da Pátria e da Aliança Nacional Libertadora. Focas armadas do Brasil, herdeiros das tradições gloriosas do Exército Nacional, o vosso dever supremo é a defesa do povo e da liberdade. Povo brasileiro, a reação fascista está pronta para o bote. Na defesa de nossa pátria, de nossa liberdade, todos os postos, como demonstrações de protesto, com greve em massa. 'No Brasil há de haver liberdade, conquistada na rua por nós' O diretório Nacional¹⁶³.

As manifestações da Aliança, no entanto, não surtiram efeito, o governo não voltou atrás e os levantes do final do ano de 1935 serviram de pretexto para o acirramento do autoritarismo bem como justificaram o processo em curso que levou ao Estado Novo.

Ainda sobre a referida lei, o jornal *Opinião Pública* publicou informações em 23 de janeiro de 1935 que davam conta de certa aceitação por parte da imprensa, por entender essa, ser necessário tal mecanismo para conter os abusos.Mais tarde, quando o governo cometeu arbitrariedades com essa lei, os periódicos acabaram escrevendo diferente sobre ela. Escreveu o *Opinião*:

Sobre a lei de Segurança Nacional não tem fundamento o alarme que se está levantando, pois a referida lei nada tem de liberticida, limitando-se a regular as disposições constitucionais contra o extremismo. Para corroborar as nossas informações, transmitimos a seguir, as palavras que ainda hoje o general Flores da cunha, disse ao Globo. Declarou o general Flores da

¹⁶³ Idem.

Cunha: 'há muito exagero por aí. A lei de Segurança Nacional só visa combater o extremismo. Não tem outros fins, nem poderá ser utilizada como arma contra os inimigos. Quanto à Imprensa, fiquem tranqüilos, cogita-se da Imprensa extremista e os casos serão entregues ao Judiciário. Não poderá haver critério faccioso'. Concluindo diz: ' tudo o que se diz é injustificado. A lei é muito oportuna e liberal. Não há motivos para alarmes'.

Aos poucos as opiniões foram adquirindo outras nuances, Flores da Cunha foi cada vez mais se indispondo com o governo e os jornais cerceados no seu direito de expressão pela lei, passaram a vê-la com outros olhos. Em 30 de março de 1935, assim pronunciava-se a *Gazeta de Alegrete*:

Não negamos ao governo o direito de criar órgãos de defesa das instituições. Diante do movimento dissolvente da esquerda ou da direita, que prega a instauração de regimes ditatoriais, a democracia pode servir-se da força para malograr-lhe os planos. A atual lei de Segurança, porém, é um perigoso instrumento de defesa governamental. Tem gumes por todos os lados. Corta em todas as direções. É capaz até de ferir quem o maneja. A nova lei que foi aprovada apesar dos protestos que brotaram de várias procedências, sugere comentários de toda índole.

O jornal ia dissertando alguns aspectos da lei que mostravam contrariedade como, por exemplo, o tratamento rigoroso dado aos civis em contraposição aos militares. Ele mostrava como a força era utilizada contra os civis de forma mais intensa. Quanto aos comunistas, mostrava como o artifício de alcunhar todos de comunistas, serviu ao governo naquele momento como serviu a outros em épocas distantes. Dizia o jornal: “se a mania continuar, estaremos diante de um perigo. Antes era inofensivo o epíteto; os efeitos da acusação se limitavam a incompatibilizar os incriminados com a chamada ‘opinião pública’ e a ala conservadora da sociedade. Já, agora, com a lei, não acontecerá o mesmo. As prisões, as enxovias, as colônias, a expulsão, aí estão para receber, sacramentadamente, todos os

suspeitos, ou não à ordem pública e social...”¹⁶⁴.O jornal referia-se ainda, à liberdade de cátedra que sofreu também com a lei, escrevendo que os professores eram escravos das matérias que lecionavam e que os alunos ao final transformavam-se em “pobres produtos mirrados, que ao fim do curso recebem o rótulo de um título, e ambicionam, como suprema recompensa, a calma remunerada de um cargo público”¹⁶⁵. Esse artigo da *Gazeta* é assinado por Lourenço Mário Prunes da família responsável pela direção do jornal. Em 2 de fevereiro de 1935, o jornal trouxe a seguinte manchete: *Greve da Imprensa com a chamada seguinte: por motivo de serem contra a lei de Segurança Nacional foram presos diversos jornalistas cariocas*. As palavras jornalistas cariocas foram grafadas no jornal em tipos maiores para justamente destacar o que vinha sendo feito contra a imprensa. Dizia a notícia:

Ontem um grupo de gráficos percorreu as oficinas e os jornais pedindo a adesão para o meeting de protesto contra a lei de segurança nacional. Por esse motivo os gráficos decidiram abandonar o serviço enquanto estiverem presos os companheiros. Os gráficos presos são os de nome Lourival Coutinho, Raimundo Santos, Benjamin Borges, José Antunes de Almeida (riograndense) e José Vieira da Silva. Por motivo da greve hoje apenas apareceram o “jornal do Comércio” e o “Correio da Manhã”. Os outros matutinos saíram. Todavia há quem espere que os vespertinos apareçam.

Em 9 de julho de 1935, o jornal *A Razão* de Santa Maria destacava na manchete *Um interessante joguinho do sr. Getúlio Vargas*, as artimanhas do governo para acabar com as oposições. Para isso, o jornal dizia que o presidente Getúlio Vargas queria mandar o presidente da Aliança Nacional Libertadora, Hercolino Cascardo para a Europa. Falava o jornal da seguinte maneira: “os inimigos do presidente dizem que...; os observadores

¹⁶⁴ Idem.

da política nacional notam que...”, realizando dessa forma, a política de *tirar o corpo fora* e sublinaramente expressar sua opinião. Sobre Vargas mandar Hercolino para a Europa, escrevia o jornal:

Os observadores políticos, inimigos do Sr. Getúlio Vargas, afirmam que o fato obedece à orientação política do presidente da República, pois que este deixou o sr. Hercolino Cascardo fundar a aliança Nacional Libertadora para conseguir as adesões das oposições estaduais e desmoraliza-las, obrigando-as, assim, a unirem-se aos governos regionais para a defesa do regime. O outro objetivo do Sr. Getúlio Vargas, ao dar carta branca ao comandante Cascardo era combater o integralismo que vinha tomando vulto. Conseguindo o primeiro objetivo -dizem os observadores da política nacional- a união dos Estados, que se formaria para combater o extremismo, garantiria ao senhor Getúlio Vargas um governo tranqüilo e cômodo, pois seria fácil debelar as esquerdas, uma vez que houvesse união de vistas entre todos os partidos políticos que se agitam à sombra da democracia liberal. Parece, porém. Que o Sr. Getúlio Vargas desta vez errou na profecia...Segundo todas as aparências e devido às fundas divergências notadas entre a orientação dos ministros, parece que o presidente da República está inclinado a não mais permitir que o comandante Hercolino Cascardo tome parte nas atividades políticas e pretende confiar-lhe uma missão na Europa. Depois disso - dizem os inimigos políticos do sr. Getúlio Vargas- a Aliança Nacional libertadora e o integralismo serão considerados fora da lei.

O jornal antecipou assim, o que veio a ocorrer mais tarde com a ANL sendo considerada subversiva e posta na ilegalidade. Esse ambiente foi sendo percebido também por outros jornais. Os matizes é que mudaram, isso devido à localização geográfica da cidade sede do jornal - Santa Maria - estar no centro do Estado, às suas ligações políticas, mais ou menos comprometidas com o poder federal e o próprio histórico do jornal que apresentava tendência mais crítica. Em artigo ainda da *Razão* de 16 de julho do mesmo ano a analisando o aniversário de um ano da Constituição, o jornal destacava as tendências *genuinamente* democráticas da carta, destacando a representação das minorias, a representação classista, o voto secreto e a proibição das reeleições entre outro pontos e ao final conclamava a todos para

¹⁶⁵ Ibidem.

que: “sejamos capazes de manter a sua estabilidade e a sua intangibilidade, para a consecução de um Brasil sempre maior e sempre melhor”.

Essa visão foi sendo absorvida pelo pânico geral que se instalou em função do chamado *perigo comunista*, e no final do ano de 1935, o cenário já era outro com os levantes que acabaram dando ao governo todas as armas para justificar o acirramento da censura. Na prática, a constituição de 1934 já havia sido atropelada pela LSN, mas formalmente ainda era o documento máximo que regia o estado e a sociedade.

Os debates que se processaram em torno da liberdade ou da falta de liberdade da imprensa foram constantes. Em 10 de setembro de 1935, o *Diário Popular* destacava seu dia e do quanto a imprensa representava para os povos. Lê-se nele:

Comemora-se, hoje, o dia da Imprensa. É, pois, a data festiva de todos os que mourejam nas agitações e incertezas do jornalismo, labutar trepidante e dinâmico, tumultuário e exaustivo. Obreiro infatigável do progresso, porta voz dos anseios populares, tribuna de concitamentos cívicos, é o jornal fator proeminente na vida das coletividades. Em nosso país, a sua situação ficou assinalada, de forma indelével, nas grandes conquistas nacionais - a Independência, a formação constitucional, a Abolição e a República. E na hora vacilante que atravessamos, prossegue na sua gloriosa prédica, em prol das liberdades públicas, de cujo estrangulamento é, sempre, a primeira vítima. À Imprensa, neste instante confuso e dúbio, está reservada, sem dúvida, função relevantíssima, como orientadora da opinião nacional, desfazendo sombras e indicando rumos. Congratulemo-nos, pois, com o dia de hoje, que é nosso e que é de todos, porque a verdadeira Imprensa foi, em todos os tempos, o aliado do povo, o intérprete dos seus sentimentos e a vanguardeira das conquistas nobres.

Esse sentimento de defesa da liberdade de imprensa e, por conseguinte da democracia apareceu nos jornais com certa freqüência até ocorrerem os levantes comunistas.

Em 12 de setembro de 1935 lemos no mesmo jornal a seguinte chamada *Minas altiva repudia*

a visita do Ditador junto a uma transcrição da oração parlamentar do deputado Pinheiro Chagas na Assembléia Legislativa de Minas Gerais da qual retiramos os seguintes trechos:

Conforme já tem sido anunciado com abundância nesta tribuna, a viagem do sr. Getúlio Vargas à Minas é uma afronta e um insulto à dignidade do povo mineiro. Porque, em verdade, o povo mineiro deve receber em crepe aquele que tem sido o despistador de seus brios. Pouco importa que os eternos cortesãos do oficialismo lá estejam, na hora fatídica, aplaudindo, com palmas fáceis, o poder que se desmandou. Pouco importa, povo de Minas Gerais, porque tua alma, intrépida e generosa, não habita o peito daqueles de onde desertou a memória de seus sacrifícios. Povo mineiro tu não podes pactuar com as forças do despistamento. Tu és a mais elevada expressão da verdade republicana; e ele, o caudilho das violências inconstitucionais. Tu és, o prestígio da ordem civil, e ele, o incentivador sem brilho de todas as intencionas demagógicas(...) tu és, a liberdade de Imprensa assegurada, em Ouro Preto, ao tempo da ditadura Floriano; e ele, o cúmplice dos empastelamentos inconfessáveis...

Notamos que o momento era propício a esse tipo de manifestação, bem como aquelas ligadas à intervenção na política interna do Estado do Rio de Janeiro que também tiveram por arte da imprensa, comentários mais críticos sobre o governo federal. O quadro, no entanto, como já vimos, mudou substancialmente depois dos levantes, pois, os periódicos passaram a se manifestar de outra maneira, absolutamente favorável às intervenções do governo, bem como a tomada de atitudes mais drásticas para conter o avanço comunista.

O *Correio Rio-grandense* relatava em 6 de março de 1935 a existência de complôs comunistas de acordo com informações colhidas de outros jornais. Com o título *Complô Comunista*, escrevia:

Está descoberto um complô de características subversivas que tende a dinamitar a estrada de ferro, inutilização das máquinas geradoras de energia,

a destruição da rede telefônica subterrânea e aérea e incêndio de trens da empresa light.

Outras notícias de complôs aparecem no mesmo dia demonstrando que o jornal estava acorde com a tendência dos demais, ou seja, identificar em todos os cantos perigos comunistas que acabaram servido de justificativa mais tarde para a implantação do Estado Novo.

A Lei de Segurança Nacional foi alardeada por alguns como o *Opinião Pública, A Razão, A gazeta de Alegrete, O Tempo* de maneira desfavorável, mas na medida que o medo comunista se espalhou por todos os cantos, eles acabaram acatando a necessidade de um maior autoritarismo por parte do governo. Essas opiniões, o público leitor ia digerindo e moldando às suas emoções e ações em prol da bandeira da *ordem* defendida pelo governo.

3.2- As marchas e contra-marchas do ano de 1936

O ano de 1936 foi marcado pelos embates entre o governo e a sociedade civil organizada em núcleos de oposição. A ANL mesmo na clandestinidade não deixou totalmente de atuar. As rebeliões que se instalaram no país no final do ano de 1935 confirmavam tal afirmação. Mesmo fracassados, os levantes¹⁶⁶ serviram de estopim para acirrar os ânimos. No ano seguinte foram feitas algumas tentativas de conciliação entre o governo do Rio Grande

¹⁶⁶ Boris Fausto chama a atenção para esses levantes: “ em si mesmo, o levante de 1935-que lembra as revoltas tenentistas da década de 1920-foi um fracasso. Começou a 23 de novembro no Rio Grande do Norte, antecipando-se a uma iniciativa coordenada a partir do Rio de Janeiro. Uma junta de governo tomou o poder em Natal por quatro dias, até ser dominada. Seguiram-se rebeliões no Recife e no Rio, esta última de maiores

do Sul na figura do governador Flores da Cunha e o governo federal que também não tiveram bons resultados.

Durante o ano de 1936, o Congresso aprovou as medidas excepcionais enviadas pelo Executivo. O estado de sítio foi substituído pelo Estado de guerra e sucessivamente prorrogado até junho de 1937. Em março de 1936, a polícia invadiu o Congresso e prendeu cinco parlamentares que tinham apoiado a ANL. O congresso aceitou as justificativas para as prisões e autorizou o processo contra os presos. Paralelamente a isso foram criados os órgãos que deram sustentação à repressão com a formação da Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo, encarregada de investigar a participação de funcionários públicos e outros em crimes contra as instituições políticas e sociais. O chefe de polícia da capital federal, Filinto Müller teve seu poder aumentado. Boris Fausto relata a situação:

A criação de um órgão judiciário específico, estritamente subordinado ao governo, era uma medida necessária para garantir a punição dos presos, sem grande consideração pelos princípios jurídicos vigentes. Com esse objetivo, o Congresso aprovou uma lei que instituiu o Tribunal de Segurança Nacional, que começou a funcionar em fins de outubro de 1936. A princípio esse tribunal se destinava apenas a julgar os comprometidos na insurreição de 1935, mas acabou se transformando em um órgão permanente, que existiu durante todo o Estado Novo, instituído em 1937¹⁶⁷.

Até o fechamento político de novembro de 1937, Getúlio Vargas deparou-se com uma oposição bastante resistente, o General Flores da Cunha, seu antigo aliado na Revolução de 1930 e na Constitucionalista de 1932. Aos poucos, no entanto, as posições e atitudes políticas de ambos foram se afastando devido a não concordância do governador com

proporções. Houve aí um confronto entre os rebeldes e as forças legais do qual resultaram várias mortes, até a rendição”FAUSTO, Boris, op cit,p.361.

¹⁶⁷ FAUSTO, Boris, op cit,p.362.

os atos do governo. Em dissertação de Mestrado defendida por mim com o título *Flores da cunha x Getúlio Vargas: Da União ao Rompimento* faço uma análise do comportamento de ambos e de como esse processo de deterioração política, azedado pelas intromissões de Flores em assuntos de política nacional resultou no exílio do governador em outubro de 1937 e no golpe em novembro seguinte. O estremecimento da relação Flores - Vargas no contexto nacional está marcado por duas questões que levam à rivalidade e posteriormente ao rompimento: a polêmica criada devido à aprovação da Lei de Segurança Nacional em janeiro de 1935 e a discussão em torno da eleição ao governo do Rio de Janeiro, em meados do mesmo ano. Estas duas questões foram amplamente utilizadas tanto por Vargas como por Flores, na medida em que o primeiro acusava o segundo de querer transpor sua autoridade estadual ao plano federal, enquanto que este culpava o presidente de arbitrariedades à frente do governo federal¹⁶⁸. A grande *espinha dorsal* do período foi a questão da Centralização pretendida por Vargas contra o Federalismo advogado por Flores. As características caudilhescas do governador deram o tom do enfrentamento que embora não tivesse derramado sangue foi bastante acirrado.

Em 1936 a oposição no Rio Grande do Sul ao governador já se fazia sentir em torno da Frente Única Gaúcha que congregava os antigos elementos do PRR (Partido Republicano Rio-Grandense) e do PL (Partido Libertador). Essa oposição foi formada a partir da criação do PRL (Partido Republicano Liberal) em 1932 quando Flores resolveu ficar ao lado de Vargas contra os paulistas, PRR e PL apoiaram São Paulo contra o Governo federal e acabaram derrotados. Diante desse quadro de hostilidades, foi proposto por Raul Pilla presidente do PL um pacto de entendimento conhecido como *Modus Vivendi* que era uma tentativa de entendimento entre a FUG e o governo estadual. Segundo Maria Isabel Noll:

¹⁶⁸ CAMPOS, Derocina Alves. "Federalismo x Centralização: a década de 1930 no Rio Grande do Sul". Coleção Pensar a História Sul-rio-grandense. Francisco das Neves Alves (coord.). Rio Grande: Editora da FURG, 2001. p.37.

A solução buscada, tanto pela FUG, como por Flores tem sentido na medida em que a agregação das forças políticas significa, também, o aumento de poder. Para a FUG apresentavam-se garantias mais concretas para o seu funcionamento e a possibilidade de alguma ingerência mais direta no aparelho de Estado com a posse de duas secretarias. Para Flores, fortalecendo militarmente a coesão política interna agregava mais elementos para a resistência ao avanço do poder central¹⁶⁹.

O acordo, no entanto, não teve os efeitos esperados, pois além do governador não conseguir administrar a fórmula da divisão de poder com a oposição, o governo federal fez de tudo para miná-lo, chamando a oposição gaúcha para o seu lado. O referido acordo que em 1935 foi percebido pelo governo federal como interessante porque limitava o poder do governador, acabou se tornando incômodo em 1936, já que dava a idéia de que o governador aceitava a colaboração da oposição ao contrário de Vargas que a repudiava no plano federal.

A imprensa igualmente retrata o desenrolar desses acontecimentos e sistematicamente chama a atenção para o chamado caso fluminense¹⁷⁰ em que o governo federal toma partido em várias oportunidades caracterizando intromissão nos negócios internos da política fluminense. O *Diário de Notícias* chama a atenção para a divergência entre Flores e Vargas no final de 1935. Escreveu o jornal:

¹⁶⁹ NOLL, Maria Isabel . “Partidos e Política no RS(1928-1937)”.Dissertação apresentada ao curso de Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre,1980.p.181.

¹⁷⁰ O caso do Rio de Janeiro ocorreu da seguinte maneira: “em dezembro de 1931, Vargas havia nomeado interventor do estado do Rio de Janeiro, o almirante Ary Parreiras, que fez uma administração honesta e eficiente. Contudo, não aceitou concorrer em 1935, quando o poder passou então à oposição. Os deputados vitoriosos tiveram de se refugiar nos quartéis e agentes do RS ofereceram apoio financeiro contra o governo, ainda no poder. Estava formada a briga: a oposição vitoriosa respaldada pelo governo gaúcho encontrava-se impedida de assumir, pois a situação derrotada nas eleições de 1935, alegando fraudes, não aceitava entregar o poder. Os políticos da situação pedem, então, apoio ao governo federal que interveio prontamente, acuando os opositoristas e prorrogando uma decisão até que houvesse um acordo”. O governo federal acabou protelando uma decisão sobre o caso até novembro de 1935 quando então fez eleger o almirante Protógenes Guimarães em detrimento de permitir a posse de Cristóvão Barcellos que havia sido eleito antes e era apoiado pela oposição.

Em uma conferência telegráfica, ontem mantida com o ministro Artur Costa, o governador do Estado teria assegurado não desejar romper como o presidente da República, sugerindo, porém, a reorganização do ministério, com o afastamento do Sr. Vicente Ráo¹⁷¹.

Vicente Ráo a que se refere a nota era o ministro da Justiça, acusado pelo governador de executar as ordens de intromissão nos estados a mando de Vargas. Em outra nota, o jornal destacava uma notícia do *Diário Carioca* do Rio de Janeiro, onde o general Flores da Cunha teria telegrafado ao líder da bancada liberal na Câmara, deputado João Carlos Machado concitando-o a atacar o governo federal e o Partido Radical Fluminense em face da solução dada ao caso do Estado do Rio. Escreveu o *Diário da Noite*:

O Sr. João Carlos Machado deu conhecimento aos seus pares de um telegrama do general Flores da Cunha concitando-o a pronunciar um discurso de rompimento com o governo federal e de ataque ao ministro Vicente Ráo e ao Partido Radical Fluminense. O telegrama caiu como uma bomba no conclave, tendo despertado os mais vivos comentários, chegando-se, após quatro horas seguidas de reunião, ao resultado de passar-se um telegrama ao general Flores da Cunha pedindo que S.s meditasse melhor sobre a sua atitude, pois que como consequência traria a renúncia ao Sr. Getúlio Vargas, que em hipótese alguma, concorda no rompimento com o situacionismo do seu Estado Natal, como o próprio Sr. Getúlio Vargas já declarara particularmente ao Sr. João Carlos Machado¹⁷².

O enfrentamento entre ambos acabou com o desfecho já comentado anteriormente, ou seja, com a renúncia do governador e o exílio no Uruguai. Transposto o último obstáculo, o governo federal pode implantar o regime de força. Quanto ao acordo gaúcho, os jornais chamavam a atenção enfocando a tentativa de conciliação da oposição gaúcha com o governo federal e as tentativas que esse fez no sentido de chamar para o seu

¹⁷¹ *Diário de Notícias*, 15-11-1935.

¹⁷² *Idem*

lado essas mesmas oposições. O *Diário de Notícias* trazendo reportagem do *Correio da Manhã* do Rio de Janeiro destacava:

O Correio da Manhã publica a seguinte entrevista com o Sr. Antunes Maciel que regressa do Rio Grande “... o entendimento entre o Sr. Flores da Cunha e a oposição têm sido mal interpretados pela Imprensa carioca. Os comentadores se tem apegado mais à fórmula, que consideraram esdrúxula, do que à substância do acordo. Outros tem chegado à conclusões temerárias, atribuindo ao chefe do Partido Liberal gaúcho propósitos de hostilidade ao governo da união. Posso afiançar que não há nada disso. O presidente da República, prevenido previamente, em carta do Sr. Flores da Cunha, assentiu, como o comprova o telegrama de S. Excelência. De 17 de janeiro, lido, agora, por ocasião da posse do secretariado. A fórmula boa ou má, pouco importa. Ela é apenas a parte adjetiva do acordo, o ponto neutro que se pôde encontrar para se tornar efetivo o entendimento. O que importa é a substância deste. A substância é o apaziguamento. Este foi alcançado, permitindo que colaborem na administração elementos das oposições conjugadas, como, aliás, o Sr. Flores da Cunha desejara desde que foi eleito governador e por isso mesmo convidara, então, o Sr. Raul Pilla para uma das secretarias de Estado¹⁷³.

O periódico apresentava essas informações colocando em letras maiores uma determinada frase do pronunciamento e depois em letras menores a explicação de quem seja aquele pronunciamento e o jornal que o destacava. A idéia principal é, pois, passar aquela mensagem que acabava sendo referendada pelo próprio jornal. Em 18 de fevereiro de 1936 escrevia o *Correio do Povo* com o título *A tática do Sr. Getúlio Vargas* a seguinte matéria:

O Diário de Notícias, em nota destacada de sua seção política, escreve hoje o seguinte ‘ lê-se num telegrama de Vitória - embarcou para o Rio o Dr. Artur Caetano que, hóspede oficial do Estado, teve concorrido bota-fora, achando-se presente o governador Plunaro Bley e outras autoridades. Naturalmente o leitor indagará:- Quem é esse Dr. Artur Caetano... o dr. Artur Caetano é emissário do presidente da República’. Queira agora o leitor ligar esse fato com o seguinte: depois de repetidas conferências, em palácio, com o emissário Caetano, o governador Bley firmou o anunciado cambalacho com a oposição capixaba, representada pelos srs. Asdrúbal Soares, Abnner Mourão

¹⁷³ *Diário de Notícias*, 8-2-1936.

e Geraldo Vianna. Nesse momento, diversos outros drs. Caetanos percorrem os Estados onde ainda há oposições aos governos locais, com a presidencial incumbência de acabar com as ditas oposições, incorporando-as aos situacionismos. Esse trabalhinho já é preparatório da luta da sucessão e vem completar os primeiros entendimentos do consistório de Petrópolis, a serem coroados pelas grandes decisões do próximo conclave de Poços de Caldas. Os que negam perspicácia política ao sr. Washington Luís tem razão. Tendo candidato à sua sucessão, ele, em vez de fazer o que o seu primeiro ministro da Fazenda está realizando, isto é, em lugar de meter as oposições no saco das situações, livrando-se de aborrecimentos no momento oportuno, não só manteve os adversários que encontrou, como criou novos. O resultado dessa inépcia foi o 3 de outubro. Com o seu antigo ministro, a coisa pia mais fino. Mobilizando os seus caetanos através do país. S.Excelência. limpa o terreno dos tocos oposicionistas e argamassa com antecedência a sua frente partidária, para reformar a Constituição como bem entender e até mesmo para candidatar-se a um consulado vitalício. Talvez que o Sr. Washington ainda estivesse no Catete se tivesse tido a genial de espalhar pelos Estados uma dúzia de Caetanos como esse que meteu no papo do Sr. Bley a austera oposição capixaba...

O jornal fazia referência à figura do presidente Washington Luís e a sua incapacidade política comparada à de Vargas que soube cativar as oposições nos Estados no momento certo e isolar aqueles governadores hostis como Flores da Cunha, de modo que foi mais fácil proceder com o fechamento político.

Trazendo ainda à baila a oposição que o governador Flores da Cunha fazia ao governo Vargas, podemos ler, no *Diário de Notícias* do dia 15 de setembro de 1936 reproduções feitas das folhas da *Manhã* e da *Noite* de São Paulo que traziam uma entrevista com o general Flores, o seguinte:

Não tendo candidato, o rio Grande deseja ver o Brasil unido em torno de um nome nacional, que seja a garantia de um governo de paz, de justiça e de progresso em todos os setores da nossa vida pública, que se torna cada vez mais exigente e complexa.

E fazendo referência especificamente a possibilidade de união com São Paulo tendo em vista a sucessão presidencial, esclarece o governador:

Fique bem claro que não há, da minha parte e com referência à São Paulo, qualquer ação. Há simplesmente uma opinião, um ponto de vista, digamos mesmo, um afetuoso conselho. Pudesse tal opinião ser ouvida e seria pela união política dos partidos, sem quebra da fisionomia que cada um possui, pode e deve guardar. Esta união apenas facilitaria movimentos de conjunto em relação aos grandes problemas do estado e do país. Não haveria fusão, mas uma colaboração inteligentemente estabelecida(...) e num caso destes, o Rio Grande do Sul, numa sincera homenagem ao maravilhoso desenvolvimento e ao alto civismo do grande estado, com prazer lembraria e sustentaria um nome ilustre de São Paulo unido para a sucessão do sr. Getúlio Vargas. Nomes de tal natureza e de projeção nacional não faltam ali, felizmente.

Daí em diante até o golpe do Estado Novo, as atitudes de Flores encaminharam-se no sentido de apoiar o nome do governador de São Paulo, Armando de Salles Oliveira contra o candidato oficial José Américo de Almeida.

Ainda voltando à questão do acordo político, em 26 de março de 1935 a *Gazeta de Alegrete* referia-se a ele da seguinte maneira:

Não atinados com as razões do falado acordo na política rio-grandense. Se a pacificação visa o silêncio da oposição, a passividade para olhar e julgar tudo, o acumpliciamto diante de todas as atitudes-então estamos à beira da estagnação, do pântano. Se a situação é de calamidade nacional iminente, a oposição, por certo não concorrerá para a anarquia, açulando extremismos ou apoiando os que pretendem a instauração de um regime de força. Não se faz necessário, portanto, a sua participação nos conselhos oficiais do governo. Se, porém, pactuam um arranjo em torno de posições ou de empregos, o que não podemos crer- o acordo é uma imoralidade. Soaria a hora propícia aos fracos, aos aproveitadores retardados, que ainda não se bandearam por falta de coragem. Nas verdadeiras democracias, a oposição colabora, dentro do jogo do regime, com os governos, mas não se funde com eles. Os partidos são organizações metódicas das massas eleitorais, que tem funções a cumprir, se não as desempenham, deixam de ser partidos. Estes só se eclipsam diante das grandes calamidades, nas ocasiões em que o instinto de conservação, reagindo, confere a um só órgão a defesa do todo ameaçado. Os sistemas de governo pressupõem a existência de dois ou mais partidos. Só a ditadura ou o absolutismo, os regimes sem leis e sem garantias, exigem a ausência de entidades fiscalizadoras. Só os regimes de arbítrio e de força não

admitem as organizações que definem, canalizam e guiam a opinião pública. Se o visam é o desaparecimento da função dos partidos, dentro do Estado-somos contra. Soldados de uma facção política, aguardamos o momento em que ela tomará um rumo firme, no sentido de abrigar, no seu programa, a solução de todos os problemas sociais, gritante, que aí estão, relegando, para plano secundário, os de natureza política. Agora, se tudo vai se confundir, voltar à nebulosa de antes- então está tudo perdido.

É interessante observar a posição firme da *Gazeta* e ligá-la à histórica posição do jornal e da própria cidade à Frente Única Gaúcha. Marcando território ao dizer que os partidos podem apoiar o governo, mas nunca se fundir com ele, o órgão estava deixando claro a sua insatisfação com o governo estadual que na sua fase modernizante estava se voltando mais para a industrialização do estado em detrimento dos antigos interesses da pecuária que era o estandarte econômico da região.

Em 4 de julho de 1935, o jornal *A Razão* assim se referia ao acordo:

Pelo que se infere das notícias propaladas através do nosso serviço telegráfico e dos comentários surgidos, teria fracassado, mais uma vez, a tentativa de acordo político no Rio Grande. Assunto que tem interessado vivamente à opinião pública, pelos reflexos que a sua realização traria e pela repercussão que teria no ambiente administrativo, são-lhe as demarches seguidas e acompanhadas pelos que desejam o acordo em questão, vendo nele um motivo de júbilo e de advento de uma nova era de progresso e de bem estar coletivo. Sempre nos temos batido, baseados em princípios rudimentares de amor à nossa terra, por um acordo honroso, dentro do qual se fizesse o aproveitamento de capacidades reconhecidas e de valores inegáveis que seriam chamados a colaborar na administração, sem a prévia indagação dos seus credo políticos e das suas convicções partidárias(...)A oferta, ao que se afirma, de três secretarias de Estado à oposição, pareceu, de momento, resolver o problema ou, pelo menos, encaminha-lo para uma solução satisfatória. Ignoram-se, ainda, os motivos, sem dúvida poderosos, que teriam levado a Frente Única à não aceitação da proposta. E preferimos supor que eles tenham sido de tal monta que impediram a oposição rio-grandense de receber o convite, sem abrir mão dos seus princípios e dos seus postulados(...)em vista das diversas tentativas feitas e iniciadas para o congraçamento definitivo dos sul-rio-grandenses, no terreno político, é permitido crer que a pacificação se fará, dependendo tão somente de ser encontrada uma formula que satisfaça plenamente às aspirações gerais ou do aparecimento de um motivo relevante que venha determinar inapelavelmente à fusão dos partidos, como garantia da estabilidade constitucional e como barreira á pretensa invasão de ideologias exóticas.

A *Razão* destacava o motivo apontado pela oposição para romper mais tarde com o acordo, ou seja, a cedência por parte do governo estadual de três secretarias, não atendeu ao princípio geral do acordo que era dividir o poder com a oposição em uma chamada fórmula parlamentarista¹⁷⁴. No entanto, o acordo teve duração efêmera, até outubro de 1936. A oposição acusou o governador a não cumpri-lo.

O *Diário Popular* se ocupava também do acordo em suas páginas e destacava um artigo do político Macedo Soares fundador e ex-diretor do jornal *Diário Carioca* onde esse falava do acordo da seguinte maneira:

Estamos diante de dois textos do acordo, absolutamente opostos. A um chama' do doutor Flores' ao outro denomina dos srs. Raul Pilla, Lindolfo Color e José Maria dos Santos. Pelo primeiro estes 'ainda não engoliram o bravo dr. Flores'. Acrescenta o articulista"se além de deixarem intacta a autoridade do sr. Flores, os heróicos drs. Frente-unistas também desistirem de afrontar a autoridade do sr. Getúlio Vargas, então deixem-nos rir do novo acordo camboim'¹⁷⁵.

Em 20 de março do mesmo ano, o jornal questionava se seria prorrogado o estado de sítio, destacando a posição do presidente do Senado de que o pedido de prorrogação deveria vir acompanhado de: “uma mensagem governamental fundamentada e que os membros do Legislativo farão atento exame das razões e, justificativas que forem expostas. Feito isso, emitirão um voto de consciência que, esclarecida ao espírito público, anima a defesa em salvaguarda dos superiores interesses da Nação”.O pedido acabou vindo e o Legislativo não impediu o avanço do projeto autoritário de governo.

¹⁷⁴ Para Héglio Trindade, o *Modus Vivendi* implicava na valorização do Legislativo, condicionando a atuação do Secretariado de Estado à aprovação dos respectivos partidos e dando à Assembléia o direito de convocar os secretários para elucidar problemas e prestar contas. O acordo também instituiu a figura do presidente do secretariado que coordenava as atividades das várias secretarias. O autor destaca ainda que o governador deveria, segundo o acordo, consultar os secretários para tomar alguma decisão.cf TRINDADE, Héglio. Poder Legislativo e Autoritarismo no RS :1882-1937. Porto Alegre: Sulina,1980. p.308..

¹⁷⁵ *Diário Popular*, 18-1-1936.

Ainda em 29 de março, o jornal apontava o restabelecimento da censura à imprensa e de como os serviços jornalísticos ficaram cerceados. No entanto, o pânico geral em função dos levantes comunistas de novembro do ano anterior *aquietaram* as lamúrias da imprensa que passou a reproduzir aqueles medos e justificando consciente ou inconscientemente as atitudes do governo.

O acordo político passou para a imprensa como tendo os seus méritos, porém frustrante na medida em que a fórmula parlamentarista que propugnava não ocorreu na prática. Os jornais ligados ao PRL ficaram solidários com o governador e os de oposição trataram de focalizar o que chamaram de falta de interesse de Flores da Cunha em concretizar a fórmula parlamentarista.

3.3- O Golpe de 1937 e a implantação do Estado Novo

Como já abordado na abertura desse capítulo, o Golpe de 1937 já havia sido gestado a partir da Lei de Segurança Nacional de janeiro de 1935 e o próprio autoritarismo já tinha começado a dar seus passos desde a Revolução de 1930. Esse processo freado pela Constituição de 1934 foi reativado após 1935. Luiz Roberto Lopes escreve:

Por um momento em 1937, a repressão que o país vinha sofrendo desde 1935, afrouxou. O Congresso, considerando que se estava às vésperas de eleições, recusou uma nova prorrogação do estado de sítio. Getúlio Vargas numa atitude de represália destinada a colocar em pânico os setores conservadores civis e militares, abriu as portas das prisões para presos políticos. Ao mesmo tempo que esses fatos aconteciam, o dispositivo militar golpista, indispensável no momento da ação, se fortalecia. O Exército estava

descontente com o Congresso por ter este aprovado leis que retiravam aos militares tradicionais privilégios, conforme, aliás uma sugestão esperta do próprio Getúlio. Além disso, Góes Monteiro, o principal articulador militar do golpe de 1937, efetuou, naquele ano agitado, a intervenção Rio Grande do Sul. O General Daltro Filho assumiu o comando local da situação, Flores da Cunha fugiu, 'os corpos provisórios' foram desmobilizados e a Brigada Militar foi federalizada. Foi, em suma, um mini-golpe regional contra uma oposição em perspectiva. À medida que o ano de 1937 se aproximava do fim, a ditadura ia ganhando contorno nítidos. Em determinado momento, o governo anunciou ter 'descoberto' um plano comunista de subversão - o Plano Cohen. Na verdade, este plano foi uma fraude do governo para manter acesa a chama anticomunista, o suporte principal do golpe que se tramava¹⁷⁶.

Os meios de comunicação transmitiam aquilo que o Estado queria e a imagem do presidente era muito trabalhada no sentido de fazer com que o vissem como o condutor das massas, o líder capaz de *conduzir o Brasil ao seu destino de progresso econômico e social*. Boris Fausto referindo-se a essa visão de governo escreve:

Nas várias manifestações dirigidas ao grande público ou nas páginas de publicações como Cultura Política, destinadas a um Círculo mais restrito, o Estado Novo procurou transmitir sua versão da história do país. No âmbito da história mais recente, ele se apresentava como a consequência lógica da Revolução de 1930. Fazia um corte radical entre o velho Brasil desunido, dominado pelo latifúndio e pelas Oligarquias, e o Brasil que nasceu com a revolução. O Estado Novo teria realizado os objetivos revolucionários, promovendo através da busca de novas raízes, da integração nacional, de uma ordem não dilacerada pelas disputas partidárias a entrada do Brasil nos tempos modernos¹⁷⁷.

O jornal *Correio do Povo* manifestou-se de forma bastante técnica no que se referiu à implantação do Golpe do Estado Novo. Seguindo a forma anterior de destacar as notícias dos periódicos do sudeste do país, apresentava as notícias com pouca tendência à

¹⁷⁶ Lopez, Luiz Roberto, op cit, p.89.

tomada de posição. Essa, quando ocorria deveria ser observada nas entrelinhas. Em notícia de 11 de novembro de 1937 trazia a seguinte chamada: *o presidente da República dissolveu a Câmara dos Deputados e o Senado e promulgou nova Constituição* onde fazia as seguintes referências:

Decidida pelo governo federal a dissolução de todas as Assembléias legislativas estaduais. Será mantida a autonomia dos Estados. O Novo texto constitucional. Renunciaram os governadores Lima Cavalcanti e Juracy Magalhães. Foi preso o sr. Armando de Salles Oliveira.

Sobre A prisão de Armando de Salles, assim expunha o jornal:

Foi, preso, hoje nesta capital, o sr. Armando de Salles Oliveira, ex-governador de São Paulo e candidato da U.D.B à presidência da República, por ter incitado o Exército à rebelião, através de boletins que tentou distribuir nos quartéis

O jornal destacava ainda, uma nota do gabinete do Chefe de Polícia em que esse dizia que a Constituição foi promulgada: “que a transformação se operou de modo pacífico e teve por fim assegurar a paz à Nação. A Constituição será submetida a Plebiscito Nacional. A nova Constituição assegura de modo mais completo, a autoridade da União e arma o governo de meios normais para a defesa da ordem. Haverá o Parlamento e um Conselho consultivo de economia nacional. São garantidos todos os direitos e contratos”¹⁷⁷.

¹⁷⁷ FAUSTO, Boris, op cit,p.376.

¹⁷⁸ Idem.

O plebiscito como se sabe, nunca chegou a ocorrer, a censura foi intensificada e as brechas que levaram à oposição ao Estado Novo somente foram possíveis com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial em 1942, quando então foram expostas as contradições do regime que externamente lutava contra os fascismos europeus e internamente impunha ao país um autoritarismo sem precedentes. A censura à imprensa tão amplamente discutida pelos jornais desde 1930 foi imposta verticalmente, com o chefe do Executivo assumindo todas as funções de Estado. Sobre a extinção dos partidos políticos, os jornais faziam referências chamando a atenção para o ambiente de instabilidade criado pela ameaça comunista, o que acabaria justificando em última instância tal atitude. Sobre isso, o jornal *A Razão* de Santa Maria no artigo *Extintos os Partidos Políticos* assim se manifesta:

O presidente da República assinou decreto, hoje, na pasta da Justiça, dissolvendo todos os partidos políticos baseado nas atribuições que lhe confere o artigo 180 da Constituição de 10 de novembro último. O decreto é precedido de diversos considerandos nos quais fica provada exuberantemente a incompatibilidade existente entre as agremiações políticas e o Estatuto Magno em vigor. Depois desses considerandos, vem os artigos do decreto que são os seguintes. Artigo 1º- Ficam dissolvidos nesta data todos os partidos políticos. Artigo 2º- É vedado o uso de uniformes, estandartes, distintivos e outros símbolos dos partidos políticos e organizações auxiliares compreendidos no artigo 1. Artigo 3º- Fica proibida até a promulgação da lei eleitoral a organização de partidos políticos seja qual for a forma de que se revista a sua constituição ainda que de sociedade civil destinada ostensivamente a outros fins uma vez que se verifique haver na organização, o propósito próximo ou remoto, de transforma-la em instrumento de propaganda de idéias políticas. Artigo 4º- Aos políticos compreendidos no artigo 1º é permitido continuarem a existir como sociedade civil para fins culturais, beneficentes ou desportivos, desde que o não façam com a mesma denominação com que se registraram como partidos políticos. Artigo 5º- Não será permitido aos militares de terra e mar, assim como aos membros de outras corporações de caráter militar, pertencerem às sociedades civis em que transformarem os partidos político a que se refere o artigo 1º. Artigo 6º- As contravenções a esta lei serão punidas com a pena de prisão de 2 a 4 meses e multa de 5 a 10 contos de réis. Artigo 7º- Revogam-se as disposições em contrário¹⁷⁹.

¹⁷⁹ *A Razão*, 4-12-1937.

Em uma outra chamada nesse mesmo dia, o jornal salientava que a Ação Integralista Brasileira também passava a ser considerada fora da lei por enquadrar-se nos artigos do decreto exposto acima. Sabe-se que a Ação Integralista serviu de suporte ao plano de governo para a implantação do Estado Novo. Depois de conseguido seu intento, acabou se descartando desse movimento, que organizou um outro contrário em 1938, mas não obteve sucesso. É interessante observar que o projeto do Estado Novo foi muito bem planejado de maneira que as oposições nos estados acabaram eliminadas e os antigos líderes locais arregimentados para o lado do governo, temendo a possibilidade de ataques comunistas. No RS, as antigas agremiações, PRR e PL, que já vinham sendo cooptadas pelo governo, após o exílio de Flores da Cunha assumiram de certa forma a necessidade do estado de exceção. Os jornais, ligados a essas correntes políticas também. Obviamente dizemos isso, sem esquecermos o componente coercitivo que acabava *convencendo* os mais renitentes. Em nota de 23 de abril de 1938, a *Gazeta de Alegrete* assim se manifestava:

O Sr. Getúlio Vargas concedeu importante entrevista coletiva à Imprensa. Reunindo especialmente os representantes dos jornais cariocas. S. Excia. Abordou os mais importantes e palpitantes temas sobre a administração e a economia brasileira. O chefe da Nãa afirmou que procedem desonestamente aqueles que afirmam que o regime que o regime vigente no Brasil será alterado sob a influência de idéias vindas de fora. Disse que findou o regime oligárquico, no qual imperavam o cecequismo, o parasitismo político, o regionalismo e caudilhismo e eram alentados os extremismos da esquerda e da direita. O Sr. Getúlio a certa altura da sua palestra declarou que o regime do Brasil é a verdadeira democracia, pois foi conservado o sistema representativo presidencialista e o corporativismo instituído pela Constituição e é expressão mais fiel das aspirações populares e o órgão mais adequado para a manifestação das opiniões. Disse que o fortalecimento do poder executivo é um fenômeno corrente em todo o mundo, tanto que os próprios países que adotam o parlamentarismo em certos momentos recorrem ao mesmo expediente para poderem enfrentar as crises mais sérias.

Os jornais foram sendo assim articulados com o novo projeto e fizeram extensa propaganda do regime através de suas páginas, aquelas notícias ou comentários considerados impróprios eram eliminados e é comum ocorrerem nesse período a apresentação de páginas completamente em branco. Isso, no entanto, acabava servindo a dois propósitos: ao governo que via suas determinações serem seguidas e ao jornal que através dessa atitude fazia oposição ao regime, pois uma ou mais páginas em branco deixava na cabeça do leitor muitas interrogações. Pouco antes do golpe, os jornais chamavam a atenção para as atitudes articuladoras do presidente em relação ao lançamento de um candidato oficial à presidência da República como mostrava artigo do jornal *Opinião Pública* de 16 de março de 1937 sob o título *O sr. Flores da Cunha e as oposições nacionais* que trouxe matéria do *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro:

O Diário de Notícias faz em sua edição de hoje os seguintes comentários. Tudo indica que dentro de poucos dias as correntes políticas que se defrontam no exame do problema presidencial dêem um passo à frente tornando públicas as suas divergências. A ação política desenvolvida pelo Catete já está perfeitamente definida com a intervenção federal em Mato Grosso e a iminente intervenção no Distrito Federal. O presidente da República, ao mesmo tempo que combina, em segredo de estado, o lançamento da candidatura oficial, retardando, por amor ao fator tempo, a articulação das forças que o apóiam em torno de um nome, dá uma demonstração de força. Com isso, S. excia, pretende não só mostrar que está forte, mas, também, que se alheia das competições partidárias para a escolha do candidato oficial. Não se acredita, porém, nem numa coisa nem na outra. O sr. Getúlio Vargas entrou evidentemente numa fase aguda de azar. Aliás,, já não era sem tempo, porque até nas arbitrarias leis do acaso observa-se uma certa lógica. Por mais absurdo que pareça, ao azar também é justo. É natural, destarte que tenha chegado a vez do sr. Getúlio Vargas.

O artigo seguia condenando as atitudes de Vargas, que com seus atos insuflava as atitudes de Flores da Cunha que reagia contra as arbitrariedades do catete.

Como se sabe, o sr. Flores da Cunha é radicalmente contrário à prática de qualquer ato inconstitucional, a começar pela prorrogação do mandato do atual presidente da República. A julgar-se pela atitude decisiva que assumiu, condenando a intervenção no Distrito Federal, não pode ter agradado ao governador gaúcho a deposição do governador de Mato Grosso. Ora, à intervenção em Mato Grosso seguirá a cassação da autonomia do Distrito Federal fatos que, pela sua própria natureza, levarão o general Flores da Cunha, a restabelecer as suas ligações com as oposições nacionais, como força ponderável, no bloco partidário que deseja resolver o problema presidencial fora da esfera de ação do Catete. Mais dia, menos dia- é de acreditar-se, São Paulo e Rio Grande estarão unidos, para enfrentar, justamente com as oposições nacionais, a política de golpes e contra- golpes que caracteriza a ação do Catete.

O *Diário de Notícias* de Porto Alegre também fez referências ao lançamento do candidato oficial em nota do dia 25 de maio de 1937:

Apesar de feriado nacional, não funcionando portanto, a Câmara, sentiu-se, durante todo o dia, redobrar o interesse nos círculos políticos pelo desfecho, amanhã, da coordenação oficial do sr. Benedito Valadares, para a escolha do candidato das maiorias à sucessão. Não resta a menor dúvida de que o nome a ser proclamado é o do sr. José Américo, cuja indicação já ficara acertada nas conferências promovidas pelo governador mineiro, em Belo Horizonte, depois de contra-marchar na combinação feita, segunda-feira última, com os representantes de São Paulo e Rio Grande(...) à tarde será proclamado o nome do sr. José Américo como candidato oficial à presidência da República, em oposição à candidatura democrática do sr. Armando de Salles Oliveira, esperando os interessados na indicação do ex-ministro da Viação que o seu nome será recebido pela unanimidade dos representantes dos estados presentes à Convenção.

Essa clarividência dos acontecimentos permeava todos os jornais, com maiores ou menores matizes, ou seja, alguns falavam abertamente sobre a política intervencionista do governo, entre eles *O Tempo*, *Opinião Pública*, *A Razão*, *Diário de Notícias*, *Gazeta de Alegrete*. Outros como *O Correio do Povo*, *Rio Grande*, *Diário Popular*, se referiam de forma mais branda, isso porque representam as situações locais e não podiam se indispor com

o governo. O *Staffetta Rio-grandense* por estar ligado a uma cultura própria pôde por vezes estar mais livre das pressões políticas.

Em 25 de março de 1936, *A Razão* chamava a atenção para a prisão do senador Abel Chermont, dos deputados Otávio Silveira, Domingos Velasco, Abguar Bastos e do advogado João Mangabeira por serem considerados subversivos e de estarem envolvidos junto com Harri Berger (agente comunista no Brasil) e Luís Carlos Prestes nos levantes comunistas ocorridos em novembro de 1935. Escrevia o jornal:

Por determinação da chefia de polícia do Distrito Federal foram presos, ontem, o senador Abel Chermont, deputado Otávio Silveira, Domingos Velasco, Abguar Bastos e o advogado João Mangabeira. A prisão daqueles parlamentares foi recebida com surpresa. O Sr. Abel Chermont vinha, no senado, proferindo discursos, que bem poderiam comprometer, porém não se esperava a sua prisão. Os deputados Otávio Silveira, Domingos Velasco e Abguar Bastos sempre se mostraram contrários. Quanto ao advogado João Mangabeira havia ele, há pouco, impetrado uma 'habeas corpus' em favor dos intelectuais presos no Pedro I, o que lhe valeu fortes ataques de alguns jornais. Em nota que divulgou hoje, o chefe de Polícia, capitão Felinto Müller, diz que essas prisões foram efetuadas porque o senador Chermont, os três deputados e o advogado Mangabeira estão seriamente comprometidos nos documentos encontrados em poder de Harri Berger e general Luís Carlos Prestes.

A tática do governo em explorar ao máximo os levantes de novembro surtiu efeito, tanto que, a imprensa acompanhou a idéia da necessidade de conter o avanço comunista. As oposições foram então abafadas. Mesmo a declaração do Estado de Guerra que se seguiu foi entendido a princípio pelas oposições e pela imprensa como necessário diante do caos que se instalara.

Durante todo o ano de 1936, os debates se intensificaram em torno da manutenção do Estado de Guerra e rumo à sucessão presidencial. A imprensa cada vez mais cerceada abria algumas brechas para discutir a sua própria função. Vargas por outro lado, ia

insuflando as oposições e dando a impressão de que se estava diante de um cenário pré-eleitoral aberto e que a sucessão aconteceria sem maiores traumas, o que na verdade não ocorreu.. Em 19 de dezembro de 1936, o jornal *A Razão* com a manchete *O desvirtuamento das funções da Imprensa* destacava:

A função social da imprensa, no Brasil, nestes últimos tempos, vem sofrendo restrições inacreditáveis. Reduziu-se o campo de ação dos jornais ao registro mecânico das informações que convêm ao oficialismo. E transformou-se a imprensa numa instituição perfeitamente dispensável. As próprias atividades parlamentares que, pela sua natureza, deveriam ser amplamente divulgadas, só passam aos olhos do público depois de sofrerem o contato da tesoura oficial. Fatos indesmentíveis, ocorrências palpáveis, acontecimentos de todos conhecidos são proibidos de figurarem nas colunas dos jornais, mesmo a simples título de informação. E assim vai a imprensa brasileira vegetando nesse marasmo criado e alimentado pelos poderes públicos. Aqui no Rio Grande, em São Paulo, no Amazonas, onde quer que a opinião pública precise de orientação definida e sincera, a tesoura oficial penetra nas redações e reduz os jornais à expressão das coisas sem expressão.

O editorial foi elencando uma série de elementos que fizeram da imprensa um baluarte em defesa da democracia desde a revolução de 1930. O tom é agressivo. Vejamos:

Entretanto, para a implantação do estado de coisas que vigora desde trinta, a imprensa concorreu decisivamente, pregando, desbravando, combatendo. Foi-lhe reservado o setor mais importante da questão: a orientação da opinião pública. O movimento, com tal colaboração, só poderia apresentar os resultados que todos conhecemos: a vitória integral. De Norte a Sul os ideais de trinta iluminaram a consciência brasileira. Era natural que, logo após a vitória, uma vontade de ferro controlasse o entusiasmo natural e procurasse orientar as atividades da imprensa para os rumos necessários, isto é, para a reconstrução daquilo que o velho regime havia malbaratado. Foi o que fez durante o período ditatorial. Reposto o Brasil nos quadros legais, restabelecidas as prerrogativas da lei era natural que a imprensa reentrasse nas suas altas funções sociais, orientando a opinião pública, examinando os problemas de natureza coletiva e procurando estabelecer, entre nós, o sentido da verdadeira democracia. Tudo isso não dependia da própria imprensa, que sempre se manteve fiel ao seu princípio de sinceridade e patriotismo. O que assistimos, entretanto, é bem triste e bem diverso. Atualmente a imprensa brasileira vive num verdadeiro círculo de ferro, à mercê da vontade despótica

da política facciosa e dos políticos profissionais(...) a manopla da censura, pesada e inconsciente, arrasa tudo e tudo transforma, mantendo a opinião pública ao largo dos fatos que interessam à reconstrução do Brasil e reduzindo a função social da imprensa ao registro mecânico das informações facciosas.

O mesmo jornal chamava a atenção em 18 de maio de 1937, à falta de partidos nacionais, o que acabava dificultando a escolha do sucessor de Vargas. Para *A Razão*:

As tremendas dificuldades com que estamos lutando para a escolha pacífica do candidato à sucessão presidencial da República, nada mais são do que os resultados da falta de partidos nacionais, coordenadores, patriotas imbuídos do verdadeiro espírito de brasilidade. As organizações partidárias existentes, de norte a sul do país, apenas refletem interesses regionais ou de grupos políticos, armados para o assalto ao poder(...) infelizmente, o Brasil ainda não tem um objetivo claramente definido nas agitações das suas forças partidárias. Nas ocasiões precisas, de graves reflexos para a vida e tranqüilidade nacionais, os partidos políticos se entregam à uma discussão que nada tem a ver com os interesses do país. Conflitos de interesses pessoais, desejos inconfessáveis de predomínio e essa vontade doentia que domina os homens inferiores, é o que se verifica nas cogitações que o Brasil vem assistindo através da atividade de seus partidos. Daí a razão dessa ausência de compromissos políticos que se nota nos meios populares. Já o temos afirmado mais de uma vez que no Brasil ninguém tem compromissos políticos pela simples razão de que não existem agremiações nitidamente ideológicas. O que existe, o que se verifica infelizmente é a existência de agrupamentos formados ou à sombra dos cofres públicos ou partidos que se transformaram de organizações idealistas em meros caçadores das boas graças oficiais.

O arranjos ou rearranjos políticos feitos pelo governo foram possíveis em parte por essa falta de coordenação e a extinção dos partidos em dezembro de 1937 corroborou essa premissa de faltavam partidos nacionais fortes capaz de barrarem o avanço do autoritarismo.

Quando o assunto da sucessão presidencial foi ganhando força, as discussões se polarizaram em torno dos nomes de Armando de Salles Oliveira (governador de São Paulo) e

do paraibano José Américo de Almeida tido como o candidato oficial do Catete. Sobre a sucessão, *A Gazeta de Alegrete* assim se manifestava em 2 de março de 1937:

A atitude do sr. General Flores da Cunha, cuja atividade e inteligência estiveram mais uma vez em evidência nestes últimos dias procurando coordenar elementos em torno de um nome nacional para candidato à sucessão presidencial, esteve voltada para a candidatura do sr. Armando de Salles que s.s prometeu apoiar com o Partido Liberal.

Flores ao que se sabe acabou apoiando Armando de Salles mesmo existindo a contrariedade de certos elementos do partido. Essa atitude junto com outras condenou o governador mais tarde ao exílio forçado. Assim o ano de 1937 foi de intensas idas e vindas em torno da questão da sucessão e a imprensa por seu turno, pode se manifestar. Destacando a censura, o jornal *Opinião Pública* no editorial *Um amigo da Imprensa* esclarecia:

O senador Alcântara Machado, em declarações a uma folha, a propósito da sucessão presidencial, manifestou-se a favor da abolição à censura à Imprensa, afirmando que o povo seja amplamente esclarecido, acerca da eleição do futuro presidente(...) em nenhuma das unidades da Federação, a censura aos jornais tem sido mais arbitrária do que em São Paulo. Durante o governo dos interventores, ela praticou insólitos abusos(...) como retorno do país à normalidade constitucional, a Imprensa recuperou a liberdade- isto é, desapressou-se da censura, porque a sua liberdade, desde que entrou em vigor a lei de Imprensa decretada pelo sr. Getúlio Vargas, ficou a mercê dos caprichos dos governantes. Bastou, todavia que, em consequência do levante comunista de novembro de 1935, o governo federal recorresse, para solidar a ordem e resguardar as instituições, ao estado de sítio, mais tarde substituído pelo estado de guerra, sob o qual se conserva o Brasil até hoje- bastou isso, para que, restabelecida a censura aos jornais, a polícia de São Paulo, de novo, começasse a tratá-los com rigorosidade bravia, havendo folhas de outros pontos do país, de quando em quando, protestado contra desmandos dos censores, naquele Estado.

Os reclamos eram uma constante na imprensa nesse período, mas em novembro do mesmo ano tiveram de silenciar pela convicção da necessidade do golpe ou pela coerção imposta pelo governo.

O caso do Rio de Janeiro também serviu de estopim para a oposição reunida em torno do general Flores da Cunha. As disputas eleitorais naquele estado deram a necessária munção ao governo para medir sua força e decretar a intervenção no estado. O *Diário de Notícias* chamou a atenção para o fato em 17 de março de 1937, onde destacou ainda os reclamos do Partido Autonomista contra tal medida como mostra o manifesto assinado pela maioria da Câmara municipal, por dois senadores e por três deputados federais:

Presidente Getúlio Vargas - No momento em que a imprensa, baseada em informes obtidos nos meios políticos e, mesmo, depositários do pensamento governamental noticiam a possibilidade da intervenção no Distrito Federal - sua população através das forças eleitorais representados pelos signatários desta, vem ainda uma vez, à presença de v.ex. num caloroso apelo, oferecer ponderações contrárias à decretação da referida providência.

Quanto aos movimentos extremistas, os jornais adotaram posturas contrárias a eles tanto os de esquerda quanto os de direita e com isso, acabaram respaldando as intervenções constantes do governo. Em 1º de agosto de 1936 assim se posicionava o *Diário Popular*:

Pela Democracia e contra o Integralismo. Os acadêmicos de Pelotas secundam o movimento iniciado pelos seus colegas paulistas. Um grupo de estudantes da nossa Faculdade de Direito, secundando o movimento iniciado pelos estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo, de combate ao Integralismo e de defesa da Democracia, organizou-se em agremiação e lançou o seguinte manifesto que publicamos em primeira mão' secundando o movimento iniciado pelos acadêmicos paulistas, de combate ao Integralismo,

os abaixo firmados, acadêmicos de Direito da Faculdade de Pelotas, convocados pela comissão provisória de organização do núcleo desta cidade, constituída do acadêmicos Djalma P. de Matos, Guilherme Schultz F. e Aristimundo Mendes de Oliveira, em reunião prévia verificada em uma das salas daquela Faculdade resolveram, por unanimidade de votos, lançar o presente manifesto, concitando a mocidade pelotense a tomara atitude nesta patriótica campanha de salvaguarda dos princípios liberais democráticos, regime sob cujo amparo vivemos, das instituições pátrias, da consciência de povo independente e soberano que somos, e de franca e honesta reação à ditadura fascista.

Outras manifestações como essa apareceram nos demais jornais de maneira que, o integralismo foi sendo associado à idéia de regime nocivo à Democracia Liberal. Quando foi promulgada a Constituição de 1937, o jornal comportou-se como os outros, ou seja, acatou o novo regime como necessário ao restabelecimento da ordem no país. Sob o título *A Nova Situação Política* lemos:

Proclamação ao Exército: ' O ministro da Guerra, em proclamação ao Exército, declarou que cabe às classes armadas acatar a nova situação'. Fala o presidente da República: ' às 20 horas, o sr. Getúlio Vargas falou à Nação pelo rádio na Hora do Brasil e declarou que a Constituição de 1934 tinha falhado no seu mecanismo; que se impunha estabelecer uma nova estrutura do Estado, dentro do regime democrático; fez uma apreciação do seu governo e traçou novas normas. Reina ordem no país'.

Em tempo, o jornal *Diário Popular* intitulava-se órgão do Partido Republicano e as suas manchetes estiveram atreladas aos vários momentos que esse partido vivenciou ora contra, ora a favor do governo Vargas de acordo com os conchavos que se processavam entre a situação e a oposição no Brasil dos anos 30. Ainda sobre o comunismo, o articulista Américo Palha do jornal *O Tempo* chamava a atenção na manchete *O Brasil e o Comunismo*:

*A sentença do juiz Ribas Carneiro dissolvendo a Aliança Nacional Libertadora é um desses documentos que se fixam na história de uma nação, como um princípio de ordem na defesa da estabilidade social, da religião, da família e do bem coletivo*¹⁸⁰.

Existiu a partir daí uma série de críticas ao comunismo no jornal. Durante o ano de 1937 o órgão assumiu a candidatura de José Américo de Almeida e rechaçou o nome de Armando de Salles Oliveira que passou a ser apontado com desdém e acusado de não ser nacionalista. O momento que marcou o início das atitudes mais agressivas do jornal contra o armandismo e por conseqüência ao florismo, foi quando da questão da dissidência dos próceres liberais que abandonaram o partido, criticando Flores da Cunha a quem acusavam de ter rompido o *Modus Vivendi*. O rompimento com o governador, como se sabe, foi insuflado pelo próprio Vargas. Sob o título *A dissidência do Partido Liberal em face do momento político* lemos:

*Desde que se verificou o rompimento do 'Modus Vivendi' firmado pelos partidos rio-grandenses, o PRL entrou em grave crise dividindo-se em duas alas distintas: uma solidária com o sr. Flores da Cunha, Governador do Estado, outra de apoio ao sr. Getúlio Vargas, atual chefe da Nação. Essa crise, contudo, como a opinião pública está lembrada, não se circunscreveu apenas na divisão do PRL, pois que determinou imediatamente um golpe decisivo contra o prestígio do situacionismo, que ficou em minoria na Assembléia Legislativa do Estado, pois que nove deputados liberais entraram em dissidência, e, em direta cooperação com as bancadas que integram a representação da Frente Única. Iniciaram uma intensa campanha de combate à administração do sr. Flores da Cunha. A chefia do PRL convocou, então, os seus representantes, realizando-se uma convenção nesta capital, que teve por objetivo desligar os deputados dissidentes e os próceres graduados em oposição às diretrizes traçadas pelo sr. Flores da Cunha, assim como para ratificar a escolha da candidatura Armando de Salles Oliveira à sucessão presidencial da República no próximo pleito.*¹⁸¹

¹⁸⁰ *O Tempo*, 3-1-1936.

¹⁸¹ *O Tempo*, 1º-7-1937.

Em outra chamada de 3 de julho de 1937 destacava que o eixo da política nacional deslocava-se de São Paulo e Minas Gerais para se concentrar no RS devido ao apoio do Estado ao candidato Salles Oliveira e depois em 18 de agosto do mesmo ano até a proclamação do Estado Novo, passou a estampar a seguinte frase na parte superior : *Para presidente da República: José Américo de Almeida*. Essa frase vinha por vezes acompanhada de palavras do próprio José Américo como estas de 27 de agosto: *no Rio Grande governarei com a FUG e com a Dissidência Liberal (palavras do futuro presidente da República em comício no teatro João Caetano)*.

Paralelo a isso, o jornal foi sistematicamente ironizando a figura de Flores da Cunha, desdenhando a sua administração e focando as suas críticas no número de bens que o governador adquiriu desde que assumiu o cargo.

Quando o governador foi forçado ao exílio, o jornal estampou com certo alívio a notícia e o golpe de 1937 foi encarado como necessário ao país. Depois chamou a atenção em manchetes que tanto Borges de Medeiros quanto o Partido Libertador passaram a apoiar o novo regime.

Salientando ainda, a questão do fechamento da ANL, o *Rio Grande* também apoiou tal medida por entendê-la necessária diante daquele contexto. O jornal¹⁸² por intitular-se Órgão do Partido Republicano Liberal foi o responsável pela defesa do governo do general Flores da Cunha e quando aconteceu o golpe foi obrigado como os demais a curvar-se diante do inevitável. Sob o título *Medida Profilática* lê-se:

O governo federal ordenou que fossem fechadas as sedes e núcleos da ANL existentes no território brasileiro. O decreto, que, determina essa medida fundamenta-se nas atividades subversivas desenvolvidas por aquela

¹⁸² Note-se que a maioria dos editoriais do Rio Grande eram retirados do jornal porto-alegrense A Federação que também tinha, naquela época, por premissa a defesa do PRL e do governo do general Flores da Cunha.

organização, agora suficientemente demonstradas mediante farta documentação apresentada pelo espião Felinto Muller, chefe de polícia do Distrito Federal. Telegramas do Rio adiantam ainda que, está nas cogitações do governo decretar, da mesma forma, a dissolução de todas as milícias integralistas do país. Já se fazia necessário, sem dúvida, que o governo tomasse essas medidas acauteladoras da ordem, a fim de tranqüilizar definitivamente o país, agitado por contínuos sobressaltos(Rio Grande,19-7-1935)

Sobre o fracassado movimento extremista referia-se o jornal em 30 de novembro de 1935: “o fracassado movimento extremista. Um episódio de bravura brasileira.os recursos ignóbeis e covardes de que lançaram mão os revoltosos sob o comando do capitão Agildo Barata”.Em 6 de dezembro do mesmo ano, chamava ainda a atenção no editorial *O Rio Grande pela defesa da Democracia:*

Na defesa do regime e da Revolução, o Rio Grande tem dado mais do que cabia fazer-lo. Se periclita a ordem ou se avolumam os interesses contrários ao bem estar social é, ao Rio Grande que recorrem os responsáveis pelos destinos do país certo de que daqui, celeiro do civismo da República se erguem os peito leoninos dos rio-grandenses como escudo às investidas dos inimigos da Pátria.

Ainda sobre a disseminação das idéias comunistas, o jornal em 12 de dezembro de 1937 destacava:

Dizíamos ontem, que uma das faces do problema de combate às idéias comunistas desencadeadas agora num sopro de violência e de morte sobre a índole pacífica e conservadora das nossas populações, estava justamente na mobilização ativa de nossas forças intelectuais arregimentadas no sentido prático de mostrar, por uma ação constante e ininterrupta, os inconvenientes, os males e as desgraças que fatalmente adviriam ao Brasil sob a dominação de um regime que é profundamente antagônico às suas verdadeiras tendências espirituais.Combateríamos, desta forma, a propaganda extremista, com a própria armas de que ela se vale para difundir suas idéias e com indiscutíveis vantagens para a nossa causa.

Sobre o fato, de o jornal ser órgão do PRL lemos em 6 de novembro de 1935 uma verdadeira conclamação em favor dos candidatos do partido como se observa:

Nos municípios vai a agremiação de Flores da Cunha pleitear as eleições para prefeito e vereadores com cidadãos dignos, trabalhadores e capazes de um governo dinâmico, progressista e honesto. Valem, agora, suas plataformas e as promessas do eleitorado como um compromisso não só pessoal, mas também do PRL e do seu chefe. O governador do Estado e chefe do PRL, endossam as plataformas de seus candidatos e na medida das possibilidades de cada município hão de trabalhar por melhorar as condições locais dando estradas, escolas e higiene às suas populações, fomentando a indústria, a agricultura e o comércio, abrindo válvulas à expansão de todas as fontes geradoras do progresso e do bem estar locais.

Os benefícios aparecem grafados no texto, de maneira, a salientar bem o partido e as suas realizações.

Depois do exílio de Flores da Cunha, o jornal passou a se dizer independente, não assumindo mais a bandeira do PRL. O período do Estado Novo não pode ser analisado como sendo um período homogêneo na sua apresentação, isso porque, de 1937 a 1942 nós tínhamos uma política e uma imprensa censurada, mas por outro uma opinião pública que acolhia esse momento como necessário ao país. A partir de 1942, o modelo autoritário passou a ser questionado e a imprensa escrita foi a responsável por colocar aos leitores o fracasso desse mesmo modelo, alicerçado nas restrições às liberdades individuais. Portanto, os jornais nesse interregno, tiveram de driblar a censura para apresentar suas notícias e o advento da 2ª Guerra Mundial foi a alavanca propulsora que abriu espaço às oposições ao regime e à defesa da democracia que gradativamente passou a ser encampada pela imprensa.

Ainda sobre a questão da implantação do Estado Novo, o *Correio do Povo* destacou a dissolução dos partidos políticos a 2 de dezembro de 1937 que o jornal anunciou no dia quatro do mesmo mês. O decreto apresentava oito artigos precedidos por quatro

considerandos que justificavam a necessidade de tal medida devido: “ a multiplicidade de arrematadas partidárias, com objetivos meramente eleitorais que ao invés de atuar como fator de esclarecimento e disciplina da opinião, serviam para criar uma atmosfera de excitação e desassossego permanentes, nocivos à tranqüilidade pública e sem correspondência nos reais sentimentos do povo brasileiro”¹⁸³.O jornal trazia ainda, um pronunciamento do professor Nicholas Spikman da universidade de Yale sobre o regime brasileiro:

*É supérflua a preocupação com o governo fascista do Brasil(...) a América do Sul tem tido ditaduras desde os tempos dos Incas e continuará a tê-las por meio século. Esta é a forma política melhor adaptada ao clima. A única coisa que aconteceu no Brasil é que a sua última importação cultural da Europa é uma ideologia muito mais adaptada aos costumes sul-americanos do que a prática anterior da democracia e das Constituições escritas(...) se uma potência européia tentasse uma intervenção militar, acho que seria tratada como qualquer invasor, sem consideração de ideologia, isto é, por uma frota americana e nas costas do Brasil e não da Europa*¹⁸⁴.

Note-se que a visão do professor de Yale reproduz de certa forma, a própria visão dos EUA que não teve nem em relação à Europa temor em relação aos regimes fascistas, por isso eles puderam se desenvolver. O conceito de país atrasado e melhor condicionado às ideologias autoritárias permeia esse discurso. O desenrolar dos acontecimentos, no entanto, mostrou que os fascismos deveriam, como foram, ser combatidos e que países economicamente dependentes como o Brasil acabaram seduzidos pelos investimentos externos.No período imediatamente posterior à implantação do Estado Novo, os jornais assimilavam a idéia de que aquilo que se estava vivendo era um regime *democrático* na medida do possível, ou seja, compravam o pensamento oficial que passava para a opinião pública que aquele regime era o melhor para o país naquele momento de pura agitação e presença de ideologias exóticas. Em 13 de julho de 1938 podemos ler no *Correio do Povo*

¹⁸³ *Correio do Povo*, 4-12-1937.

¹⁸⁴ *Idem*.

um artigo de André Carrazzoni, conhecido articulista do jornal, em que esse fazia referências abonadoras ao relacionamento da imprensa com o governo e referia-se ao fracassado golpe desfechado pelos Integralistas em maio de 1938. Segundo Carrazzoni:

Tal como em novembro de 1935, em maio de 1938, o país encontrou na imprensa o eco poderoso da sua própria voz e nela o governo teve a mais lúcida colaboração. Isso quer dizer simplesmente que os jornais refletiram a enérgica reação do sentimento brasileiro, mobilizado em torno do mais alto ponto de resistência material e moral das instituições, e os jornalistas souberam empregar a grande força de que dispõem não só com extremo patriotismo, mas ainda com extrema dignidade(...) do freqüente contato do presidente Getúlio Vargas com os nossos homens de imprensa muitos equívocos já nos foram poupados,- que teriam deplorável repercussão sobre a vida política brasileira. Nos regimes democráticos como o atual, isto é, nos regimes que se fundam sobre a adesão permanente e a confiança cotidiana das massas, torna-se vital o ambiente de largo estímulo à formação do espírito público, ao interesse das classes e dos indivíduos no debate dos problemas do Estado¹⁸⁵.

Sobre a questão da extinção dos partidos políticos, o *Diário de Notícias* publicou em 1º de dezembro de 1937 reproduzindo matéria do *Correio da Manhã* do Rio de Janeiro a seguinte nota que vinha com uma interrogação *Será decretada a extinção dos antigos Partidos Políticos?* Como se lê:

A transformação política do país vem dia-a-dia caracterizando-se pela incidência sucessiva nas várias faces da vida nacional. Os partidos que se haviam registrado, sob a vigência do Código Eleitoral, estão em sua última fase. E somente se aguarda um decreto do governo declarando inexistentes todos esses partidos. Assim passarão definitivamente à história, os partidos gaúchos, os catarinenses, os paranaenses, os paulistas, os mineiros, os cariocas e assim por diante. Também será declarada inexistente a Ação Integralista Brasileira que estava inscrita como partido político nacional.

¹⁸⁵ *Correio do Povo*, 13-7-1938.

A decretação realmente ocorreu no dia seguinte e a censura foi num crescendo até a implantação do DIP em 1939 que fez extensa propaganda do regime, alardeando que representava a democracia.

A idéia de democracia que muitos dos homens de jornal referenciavam estava de acordo com as premissas do regime e o golpe frustrado dos Integralistas sedimentou em muitas pessoas a defesa desse tipo de conceito. No entanto, não podemos esquecer que existiam pessoas que percebiam a real dimensão do que estava acontecendo, mas a censura foi pouco a pouco sendo imposta sobre elas.

O *Correio Rio-grandense* também se pronunciou sobre a possibilidade da implantação do comunismo no Brasil e podemos ler várias alusões que o jornal fez a esse sistema. Em 20 de outubro de 1937 aparecia uma *Carta Pastoral e Mandamento do Episcopado Brasileiro sobre o Comunismo Ateu* onde a Igreja Católica alertava os fiéis do perigo que estavam correndo e da possibilidade do desaparecimento total do Estado. Fazendo referência direta aos malefícios do comunismo à religião, o *Correio Rio-grandense* ainda escrevia:

Quanto à religião vota-lhe o Comunismo ateu um ódio implacável de extermínio. O mundo transcendente e sobrenatural, com a grandeza de seus valores espirituais é, para ele, inexistente. Fruto de uma organização econômica em declínio, a religião, que nela teve sua origem, dela é solidária e com ela deve desaparecer. Sua ação nefasta, no presente, é aumentar a inércia das causas trabalhadoras, na aceleração da grande crise revolucionária mundial. Por isso foi chamada o 'ópio do povo'. Combate-la sem trégua e destruí-la por todos os meios, constitui para o Comunismo ateu, tarefa urgente e inevitável. Nunca a história da humanidade assistiu a conjuração tão vasta e tão organizada das paixões humanas contra a soberania de Deus e o reinado de Cristo nas almas resgatadas pelo seu sangue precioso. Desta concepção materialista da vida resulta, espontâneo e explicitamente aceito e proclamado o mais absoluto amoralismo. Já não há bem nem mal. Já não há lei superior ao homem e norma de sus atos. Já não há dever nem sanção. O partido e seus interesses elevam-se absolutos sobre a destruição de todos os valores morais. É lícito tudo quanto pode apressar a instalação do Comunismo; tudo o que se lhe opõe é mau e deve ser destruído sem escrúpulos na escolha dos meios.

Não podemos esquecer que também a questão religiosa era importante para a região de Caxias do Sul - Garibaldi e de como essas pregações do comunismo eram mal vistas. Em uma outra reportagem do mesmo dia, o jornal fazia alusão a um plano do Komintern para provocar uma revolta no Brasil com o objetivo de instalar o comunismo.

Quando foi implantado o Estado Novo, o *Staffetta Rio-grandense* colocou-se ao lado do governo na luta para combater esse sistema, o comunismo. Obviamente o histórico da comunidade de imigração italiana influenciou na medida em que, existia uma ligação muito forte entre os interesses dessa comunidade e as ordens do governo, dito isso em outras palavras, eles raramente faziam oposição às determinações oficiais, até mesmo por uma questão de sobrevivência. A ação do governo fez-se sentir logo no início da implantação do golpe como relata Gertz:

A ação nacionalizadora no campo da educação se desencadeou de forma generalizada logo após a implantação do Estado Novo: a ação repressiva foi inicialmente mais seletiva, visando preferencialmente, aos nazistas e parte dos integralistas, mas depois de 1942 se voltou de forma generalizada contra tudo o que fosse "alemão" ou relacionada com o "Eixo"¹⁸⁶.

Podemos concluir esse capítulo dizendo que o período que foi de 1935 a 1937 foi decisivo para solidificar a idéia da necessidade da implantação de um regime de força no Brasil, capaz de conter o comunismo que vinha de fora e barrar o avanço do Integralismo internamente. Os jornais manifestaram essa tendência. No cômputo geral podemos afirmar que realmente não quiseram correr o risco de apoiarem as chamadas ideologias exóticas e por outro lado preferiram continuar existindo diante de um cenário que descortinava muito pouco

¹⁸⁶ GERTZ, René. O perigo alemão. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1991.p.65.

espaço às manifestações da imprensa. A perspectiva sintética a seguir representa esse universo de reações:

ELEMENTOS CONSTITUTIVOS	SÍNTESE DA REPERCUSSÃO NOS JORNAIS
Lei de Segurança Nacional	<p><i>Rio Grande</i>: apresentou a lei com certa reserva; <i>O Tempo</i>: Referia-se à lei com desconfianças sobre seus propósitos; <i>Diário Popular</i>: Repudia a lei e o que ela podia representar; <i>Opinião Pública</i>: destaca a lei de forma mais técnica; <i>Correio do Povo</i>: apresenta o projeto da lei de segurança e mostra a reação das oposições a ela; <i>Diário de Notícias</i>: repudia a lei e a censura advinda dela; <i>Gazeta de Alegrete</i>: destaca o que representa a lei e repudia a censura à imprensa; <i>A Razão</i>: chamava a atenção para os ideais democráticos do povo brasileiro e posicionava-se contrário à lei; <i>Staffetta Rio-grandense</i>: apresenta de forma técnica a lei, mas também repudia a censura à imprensa.</p>
Os acontecimentos do ano de 1936	<p><i>Rio Grande</i>: apóia as atitudes do general Flores da Cunha na defesa do federalismo; <i>O Tempo</i>: opõe-se ao intervencionismo do governo federal na política dos estados; <i>Diário Popular</i>: defende ardorosamente a democracia e questiona o estado de sítio; <i>Opinião Pública</i>: destaca o acordo das oposições no Rio Grande do Sul e critica o estado de sítio; <i>Correio do Povo</i>: critica o estado de sítio e também faz oposição às intervenções nos estados; <i>Diário de Notícias</i>: chama a atenção para o acordo gaúcho e reclama abertamente da censura à imprensa; <i>Gazeta de Alegrete</i>: repudia a censura e defende as eleições livres; <i>A Razão</i>: defende a pacificação nacional e questiona os propósitos do governo federal; <i>Staffetta Rio-grandense</i>: refere-se à pacificação nacional e do Rio Grande do Sul com o acordo político (Modus Vivendi)</p>
Estado Novo	<p>Os jornais receberam com surpresa o golpe, alguns chamaram a atenção para a necessidade da pacificação nacional diante do perigo comunista. A tônica predominante foi a de acatar as ordens emanadas do governo federal. Aquele jornal que não acatasse seria proibido de circular.</p>

**Capítulo IV – Do Estado autoritário à Abertura Democrática:
os caminhos que percorreu a imprensa gaúcha.**

A passagem pelo Estado Novo até a abertura democrática envolveu uma série de acontecimentos marcantes em que as informações vindas da Europa trazidas pelos ventos da guerra serviram para fermentar as ações da oposição que foi crescendo e acabou com a renúncia de Vargas em 1945.

4.1- Os acontecimentos externos que marcaram o período de 1937 a 1945 e a participação do Brasil na 2ª Guerra Mundial.

O período que foi de 1937 a 1945 não se apresentou homogeneamente como já observamos. Contribuiu sobremaneira para essa percepção, o advento da guerra que acabou colocando em campos opostos duas visões de mundo: uma a que defendia a intervenção do estado em todos os setores da vida social; outra forjada na liberal-democracia entendia ser a liberdade, calcada no livre jogo das forças econômicas, o caminho a ser seguido. A partir da tomada de posição do Brasil em favor dos Aliados, tornou-se inconcebível a perpetuação de um modelo autoritário internamente. A presença forte dos EUA, os subsídios econômicos que proporcionou garantiram a incorporação do Brasil ao projeto de desenvolvimento da América Latina, que incluía a intromissão desse país nos negócios internos dos países economicamente dependentes.

A decisão do Brasil em tomar o partido dos Aliados decretou a falência do modelo autoritário e o namoro do governo brasileiro com a política do Eixo. Internamente os reflexos se fizeram sentir em seguida com o crescente surgimento de notícias a favor dos EUA e contrárias às políticas autoritárias. O desconforto era visível com aquilo que se processava

aqui, ou seja, o cerceamento das liberdades ao que a imprensa escrita precisava driblar constantemente. Luiz Roberto Lopez escreve sobre esse período:

O Brasil não pôde, evidentemente, manter-se omissor por ocasião da II Guerra Mundial, visto que as contingências que haviam levado à hecatombe estavam presentes em nosso país através de um modelo especial de fascismo sem base partidária. No começo da guerra, as vitórias alemãs incentivaram o grupo fascista interno a se manifestar simpaticamente em relação ao Eixo e o próprio Vargas sentiu-se bastante respaldado para fazer um discurso discretamente favorável ao nazismo(...)Getúlio Vargas, porém, não era tão ingênuo a ponto de se ligar ostensivamente à Alemanha, quando isso incomodava o poderoso vizinho do norte. Vargas, no fundo estava jogando com as rivalidades interimperialistas com vistas a obter recursos para a construção da Usina de Volta Redonda, recursos que, como já vimos, acabaram vindo dos Estados Unidos¹⁸⁷.

A ajuda americana para a construção da usina de Volta Redonda teve um peso significativo, já que o Brasil vinha desenvolvendo políticas públicas voltadas para o incremento da indústria de base com vistas à substituição das importações. Diante desse aceno norte-americano, o Brasil assumiu a bandeira dos Aliados, com isso, a burguesia nacional aglutinada em torno da UDN (União Democrática Nacional) forçou a opinião pública a adotar os princípios norte-americanos. Sobre essa questão da mudança de posição do Brasil em relação ao Eixo, Luiz Roberto Lopez ainda escreve:

A mudança de posição do Brasil em face do Eixo ocorreu durante os anos de 1941/1942. A ajuda americana na construção da usina de Volta Redonda e o começo da derrota germânica na Europa tiveram peso decisivo na guinada que a nossa política interna sofreu então. A neutralidade, com certas simpatias pelas forças do Eixo, transformou-se num antinazismo decidido e o país foi cada vez mais abandonando a neutralidade. Em 1942, culminando

¹⁸⁷ LOPEZ, Luiz Roberto, op cit, p.96-97. Sobre essa questão da duplicidade de pensamentos e ações do presidente brasileiro cf. GAMBINI, Roberto, O duplo jogo de Getúlio Vargas: “influência americana e alemã no Estado Novo”. São Paulo: Símbolo, 1977.

*com este processo, o Brasil, sob o impacto de intenso clima emocional, declarou guerra à Alemanha.*¹⁸⁸

Do ponto de vista político, a eclosão da 2ª Guerra Mundial redefiniu os rumos do Estado Novo brasileiro na medida em que, o contexto internacional obrigava a uma tomada de posição e o Brasil não poderia se furtar a isso. As facções políticas em jogo se digladiavam e buscavam impor a sua visão do processo. Aqueles ligados visceralmente ao projeto do Estado Novo eram mais simpáticos à causa alemã. Já os opositoristas, na defesa da liberdade voltavam-se para os Aliados que em contra-partida acenavam com benefícios econômicos. A burguesia nacional alvoroçou-se com essa perspectiva e criou no imaginário coletivo a necessidade de identificação com o referencial democrático. Some-se a isso, a crise econômica, geradora de alto grau de inflação que serviu de fermento às idéias e ações da oposição.

A imprensa escrita reproduziu esse momento de alargamento das posições políticas e começaram a aparecer notícias sobre os EUA, bem como textos de articulistas defendendo a democracia e por conseguinte mostrando à opinião pública a contradição maior, ou seja, a democracia externa e o autoritarismo interno. Gradativamente vai se formando uma onda oposicionista maior, que tende a sufocar a permanência desse regime.

Em março de 1941, o *Correio do Povo* esboçava um texto do presidente Roosevelt em que esse atacava os sistemas políticos totalitários, defende a Democracia e o bipartidarismo. Segundo ele:

A ameaça para a nossa Democracia atualmente não é o separatismo. Vem de uma grande parte do mundo que nos cerca e que cada vez mais fecha seu

¹⁸⁸ LOPEZ, op cit,p.97.

cerco. Novamente os americanos, a este respeito, estão quase totalmente acima de considerações de partido. Muito antes de Jackson tornar-se presidente, dois sistemas partidários de governo entrincheiraram-se fortemente na vida política dos Estados Unidos. Eles vieram mostrar seus valores conseguindo métodos de discussão livre e aberta sobre assuntos de interesse público, formulando novas políticas e encontrando novas condições para fixar as responsabilidades dos negócios de governo, como parte indispensável para as eleições livres. Os ditadores parecem não parecer compreender como na América nosso povo pode manter dois partidos e ao mesmo tempo manter inviolável a unidade da nação. A mentalidade totalitária é demasiadamente estreita para compreender a grandeza de uma política que pode dividir o povo em tempo de eleições, mas, que o faz permanecer unido na devoção ao seu país e aos ideais da Democracia em todas as ocasiões(...)A história das nações conquistadas durante o ano passado mostrou ao resto do mundo o que seria viver num mundo organizado e dirigido pela Gestapo¹⁸⁹.

A partir da presença de Roosevelt e seus discursos na imprensa, as contradições internas começaram a ficar mais latentes. Em contrapartida, o presidente Vargas também começou a fazer discursos em favor da cooperação continental e da necessidade do Brasil em se empenhar nessa colaboração. Essas duas situações já eram indícios de que as atitudes do governo brasileiro deveriam mudar ou que pelo menos o discurso deveria ser mais brando em favor da idéia de democracia. Em entrevista ao jornal *La Prensa* de Buenos Aires reproduzida pelo *Correio do Povo* de 27 de junho de 1941, Vargas defendia abertamente a cooperação continental e a união entre os EUA, o Brasil e a Argentina. Assim se pronunciava:

A política de cooperação da América precisa, naturalmente, ser iniciada pelos países de desenvolvimento econômico mais acentuado e pelos vizinhos, em permanente contato e inter-dependência. É o que vem acontecendo com os EUA, Argentina e Brasil. Não me parece suficiente porém, a cooperação das três nações para assegurar a prosperidade e a vida de todos os povos do hemisfério, porque o ideal só pode ser de uma comunidade continental, baseada em fatores mais sólidos e profundos, de ordem econômica e cultural. Esses três povos, se continuarem colaborando com o máximo de compreensão, darão certamente um saudável exemplo de solidariedade e estímulo aos demais países, para que atuem de forma idêntica.

¹⁸⁹ *Correio do Povo*, 30-3-1941.

Inquirido sobre a possibilidade de uma união aduaneira entre os povos do continente, o presidente respondeu que apesar de algumas diferenças de entendimento que cada país pudesse ter, achava possível sim que os povos da América pudessem pensar em formar uma federação econômica. O presidente brasileiro foi questionado sobre o que era o Estado Novo brasileiro ao que respondeu da seguinte forma:

Ante esta pergunta, sobre o conceito de regime que denominamos Estado Novo ou Estado Nacional, parece-me muito oportuno dizer-lhe que ao instituí-lo, não tivemos em vista copiar este ou aquele modelo. Procuramos apenas a maneira de dar forma política às tendências sociais e econômicas da vida brasileira. Qualquer pessoa culta, ou um observador avisado, que examine sem prevenções a nova estrutura política do Brasil, reconhecerá, desde logo, que ela se assenta sobre princípios legitimamente democráticos. Dentro de nossas realidades, instituímos uma democracia realista e funcional. Certamente por suas características, difere de muitas organizações americanas, porém, representa a forma necessária de concentração de autoridade, que permite a uma nação de vasto território, com um passado de regionalismo estreitos, adquirir estrutura capaz de resistir às crises do seu próprio crescimento e as graves perturbações porque atravessa o mundo. Neste caso, argumento, é uma democracia distanciada dos modelos de liberalismo clássico?(perguntou o repórter)- É verdade, respondeu o presidente- afasta-se dos modelos do liberalismo do Liberalismo e prescinde das grandes assembléias e das discussões estéreis, para concentrar o seu esforço na ação construtiva e rápida.

Esse trecho é bastante elucidativo pela maneira como o governo fazia a defesa do regime e de como essa dita verdade era repassada à opinião pública de modo a entender um regime autoritário, extremamente discricionário, como uma democracia possível para um país como o Brasil. Em vários outros momentos, o repórter perguntou ao presidente, questões relacionadas à democracia, que ele respondeu de forma lacônica, como por exemplo, se a Constituição de 1937 seria realmente submetida a uma plebiscito ao que Vargas respondeu: *A Constituição de 1937 deverá ser submetida a um plebiscito, oportunamente.* Mais adiante, Vargas bem ao gosto de seu estilo carismático tece elogios ao povo argentino e reitera a

necessidade da conjugação de esforços no sentido da integração total entre os dois povos como segue:

O governo e o povo brasileiro desejam a união cada vez maior com os povos americanos e tem a firme convicção de que é necessário caminharmos unidos, porque o perigo pode ameaçar, e, ameaçando um, ameaça a todos. Pelo consenso geral, pela identidade de vistas e unidade de ação poderemos conjurar as crises e os perigos comuns, viver prósperos e alcançar o nível de riqueza e cultura a que temos direito neste solo privilegiado da América.

O *sentimento* agora corrente era o da identificação cada vez maior com os povos americanos sendo os EUA o líder desse novo Pan-americanismo . Daí por diante vão se proliferaram no *Correio do Povo* as mensagens que defendiam a democracia. Em artigo do dia 7 de outubro de 1942, o articulista Otto Alcides Ohlweiler escrevia sobre a *Consciência Democrática*:

A guerra que a política expansionista de Hitler deflagrou, veio acelerar de forma inesperada o desfecho de um longo e acidentado ciclo histórico, cujas origens remontam à Revolução Industrial e à Grande Revolução Francesa. A princípio, o conflito desencadeado pela Alemanha e pela Itália tinha o simples aspecto de uma luta econômica. Porém, com o desenrolar dos acontecimentos, foi-se evidenciando que a guerra havia adquirido, contra a vontade de muitos dos próprios adversários do chefe do movimento nazista, uma feição eminentemente política e ideológica(...) de um lado a Democracia, do outro a reação fascista. Daí, porque a importância da presente guerra transcende os estreitos limites impostos pelas fronteiras das nacionalidades, e assume o aspecto de uma autêntico conflito de idéias, de duas orientações filosóficas, de duas concepções de mundo

Adiante, o autor apontou a posição do Brasil diante daquele cenário, conclamou para a tradição eminentemente democrática do povo brasileiro que não deveria se furtar de tomar posição em favor dos Aliados naquela guerra, apontava inclusive, a contradição de pensamentos corrente na sociedade da época, que de um lado falava em

democracia e de outro simpatizava com as idéias fascistas. O discurso antagônico presente na sociedade refletia assim, a retórica do próprio governo envolto em um emaranhado de situações que se apresentavam, ou seja, tomar o partido da democracia e expor as mazelas do regime ou continuar adotando práticas autoritárias e se indispor frontalmente com o governo norte-americano.

No quadro político mundial assim configurado, o Brasil não poderia deixar de tomar a posição que a nossa tradição de povo livre estava a exigir. O governo brasileiro, bem interpretando os sentimentos populares, que se haviam feito idéia-força, colocou a nação definitivamente ao lado das potências que combatem o fascismo internacional e pugnam pela total implantação da Democracia no mundo. Já que a própria guerra tomou, como acabamos de ver, um caráter nitidamente ideológico, não poderia, é lógico, a atitude do Brasil deixar de ter o valor de uma definição ideológica. E realmente o tem. O Brasil está agora lutando em prol dos ideais democráticos. Compreende-se, pois, porque não se pode, neste momento, se, simultaneamente, pelo Brasil e contra a Democracia. É que na verdade, existe apenas um único Brasil: este que se colocou contra o fascismo. Este mesmo Brasil que, solidário com o pensamento livre do mundo, alimenta um único desejo: a vitória plena dos princípios de igualdade, fraternidade e justiça. Qualquer pensamento, intenção ou ato, que não condigam com essa orientação política traçada pelo nosso governo e aprovada pelo consenso unânime do povo brasileiro, importa em atentado à segurança nacional. é óbvio, que não se pode estar com o Brasil e pensar sentir em termos fascistas. As circunstâncias já não permitem essa coisa contraditória, o mesmo tempo que paradoxal.

Depois, o autor reitera a questão da consciência democrática do povo brasileiro, num verdadeiro espírito de conclamação e as frases a seguir demonstram isso: *Cada brasileiro tem de sentir-se, neste momento, tal qual uma peça na grande máquina anti-totalitária(...)* *A Consciência democrática do povo brasileiro será a mais firme garantia da estabilidade do nosso front interno e o mais forte esteio da unidade nacional.*

Em matéria do dia 12 de janeiro de 1943, o *Correio do Povo* reproduziu matéria do *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro onde este chamava, novamente, a atenção

para a *vocação democrática do povo brasileiro* e da necessidade de todos estarem empenhados neste ideal. Lemos no jornal:

Desde os acontecimentos internacionais começaram a repercutir mais diretamente na vida interna do país, primeiro pelos compromissos morais que nos levaram a proclamar, no terreno dos fatos, a nossa solidariedade com os estados unidos, depois pela declaração do estado de beligerância contra os países que nos agrediram, levando o Brasil a enfileirar-se entre as nações unidas contra o eixo, desde que saímos da normalidade da paz para o imprevisto da guerra, começou a formar-se no país um ambiente estranho de nervosismo que se reflete em todas as atividades nacionais e determina um constante mal-estar prejudicial à serenidade necessária à vida pública, neste momento de tanta gravidade para a nação brasileira(...)por mais paradoxal que possa parecer, raras vezes o sentimento nacional logrou impor-se, como nesta crise histórica, à vontade dominante, para encontrar, na ressonância superior dos dirigentes a satisfação dos seus anseios por respeito das aspirações da maioria. O povo brasileiro, com reação vibratória que lhe é peculiar, manifestou, desde a primeira hora, a sua vocação democrática, na luta, desencadeada na Europa, pelos regimes contrários à liberdade e deprimentes para a dignidade humana.

Em 3 de fevereiro de 1944, o *correio do Povo* com a manchete, *o aparelho respiratório da democracia defendia*:

Se a democracia é um regime de opinião e, se na interrupção ocasional e transitória do mecanismo representativo, ela deve conservar a sua constante, que consiste na sintonização e concordância da atividade governamental com as necessidades, os interesses e as aspirações do povo, à imprensa é absolutamente necessária a subsistência e a verificação desse regime, pois é ela por excelência, na vida social moderna, o órgão de expressão da vontade e dos sentimentos coletivos (...) a imprensa é, na verdade, o aparelho respiratório da democracia.

Mais adiante o jornal posicionou-se enfaticamente:

Nenhum governo pode ser dignamente exercido sem a liberdade de crítica honesta e independente. A imprensa é por assim dizer, o tribunal da opinião

pública onde as manifestações e os atos do poder devem ser examinados, discutidos e julgados. A crítica justa ou injusta, é uma contingência a que está sujeito o homem público. Admiti-la, aceita-la e compreender-lhe a necessidade, deve fazer parte de sua própria educação política (...) quando os agentes da autoridade se conduzem com honestidade e retas intenções, não podem ser motivo para recear a crítica. Será ela sempre mais útil do que o aplauso encomendado ou interesseiro e sempre mais decente do que o elogio que se remunera como o anúncio de uma droga em cuja virtude ninguém acredita

A imprensa de 1944 era mais livre, podia se posicionar de forma mais aberta, opinando sobre todos os assuntos, afinal de contas o Estado Novo já estava nos estertores da morte. O próprio jornal assumia a responsabilidade de guiar a opinião pública, pois segundo ele:

Nunca a missão da imprensa foi tão relevante, e ao mesmo tempo tão delicada como no momento atual da vida do país, nunca foi maior a sua responsabilidade na função de informar, esclarecer e orientar a opinião pública (...) sabemos constituir verdade para a grande maioria dos cidadãos o que a imprensa afirma ou noticia. Eis porque a imprensa não deve nunca faltar à verdade e eis porque representa ela um precioso instrumento de educação e de orientação das massas e, ao mesmo tempo uma poderosa arma de preservação e de combate ao erro, à iniquidade, aos abusos e à corrupção¹⁹⁰.

A missão da imprensa é novamente referendada: a questão da verdade aparece agora como prioritária e os abusos do poder são abominados. Ainda com relação à sua missão, salienta o jornal que:

cabe precipuamente à imprensa a tarefa de preparação psicológica para as reformas que hão de trazer melhores dias para a humanidade; para as reformas que, sem desfazer a comodidade de uns, tenham por mira o bem estar de todos. Incumbe à imprensa pregar e difundir os princípios de organização política, social e econômica onde cada criatura humana tenha assegurado os seus direitos fundamentais e uma justa parcela nos bens da cultura e da civilização¹⁹¹.

¹⁹⁰ Idem.

¹⁹¹ Ibidem.

O jornalismo assumia às claras a função de guia intelectual do povo. Aquelas referências ao ditador, à forma correta como administrava o país durante o Estado Novo, cedem lugar a um discurso que privilegia a democracia, no sentido em que hoje a entendemos, ou seja, de uma maior participação popular nas decisões políticas do país. Mesmo ainda durante o Estado Novo, na sua fase final, as referências a uma nova maneira de encarar a questão da liberdade, por exemplo, era uma constante. A própria Constituição de 1937, tida como a encarnação perfeita das aspirações populares, passava a ser questionada. A política e a opinião pública, refletidas nos jornais, encaminhavam os acontecimentos para a promulgação de uma nova Constituição, o que acabou ocorrendo em 1946.

O jornal deu a entender que a vontade do povo em defender a democracia deveria ser respeitada pelos dirigentes nacionais e que cabia à imprensa dirigir a caminhada nesse sentido.

Voltando à questão do presidente americano o *Diário Popular* também destacou suas palavras contrárias à ditadura. O jornal apresentava a seguinte manchete:

Não tenho a menor inclinação para ser ditador. Não possuo nenhuma dessas qualidades que poderiam fazer de mim um ditador bem sucedido. Eu possuo demasiado conhecimento sobre as ditaduras existentes, para que possa desejar, de qualquer forma, a ditadura para uma democracia como a dos Estados Unidos¹⁹².

Posteriormente a opinião pública começou gradativamente a acatar essa idéia. A entrada do Brasil na guerra ao lado dos aliados acabou sendo decisiva para isso. Em 16 de

janeiro de 1942, o *Diário* apresentava um pronunciamento de Vargas onde esse reafirmava os *propósitos pan-americanistas* que animavam o Brasil. O governo assim, resistiu o quanto pode, mas diante da presença forte dos Estados Unidos teve de sucumbir à nova onda democrática.

Em 6 de março de 1942, o jornal apresentava a seguinte frase: *Mobilização espiritual do povo contra o nazismo, integralismo e fascismo* onde fazia a seguinte conclamação:

Mobilizem-se as classes conservadoras, com a cooperação intelectual; dêem vida às rádios, aos jornais, convocando-os para um trabalho mais operoso a favor da mobilização espiritual do nosso povo. Do contrário, mais do que qualquer nazista, qualquer integralista, qualquer fascista, qualquer japonês e qualquer quinta-colunista, seremos, nós mesmos, os nossos maiores inimigos.

O *Diário Popular*, como os demais jornais, assumiu a bandeira da democracia liberal e condenou as práticas ditatoriais tão comuns no Brasil daquela época.

Seguindo nessa mesma linha de assumir a defesa da liberal-democracia e de rompimento com os países do Eixo podemos ler no *Rio Grande*:

O Brasil, honrando as tradições da política de solidariedade continental que esmalta a história da sua independência e soberania e dignificando-se no destemido cumprimento dos compromissos assumidos, com o ânimo decidido de aceitar e vencer todos os sacrifícios que lhes possam custar rompeu ontem, às 18 horas, relações com o Japão, Alemanha e Itália¹⁹³.

¹⁹² *Diário Popular*, 1º-4-1938.

¹⁹³ *Rio Grande*, 29-01-1942.

Em outra matéria do dia 21 de fevereiro de 1942 estava escrito também no *Rio Grande*:

A agressão com que esse charlatão internacional, que é Adolf Hitler, inicia as suas hostilidades diretas contra o Brasil, só poderia caracterizar-se pela legenda do bando de criminosos que reúne em partido covardia e traição.

E um pouco antes em 19 de janeiro de 1942:

Deixemos de ser neutros, o presidente Getúlio Vargas definiu a nossa atitude: 'Enquanto a guerra se desenvolvia em outros continentes, atitude do Brasil era neutral. Desde que, porém, ela atingiu o nosso hemisfério, deixamos de ser neutros'.

Essa atitude do Brasil frente à situação de guerra foi percebida pela imprensa que imediatamente formou bloco apoiando a atitude do governo brasileiro e passando a enxergar o nazismo como o causador de todos os males da humanidade. Retomando o que já foi dito anteriormente, esse marco decisivo em direção à guerra e à democracia liberal, marcaram o fim do regime de exceção.

4.2- As resistências internas ao autoritarismo de Vargas.

Quando nos referimos ao Estado Novo anteriormente destacamos que esse período da História do Brasil não se constituiu de forma homogênea como já frisamos e o advento da guerra contribuiu sobremaneira, para essa caracterização. A partir de 1942 quando o Brasil tomou o partido dos Aliados a situação internamente se tornou insustentável e vários episódios contribuíram para isso como aparece no trecho a seguir:

Os problemas do regime resultaram mais da inserção do Brasil na quadro das relações internacionais do que das condições políticas internas do país. Essa inserção impulsionou as oposições e abriu caminho a divergências no interior do governo. Após a entrada do Brasil na guerra e os preparativos para enviar à FEB à Itália, personalidades da oposição começaram a explorar a contradição existente entre o apoio do Brasil às democracias e a ditadura de Vargas. A primeira manifestação ostensiva nesse sentido foi o Manifesto dos Mineiros, datado de 24 de outubro de 1943. Não por acaso a data comemorava a vitória da Revolução de 1930. Com isso, os assinantes do manifesto queriam demonstrar que não pretendiam voltar às práticas políticas existentes na Primeira República, assinalando ao mesmo tempo, sua percepção de que a Revolução de 1930 fora desviada de seus objetivos democráticos¹⁹⁴.

O manifesto vinha assinado por figuras importantes da elite política de Minas Gerais como Afonso Arinos, Virgílio de Melo Franco, Artur Bernardes, Milton Campos, Pedro Aleixo e Odilon Braga. O manifesto defendia a instalação de uma democracia liberal e a instalação de um *verdadeiro* regime democrático no Brasil. A idéia de *verdadeiro* confrontava-se frontalmente com aquilo que o governo do presidente Vargas dizia existir no Brasil durante o Estado Novo.

No seio do próprio governo, o ministro das relações exteriores, Oswaldo aranha apoiava a abertura democrática, aliás, Aranha sempre esteve favorável a aproximação do Brasil com os EUA e enfrentou fortes opositores.. Em agosto de 1944, Aranha foi escolhido

¹⁹⁴ FAUSTO, op cit, p.383.

para presidir a Sociedade Amigos da América que reunia civis e militares da oposição, mas o clube foi fechado pelo chefe de polícia Coriolano de Góis antes da posse do ministro que acabou pedindo demissão do governo¹⁹⁵.

Outro momento importante ocorreu em dezembro de 1943 quando uma passeata de estudantes paulistas, organizada pela UNE (União Nacional dos Estudantes) foi dissolvida violentamente pela polícia. Houve a morte de duas pessoas e dezenas ficaram feridas. O episódio causou indignação e fomentou ainda mais a onda de oposição. Do lado do governo, houve resistência na medida do possível, com o governo procurando: “enfrentar as diferentes pressões, justificando a continuidade da ditadura pela existência da guerra. Ao mesmo tempo prometia realizar eleições quando a paz voltasse”¹⁹⁶.

O governo então, tomou medidas cada vez mais coercitivas, contribuindo cada vez mais para o desnudamento do regime.

O número excessivo de pessoas encarceradas dava margem à Polícia para operar em duas perspectivas diferentes. A primeira delas, a mais visível e a mais direta, era a repressão de tudo e de todos que se opusessem ou que haviam se transformado em inimigos potenciais ou objetivos do regime e de seu líder, Getúlio Vargas. A segunda perspectiva fazia parte de uma ação pretensamente secreta, mas que levava todos na sociedade a conhecer ou imaginar os perigos e a violência a que poderiam ser expostos através da exclusão impetrada pela polícia aos considerados inoportunos pelo Estado¹⁹⁷.

O governo usava assim, instrumentos de violência que assegurava a sua existência. Era um Estado forte, uno e idealista, que de uma maneira repetitiva forjava um projeto político calcado em postulados incontestáveis e que pretendeu transformar todos - ricos, pobres, burgueses, operários, homens, mulheres, crianças, brasileiros ou estrangeiros -

¹⁹⁵ idem.

¹⁹⁶ Ibidem, p.385.

em guardiões deste ideário ¹⁹⁸.Elizabeth Cancelli esclarece que a ação policial caminhava como se fosse um poder independente, paralelo e despersonalizado. A repressão e o sofrimento não eram atribuídos ao presidente ou ao chefe de polícia, brotavam como fruto de uma ação impessoal, como algo que acontecesse por si, à revelia de qualquer fato ou vontade.

À medida que avançava o fim do Estado Novo, a imprensa cada vez mais burlava a censura, o que indicava perda de poder.Em 22 de fevereiro de 1945, o *Correio da Manhã* publicou uma entrevista com José Américo de Almeida em que esse, fazia, violentas críticas ao governo.

O ano da reabertura política foi 1945. A censura desapareceu quase que bruscamente depois de uma entrevista ousada de José Américo de Almeida, cuja publicação não foi possível impedir. Além disso, Getúlio foi constrangido a marcar eleições para a presidência e parar um Assembléia Constituinte. Surgiram então novos partidos políticos: a UDN ou união Democrática Nacional, Partido da burguesia financeira urbana, ligada ao capital estrangeiro e herdeira do velho capitalismo liberal, o PSD ou Partido Social Democrático, aglutinador da velhas oligarquias agrárias e o PTB ou Partido Trabalhista Brasileiro, criado por Vargas e representativo do nacionalismo econômico e das massas operárias citadinas¹⁹⁹.

Vargas anunciou então que não se candidataria às eleições e nasceu no interior do governo a candidatura do general Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra que passou aglutinar a tendência moderada que temeu pelo fim do Estado Novo e daquilo que pudesse advir a partir de então.

Do lado dos jornais gaúchos, a tendência democratizante apareceu gradativamente e o manifesto dos Mineiros, bem como a passeata estudantil, foram

¹⁹⁷ CANCELLI, Elizabeth. “O poder da Polícia e o mundo da prisão na Era Vargas (1930-1945)”in História e Perspectivas. Uberlândia.:Universidade Federal de Uberlândia, 1992.nº 7.p.50.

¹⁹⁸ idem.

¹⁹⁹ LOPEZ, op cit,p.97-98.

destacados pelos jornais, já em franco clima de pressão da opinião pública, cujos olhos já não podiam mais ser fechados diante da repressão. Em 1º de março de 1945 o *Correio do Povo* publicou a seguinte chamada: *Promulgada, ontem, a Lei Constitucional, integra-se o país no regime democrático* em que aparecia o seguinte:

A secretaria da presidência da República acaba de entregar à Agência Nacional, para ser distribuída à imprensa de todo o país, a Lei Constitucional nº 9 de 28 de fevereiro de 1945.

A lei, precedida por uma série de considerandos onde o presidente a justificava dizendo que naquele momento existiam as condições necessárias para o funcionamento dos sistemas de órgão representativos previstos na Constituição, apresentava tecnicamente as atribuições da Câmara dos Deputados e do Conselho Federal que substituiria o antigo Senado, discriminava as novas atribuições do presidente da República, bem como impedia distinções entre brasileiros natos e naturalizados, os estados entre si e também os municípios entre si. Os princípios constitucionais como a forma republicana e representativa de governo, o governo presidencial e os direitos e garantias assegurados pela Constituição foram também destacados.

A deposição de Vargas em outubro de 1945 foi destacada pelo *Correio do Povo* como *A restituição do Brasil ao domínio da lei* reproduzida do *Globo* do Rio de Janeiro:

A súbita mutação do quadro da política nacional, operada na noite de ontem pelas forças armadas, deve ser considerada como uma solução inspirada no patriotismo pelos supremos responsáveis pela ordem pública, tão nobre e exemplar a maneira porque ela se processou, resguardando, acima de tudo as prerrogativas da justiça(...) é inquestionável que seria mais edificante se o sr. Getúlio Vargas se mantivesse nos termos de sua própria promessa, e, presidisse, com serenidade e isenção, ao pleito para o qual convocou o Brasil

à alusão, a cujas perspectivas premeditou ir sacrificando, gradualmente, no intento visível de atender à idéia tardia de seus partidários

O *Opinião Pública* em 2 de julho de 1945 referia-se à homologação da candidatura de Eurico Gaspar Dutra como os demais jornais. Fez apologia do general como candidato que iria fazer a transição para um novo governo de forma organizada e sem traumas para o país. Podemos ler:

Constituiu um imponente espetáculo a grande solenidade, sábado último, no teatro Municipal, para a instalação da primeira convenção do Partido Social Democrático, no distrito federal, com a homologação da candidatura do general Dutra. A numerosa assistência acompanhou, com verdadeiro entusiasmo, o desenrolar da cerimônia. Todos os detalhes da reunião foram irradiados e transmitidos ao povo através de alto-falantes.

Mais adiante em 16 de outubro do mesmo ano com o título: *O povo consagra o seu candidato* fazia referência ao mesmo título do jornal *Brasil- Portugal* em que fazia alusão ao comício da praça da Sé em que um grande número de pessoas compareceu para prestigiar a candidatura Dutra. O *Opinião Pública* assumiu ele também a candidatura do general e acusava a *UDN* de congregar *tipos heterogêneos de demagogos, politiquieiros despeitados e saudosistas*. Obviamente, o periódico seguia a linha dos demais de apresentar as idéias encobertas pela autoria de outro jornal, no entanto, a mensagem podia ser decodificada em outras matérias. Aliás, diga-se de passagem, o jornal até o final do Estado Novo continuou se referindo a Vargas de maneira elogiosa. As manifestações contrárias ao governo que percebemos em outros jornais não tiveram no *Opinião* muita ressonância, estando o jornal sempre no encalço da chamada *preservação da ordem*.

O Diário Popular por outro lado, em 27 de agosto de 1944 quando comemorava cinquenta e quatro anos de fundação chamou a atenção para a missão da imprensa e particularmente da sua própria missão. O artigo foi assinado por Vítor Russomano e assim se apresenta:

O jornal é um campo de luta. Mais do que o livro (reservado às elites) ele fecunda o óvulo virgem das agitações populares. Desdobra-o Fá-lo crescer(...) predis põe pela informação, os ânimos para aquela ou esta opinião. Ratifica, doutrinado, este ou aquele pensamento. A imprensa pode só fotografar a hora presente. Deve, porém, procurar o futuro. E tão importante é a missão do jornal modernamente, que as plataformas do pós-guerra já começam a se preocupar com a sua liberdade, hoje restringidas pelas circunstâncias excepcionais do momento. É preciso que, em condições normais, seu poderio corra com independência. Canaliza-lo, dirigi-lo, vigia-lo será trair seu mandato. Na imprensa, como em todos os setores da atividade política e cultural, reflete-se a causa da deflagração. De um lado, o dirigismo fascista. De outro lado, a liberdade democrática. Para conquistarmos o segundo objetivo, foi preciso esmagarmos o primeiro, mas para liquidarmos a infiltração nazista, foi preciso usarmos do jornal como arma do povo. Não há meio termo entre a liberdade e a escravidão. Não há ponto intermediário entre o justo e o injusto.

O Diário Popular através de seu articulista refletia a opinião corrente à época, ou seja, a da necessária defesa da liberdade de imprensa como única forma de salvaguardar as instituições democráticas e as impressões que apresenta que o jornal é capaz de moldar a opinião pública é absolutamente recorrente na medida em que percebemos a força que determinada informação e a maneira como é colocada ao público leitor, pode modificar toda uma percepção que esse mesmo público leitor tenha de determinado acontecimento.

Em outra matéria do dia 21 de fevereiro de 1945 o presidente da Associação Pelotense dos Funcionários Públicos de Pelotas, Dario da Silva Tavares concedeu entrevista onde dizia julgar inadiável a volta do país ao regime democrático, sinal claro de que o regime já dava sinais de esmorecimento e queda que logo viria a se confirmar. Podemos ler:

Julgo inadiável a volta do país ao regime democrático. Entretanto, para que se proceda a um pleito livre, seria necessário, a meu ver, uma série de medidas, no sentido de proporcionar ao povo brasileiro a oportunidade de realizar as suas aspirações. Os debates que se verificarão devem girar em torno de princípios, terminando-se de uma vez para sempre com a política individualista.

Dario Tavares se referia ao pleito que se aproximava e que deveria ser o mais livre possível. A edição comemorativa teve, portanto, caráter eminentemente político e o jornal o fez deliberadamente em um momento em que a democracia liberal entrou na ordem do dia no Brasil e no mundo.

O *Rio Grande* salientando a questão da abertura democrática destaca em 5 de fevereiro de 1945 entrevista com o general Góis Monteiro:

Da entrevista do atual representante do Brasil no Comitê de Emergência de Defesa Política do continente, com sede em Montevideú, destacamos os 15 seguintes pontos: 1. é fundamental a contribuição soviética na luta pela liberdade e o Brasil deve estabelecer relações diplomáticas com esse país (...) 6. o Brasil e os EUA devem continuar estreitando suas relações (...); 8. o 'golpe de estado' de 37 no qual tiveram grande responsabilidade as forças armadas, era destinado a melhor garantir a unidade nacional.

Percebe-se que no discurso acima há toda uma manipulação da opinião pública feita pelo general Góis em favor da União Soviética (agora valorizada como elemento partícipe da luta contra o Nazismo). A manutenção da idéia de que o golpe de 1937, fora a melhor solução para garantir a unidade nacional, continha a mesma idéia. Mais adiante continua dizendo o general:

9. as circunstâncias atuais são bem diferentes das de 1937. Findo o conflito, forçosamente o Brasil tem de acompanhar as profundas modificações que se operarão em todos os países; 10. somente pelo voto geral e direto se poder[á] exprimir a sanção ou não às atuais instituições políticas e sociais do país (...); 13. os oito anos de prática do atual regime deram aos brasileiros tempo suficiente para poder, hoje reconhecer os malefícios ou benefícios dessa situação (...) 15. a censura da imprensa só se justifica como medida de emergência. Como nos tempos de guerra, por exemplo.

O discurso acima fala de um cenário de 1945, diferente do de 1937, reitera a necessidade do voto geral e direto para sancionar as instituições vigentes, opõe-se à prática da censura em tempo de paz, ou seja, manipula a opinião pública que estava desde 1937, acostumada a reconhecer esses elementos como perfeitamente legítimos.

4.3- Das apologias ao Estado Novo à oposição sistemática do regime.

O Estado Novo teve como já observamos muitos defensores entre os homens de imprensa, por livre e espontânea vontade ou por pressão, o fato é que os jornais referiam-se a ele até 1942 de maneira bastante favorável. Passado esse período é que então as opiniões mudaram. Alguns jornais como *o Diário de Notícias, o Diário Popular, A Gazeta de Alegrete e A Razão* foram mais enfáticos em perceber a degradação que gradativamente foi corroendo o regime. Outros não perceberam tão rapidamente esse processo.

Em artigo do dia 11 de novembro de 1942 sob o título *O sentido brasileiro de nossa democracia, o Opinião Pública* referia-se à democracia da seguinte forma:

Tiveram grandiosidade e conteúdo político as festas comemorativas do primeiro quinquênio do Estado Nacionalista. A manifestação obedeceu ao propósito de despertara compreensão do povo, a análise da extensão dos melhoramentos e a visão do sistema de reformas no entendimento das orientações da solidez e do sentido brasileiro de nossa democracia. Os banquetes nos ministérios da Marinha e da Guerra, o desfile das tropas mecanizadas, a parada das crianças das escolas, a inauguração da formidável avenida, primeira e principal marca da revolução urbanística que surgira o Rio de Getúlio Vargas, o batimento da quilha de um caça submarino na ilha do Viana, a cerimônia simples e emocionante dos 'bônus de guerra', tudo isso teve coroamento esplêndido com a comemoração do quinquênio do Estado Nacional, organizado pelo Departamento de Imprensa e Propaganda e inaugurado no fim da tarde de ontem.

A forma como eram apresentadas as notícias referentes ao Estado Novo demonstravam a maneira como a imprensa estava formando a opinião pública para aceitar o regime de exceção como sendo uma *democracia à moda brasileira* possível diante daquele ambiente hostil cujo expoente máximo era o Nazi-fascismo. Manifestações de Getúlio Vargas estavam sempre presentes nas páginas dos jornais demonstrando a força coercitiva e ideológica do governo. Todos os aniversários do Estado Novo eram comemorados com grande alarde na imprensa e as realizações desse, fartamente comentadas numa típica manifestação de força que procurava mostrar o quanto o Brasil estava vivendo um período de modernidade.

4.4- A Abertura democrática do pós-45: A Constituição de 1946 e o coroamento democrático.

O Estado Novo durou a exata dimensão da sua possibilidade de coerção interna aliado a um quadro político externo que acabou colocando por terra os regimes autoritários na Europa e condenando nos outros países, entre eles, o Brasil, o seu fim.

Sobre a eleição do general Eurico Gaspar Dutra, Bóris Fausto esclarece que ela não chegou a empolgar devido ao número de pessoas presentes aos comícios, a campanha do brigadeiro Eduardo Gomes, seu adversário, atraiu setores da classe média dos grandes centros urbanos, em torno da bandeira da democracia e do liberalismo econômico e ela ficou conhecida como a campanha dos lenços brancos, um símbolo agitado pelos participantes dos comícios²⁰⁰.

A vitória do general mostrou o prestígio que Vargas ainda dispunha e a associação que foi feita do seu nome com o trabalhismo. Sobre a vitória de Dutra, Fausto ainda escreve:

Em uma época em que não existiam pesquisas eleitorais, a oposição foi surpreendida pela nítida vitória de Dutra. Tomando-se como base de cálculo os votos dados aos candidatos, com exclusão dos nulos e brancos, o general venceu com 55% dos votos contra 35% atribuídos ao brigadeiro. O resultado mostrava a força da máquina eleitoral montada pelo PSD (partido criado por Vargas) a partir dos interventores e o prestígio de Getúlio Vargas entre os trabalhadores. Mostrava também o repúdio da grande massa ao antigetulismo, associado aos interesses dos ricos. Não por acaso o brigadeiro recebeu o apelido de 'candidato pó-de-arroz'.²⁰¹

²⁰⁰ FAUSTO, op cit, p 397.

²⁰¹ Idem p.398.

O processo todo representou uma mudança, mas a semente do getulismo ainda continuava existindo na cabeça da maioria da população acostumada com os arroubos de exaltação e o palavreado populista.

As eleições legislativas para a Câmara e o Senado foram razoavelmente tranqüilas, as duas casas acabaram se reunindo para formarem o congresso constituinte até ser aprovada a nova Constituição. O PSD acabou garantindo maioria nas eleições, tanto na Câmara quanto no Senado, seguido depois pela UDN.

Os trabalhos que deram origem à nova Constituição foram concluídos com a sua promulgação em 18 de setembro de 1946. Sob o ponto de vista ideológico, a Constituição de 1946 tinha cunho marcadamente liberal-democrático. Em alguns pontos abria caminho para a continuidade do modelo corporativo, o Brasil foi definido como uma República federativa, estabelecendo-se as atribuições da União, Estados e Municípios e os poderes assim distribuídos: o poder executivo seria exercido pelo presidente da República, eleito por voto direto e secreto para um período de cinco anos; o Legislativo caberia ao Congresso Nacional, composto da Câmara dos Deputados e Senado. A eleição para a Câmara deveria ser realizada segundo o princípio da representação proporcional, ou seja, os deputados seriam eleitos na proporção dos votos dados a eles no âmbito de cada partido a que pertenciam. A eleição para o Senado obedeceria ao princípio majoritário, ou seja, seriam eleitos aqueles que obtivessem o maior número de votos. Cada Estado e o Distrito Federal deveriam escolher três senadores²⁰².

A Constituição de 1946 passou também a reconhecer o direito de greve, mas com a ressalva de que a sua execução seria regulada pela lei. Isso acabou de certa forma coibindo a sua manifestação.

Do ponto de vista da imprensa, houve muito alarde em torno da reconstitucionalização do país e os jornais pesquisados deram ampla divulgação à candidatura

Dutra como aquele que melhor responderia ao período de transição que se vivia no país, ou seja caminhava-se para a democracia, mas sem abrir espaços à chamada desordem que pudesse advir desse novo contexto. O *Rio Grande* nessa época apresentava muitas reportagens sobre a candidatura Dutra e a necessidade do povo em acorrer às urnas para votar nesse candidato que segundo o jornal *melhor responderia aos anseios populares*. Em matéria do dia 2 de maio de 1945 já chamava a atenção para o significado do voto que transformava homens comuns em cidadãos responsáveis pelos destinos do seu país. Quanto à figura de Getúlio Vargas, o *Rio Grande* continuou dando cobertura ao agora senador eleito naquele pleito e também futuro constituinte. *O Tempo* também manifestou-se sobre a nova situação política de maneira positiva, chamando a atenção para a conjuntura que se formava e a defesa da democracia. Em matéria do dia 7 de novembro de 1945 trouxe uma entrevista com Luiz Carlos Prestes onde esse analisava o momento político como segue:

Concedeu importante entrevista à imprensa carioca, o líder comunista sr. Luiz Carlos Prestes, da qual destacamos pontos interessantes merecedores de ampla divulgação, pois indiscutivelmente o sr. Prestes em sua entrevista abordou o assunto com energia e procurou coloca-lo dentro dos seus princípios doutrinários no seu devido lugar. Eis o que disse o líder comunista: De início perguntamos ao secretário geral do PCB como esse partido encarava a nova situação e ele nos respondeu: o partido comunista durante os últimos meses preveniu sistematicamente o proletariado e o povo contra os riscos de golpes armados e da guerra civil, lutando intransigentemente pela manutenção da ordem e da tranqüilidade indispensáveis á marcha para a democracia- E quanto ao governo que acaba de ser formado?- O novo governo é um governo de fato como o anterior, com a diferença de que suas contradições internas são ainda maiores, donde ainda existem ameaças ainda maiores de golpes e perturbações. O partido comunista do Brasil não faz política em torno de homens. Apoiou os atos democráticos do sr. Getúlio e apóia todos os atos democráticos do atual governo.

²⁰² ibidem, p.400.

A situação política do país já permitia esse tipo de manifestação e mesmo o partido comunista, tão crítico em outras épocas já agora se rendia aos chamados *princípios democráticos* do cenário que se vislumbrava ao final do ano de 1945. Em outra matéria do dia 25 de dezembro do mesmo ano, *o Tempo* destacava a figura de Vargas considerado *Um Estadista Ímpar*, ou seja, um político capaz de congregiar à sua volta : “grupos heterogêneos e antagônicos, católicos, ateus, comunistas e integralistas”. *O Correio do Povo* por sua vez divulgou amplamente as eleições constituintes e a nova Constituição. Em relato sobre os trabalhos constituintes do dia 31 de julho de 1946 destacou a fala dos oradores que lembraram a prisão dos parlamentares em 1937, bem como os ataques feitos a Getúlio Vargas. Em 7 de novembro do mesmo ano sob o título: *Os inimigos da Imprensa* reafirmava a necessidade de defesa da liberdade de expressão e de como a imprensa deveria continuar lutando pelo seu espaço. *O Diário Popular* e *o Opinião Pública* também se manifestaram prontamente com relação à volta do país ao regime democrático, fazendo grande alarde do acontecimento. Os demais, *A Razão*, *a Gazeta de Alegrete* e *o Correio Rio-grandense* enalteceram o retorno do Brasil à democracia. *O Correio Rio-grandense* saudou o novo momento político, mas não deixava de prevenir o eleitorado quanto ao perigo comunista que ainda rondava o país. Como jornal eminentemente católico, entende-se a sua postura diante desse sistema político.

Podemos depreender que a abertura democrática foi saudada com entusiasmo por todos os jornais e as críticas a tudo que tinha representado o Estado Novo ficaram por conta daqueles que se sentiram mais a vontade diante do novo cenário que estava surgindo. A censura caiu e com ela as amarras que mantinham os jornais presos ou com pouca capacidade de mobilização.

Sobre as eleições de outubro de 1945, *o Correio do Povo* no dia 3, assim se manifestou:

Convida-se o povo a reafirmar em praça pública na maior manifestação cívica de toda a sua história a sua vontade soberana de que seja convocada, imediatamente, em eleições livres e honestas, uma Assembléia Constituinte. (grifo do jornal).

O *povo* era chamado a *reafirmar a sua vontade soberana* de convocação de uma Constituinte. O mesmo jornal, sob a égide do autoritarismo, havia desqualificado essa possível aspiração do povo. Em uma outra manchete do mesmo dia, o jornal esclarecia:

*Depois do comício, terá lugar a **Marcha Luminosa** do povo em direção á sede do governo a fim de encaminhar ao chefe da Nação o seu pedido de uma Assembléia Constituinte como único caminho para a democracia, a liberdade e o progresso! (grifo do jornal).*

A marcha luminosa do povo é colocada no discurso como um acontecimento certo, que o jornal apenas estava lembrando.

Em 1946 quando já se podia falar abertamente em democracia sem se correr o risco de ser coibido, o *Rio Grande* apresentava o seguinte discurso:

Revestiu-se de excepcional brilhantismo a posse do 16º presidente da República. E com esse magnífico, solene e expressivo cerimonial, o Brasil entrou no seu período constitucional iniciado sob a simpática expectativa geral, uma era democrática com que há de realizar seus grandes destinos dentro do novo mundo de Liberdade, Justiça e de Democracia que os povos livres vão constituir por sobre os escombros do Totalitarismo esmagado pela força construtora das Nações Unidas²⁰³.

²⁰³ *Rio Grande*, 1º-2-1946.

Todo o discurso que apontava para a necessidade da manutenção da política do Estado Novo se transformava agora em repúdio àquela situação. Poderíamos pensar da seguinte maneira: seria óbvio que antes se fazia a defesa do autoritarismo porque, afinal de contas, vivia-se em regime de exceção. Essa seria a primeira impressão; no entanto, é possível falar-se em construções discursivas contrárias, nos dois casos, ou seja, no Estado Novo e no pós-Estado Novo. Construção e manipulação discursivas são aqui faces de uma mesma moeda, porque mesmo o discurso manipulado na imprensa escrita naquela época, também era um discurso construído, que fazia passar por legítima uma situação de excepcionalidade política.

A abertura ocorreu e com ela a perspectiva da democratização do país, sem riscos à chamada ordem instituída.

ELEMENTOS CONSTITUTIVOS	SÍNTESE DA REPERCUSSÃO NOS JORNAIS
2ª Guerra Mundial	<p><i>Rio Grande</i>: destaca guerra e a necessidade do Brasil em defender-se;</p> <p><i>O Tempo</i>: noticia os acontecimentos da guerra e a necessidade do Brasil em ficar ao lado dos Aliados;</p> <p><i>Diário Popular</i>: trata a guerra como um mal necessário para restabelecer a democracia no mundo e defende a democracia dos EUA;</p> <p><i>Opinião Pública</i>: rechaça a tentativa de implantação das ditaduras fascistas no mundo;</p> <p><i>Correio do Povo</i>: alinha-se à política norte-americana e repudia as ditaduras fascistas;</p> <p><i>Diário de Notícias</i>: repudia também as ditaduras e defende a democracia estadunidense;</p> <p><i>Gazeta de Alegrete</i>: destaca a importância de se defender a democracia e a necessidade da guerra;</p> <p><i>A Razão</i>: ataca as ditaduras fascistas e questiona internamente o regime;</p> <p><i>Staffetta Rio-grandense</i>: durante a guerra e por conta da política de nacionalização do Estado Novo começa a escrever em língua portuguesa e apenas relata os acontecimentos da guerra.</p>
Democratização	Os jornais enfaticamente defendem a abertura democrática

	<p>principalmente depois da tomada de posição do Brasil a favor dos aliados.O Diário de Notícias, o Diário Popular,a Gazeta de Alegrete,A Razão e O Tempo fazem mais alarde em relação à democracia e expõem de formam mais clara a contradição existente entre o fato do Brasil estar ao lagdo dos Aliados defendendo a democracia liberal e internamente continuar sustentando um regime ditatorial.</p>
--	--

CONCLUSÃO

Este trabalho tem, entre outros, o propósito de enfatizar a história política como referencial teórico, passível de contribuir para a comprovação de uma sociedade e de sua organização. Nesse sentido, o estudo da história política adquire o status que foi proposto pela história revisionista, ou seja, de que ela deve ser entendida como o confronto das várias forças sociais que tentam se organizar.

A visão da história política tradicional, que enquadrava figuras e fatos com uma certa regularidade sistêmica cede lugar ao conhecimento que permeia idéias mais amplas, descortinando a política como elemento importante no reconhecimento e evolução da sociedade.

A via de acesso escolhida para operacionalizar o estudo da história política no período de 1930-1946 - rico em movimentação política - deu-se pelo estudo de periódicos escolhidos por sua importância regional no Rio Grande do Sul.

O desenvolvimento desta tese a partir de jornais que envolvem regiões de importante significação sócio-econômica do estado permitiu identificar os vários graus de aproximação dos mesmos com o centro do poder. Na medida em que a situação ia se modificando, os jornais variavam em suas posições políticas.

Foi possível observar ao longo da elaboração deste trabalho as variações que ocorreram na política do Brasil de 1930 a 1946, sob o ponto de vista da imprensa gaúcha, percebendo que os jornais em tela, mesmo reproduzindo muitas vezes matérias dos periódicos

do sudeste do país, apresentavam peculiaridades de acordo com as regiões em que estavam inseridos.

O capítulo I analisou questões teóricas ligadas ao estudo da imprensa e sua utilização como fonte para a história, a questão do poder e a relação que os jornais tinham com ele.

O capítulo II que tratou do período de 1930 a 1934, reconheceu a criticidade dos jornais em relação ao momento político que estavam vivendo. Em relação à Revolução de 1930, por exemplo, todos eles aplaudiram-na por significar o fim da política dos governadores e por representar a ascensão do Rio Grande do Sul.

A Revolução Constitucionalista de 1932 foi tratada diferentemente de acordo com a posição de cada jornal, ou seja, situacionista, a favor do governo estadual, na figura emblemática de Flores da Cunha, que apoiou o movimento até um determinado ponto, mas depois o repudiou; ou contrário ao movimento revolucionário paulista desde seu início. Estiveram ao lado do governo estadual, o *Rio Grande* e o *Diário Popular*; os demais assumiram uma posição favorável ao governo federal. Questões políticas ligadas às rivalidades partidárias do PRR-PL, de um lado, e do grupo que acabaria fundando o PRL, explicam essa questão.

A Constituinte e Constituição de 1934 não apresentaram diferenciações nos enfoques dos jornais. Todos aplaudiram a nova Constituição e alguns, entre eles *A Razão*, o *Opinião Pública* e a *Gazeta de Alegrete*, perceberam, os passos que o governo dava em direção ao fechamento político, culminando com a Lei de Segurança Nacional de janeiro de 1935..

O Capítulo III trata dos acontecimentos que levaram ao golpe de 1937. O *Rio Grande*, *A Gazeta de Alegrete*, o *Opinião Pública*, o *Diário Popular*, *A Razão*, o *Diário de Notícias*, *O Tempo*, o *Correio do Povo* assumiram, de início uma posição crítica, mas

acabaram tendo que se submeter às imposições do Governo Federal, que utilizou-se, como instrumento de pressão, dos levantes comunistas do final do ano de 1935. O *Correio Rio-grandense* voltou-se nessa época ao enfoque de questões mais locais ou apresentava os lances da política nacional, mais como um observador à distância do que como participante. Escrevia na língua italiana e trazia títulos como “*Notícias do Brasil*”.

O capítulo IV trata do Estado Novo e seu fim. Durante sua vigência os jornais foram obrigados a acatar as diretrizes do Governo Federal, caso contrário seriam fechados. A censura, no entanto, começou a ser burlada, quando o Brasil assumiu a defesa dos interesses dos Aliados na guerra contra o Eixo e o *Diário de Notícias*, o *Diário Popular*, *O Tempo*, *A Razão*, a *Gazeta de Alegrete*, o *Opinião Pública* e o *Correio do Povo* passaram a dar ênfase ao modelo de governo democrático vigente nos EUA. Por essa via, implicitamente, criticavam o modelo autoritário do Estado Novo.

O *Correio Rio-grandense* é um exemplo acabado de submissão por questão de sobrevivência. Na década de 1940 foi obrigado a escrever em língua nacional e na medida em que, pressentia a aproximação do fim do Estado Novo liberou-se algo mais, mas foi somente depois de seu final, que escreveu, abertamente sobre a questão do cerceamento político que sofrera.

O ano de 1946 foi aberto pela imprensa com o registro da intensa movimentação nos bastidores da política. A eleição do general Dutra e a nova Constituição mostravam um Brasil mais aberto e em conseqüência uma imprensa mais. Os jornais foram mais duros nas críticas ao regime patrocinado por Getúlio Vargas. O *Diário de Notícias*, o *Diário Popular*, a *Razão*, *Gazeta de Alegrete* e o *Opinião Pública* foram destaques nessa questão. Os demais, como o *Correio do Povo*, o *Rio Grande* e o *Tempo*, fizeram referências mais amenas aos oito anos de regime que havia findado.

Em suma: a pesquisa levou a concluir que a imprensa gaúcha, na sua amostragem representativa escolhida, no período de 1930 a 1946, sofreu a influência dos interesses locais e/ou regionais, conforma sua área de abrangência. Por outro lado, foi em grande parte subsidiária dos grandes pólos de comunicação nacional, do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Os temas da política nacional, regional e local, por conseguinte, permeiam suas páginas, permitindo avaliar o peso de cada um e sua abrangência na sociedade.

Sofreu, com de resto toda a imprensa nacional com as vicissitudes políticas de uma época de grandes transformações, tanto no plano nacional como no internacional.

Pontualmente, é possível acompanhar nesses jornais a reprovação dos fatos, nas três escalas - local, regional, nacional - e, simultaneamente, o desenrolar dos mesmos no marco temporal escolhido.

São jornais representativos de um contexto dinâmico que agem providos pelas circunstâncias da vida política nacional e/ou internacional, além dos fatores da economia interna de cada um.

Bibliografia:

- ALVES, Francisco das Neves. O Discurso Político-Partidário sob o prisma da Imprensa Rio-grandina (1868-1895). Tese de Doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História do IFCH/ PUCRS, 1998.
- _____. Imprensa Gaúcha: História, Historiografia e Política. Rio Grande: Editora da FURG, 2000.
- _____. Projeto de Tese apresentado ao Curso de Pós-Graduação em História do IFCH/PUCRS, 1996.
- _____. Uma Introdução à história da imprensa rio-grandina. Rio Grande: Universidade do Rio Grande, 1995.
- _____. Visões do Rio Grande: a cidade sob o prisma europeu no século XIX. Rio Grande: Universidade do Rio Grande, 1995.
- _____. “Biblioteca Rio-grandense: textos para o estudo de uma instituição a serviço da cultura”. Coleção Pensar a história sul-rio-grandense. Francisco das Neves Alves (Org). Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2005.
- ALMEIDA Jr., Antônio Mendes de .”Do declínio de Estado Novo ao suicídio de Getúlio Vargas” in FAUSTO, Boris. O Brasil Republicano III. Sociedade e Política/ por Ângela Maria de Castro Gomes. 6ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- ARENDT, Hannah. Origens do Totalitarismo: O Anti-semitismo, instrumento de poder, uma análise dialética. Rio de Janeiro: Documentário, 1972.

- BAK, Joan Lamayson. Some Antecedents of Corporativism: state economic intervention and rural organization in Brazil- the case of Rio Grande do Sul 1890-1937. Yale University, Usa, 1977. tese de Doutorado. (mimeo).
- BAKOS, Margaret Marchiori. Flores da Cunha e sua Época in; Estudos Ibero- Americanos, 1980.
- _____. O positivismo, o republicanismo e a imprensa político-partidária do Rio Grande do Sul (1878-1888). Porto Alegre, 1981. Dissertação(Mestrado). Programa de Pós-graduação em História, PUCRS (mimeo).
- BARBOSA, Fidelis Dalcin. História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: editora Veritas, 1983.
- BARDIN, Laurence. Análise do Conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BASBAUM, Leôncio. História Sincera da República de 1930 a 1960. 5 ed.. São Paulo: Alfa-Ômega, 1985.
- BELLO, José Maria. História da República 1889-1945. 6 ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1972.
- BOBBIO, Norberto. Sociedade e Estado na Filosofia Política Moderna. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- _____. Dicionário de Política. Brasília: UNB, 1988.
- _____. O Conceito de Sociedade Civil. Rio de Janeiro: Graal, 1987.
- BORGES, Vavy Pacheco. Tenentismo e Revolução Brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais. 5Ed. Lisboa: Presença, 1986.
- CAMARGO, Aspásia. A Revolução das Elites: conflitos regionais e centralização política in Revolução de 30: Seminário Internacional. Porto Alegre: Erus, 1983.

- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. “A imprensa periódica como fonte para a História do Brasil”. In Simpósio Nacional de Professores universitários de História. São Paulo: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1971,v.2.
- CAMPOS, Derocina Alves. Flores da Cunha X Getúlio Vargas: Da união ao rompimento . Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-graduação em História do IFCH/PUCRS, 1995.
- _____. “Federalismo x Centralização: Os Antecedentes do Estado Novo” in Ensaio de História do Rio Grande do Sul. Rio Grande: Editora da FURG, 1996.
- _____. A Implantação do Estado Novo através da Imprensa Rio-Grandina. Rio Grande: Revista Biblos, 1998.
- _____. “O Conflito de 32: reflexos na política gaúcha” in Anais do VIII Ciclo de Conferências Históricas. Rio Grande: Editora da FURG, 1999.
- _____. “A Implantação do Estado Novo através da ótica do Jornal Rio Grande: o antes e o depois” in Por uma História Multidisciplinar do Rio Grande/ Francisco das Neves Alves (org.). Rio Grande: Editora da FURG, 1999.
- _____. Os Políticos Gaúchos e a Revolução de 30 in RS: História, Historiografia e Memória/ Francisco das Neves Alves (org.). Rio Grande: Editora da FURG, 1999.
- CAPELATO, Maria Helena. “Imprensa, uma mercadoria política” in História e Perspectivas. Revista do Curso de História da Universidade Federal de Uberlândia, Mg, nº. 4, 1991.
- _____. A Imprensa na História do Brasil. São Paulo: Contexto, Edusp, 1988.
- CARAVANTES, Rejane. A Crise Política de 1932 no RS: o papel de Flores da Cunha. Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História do IFCH/PUCRS, 1988.
- CARONE, Edgard. O Tenentismo. São Paulo:Difel, 1975.

- _____. A República Nova 1930-1937. São Paulo: Difel, 1974.
- _____. Revoluções do Brasil Contemporâneo 1922-1938. 2 ed. São Paulo:Difel, 1975.
- _____. Brasil, anos de crise 1930-1945. São Paulo: Editora Ática, 1991.
- _____. A Terceira República (1937-1945). São Paulo, Difel, 1976.
- _____. Movimento Operário no Brasil: 1877-1944. São Paulo: Difel, 1979.
- CASTELLO, José Carlos Bruzzi. Abusos do Poder. Rio de Janeiro: Florence, 1986.
- CASTRO, Maria Helena. “O RS no Pós-30: de protagonista a coadjuvante” in Regionalismo e Centralização Política:Partidos e Constituinte nos anos 30 (coordenação de Ângela Maria de Castro Gomes). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- CASTRO, Araújo. A Constituição de 1937. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1938.
- CHATELET, François. História das Idéias Políticas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. O que é Ideologia. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- CORAZZA, Gentil. Vargas: O Capitalismo em construção. Porto Alegre: FEE, 1989.
- CORTÉS, Carlos. Gaúcho politics in Brazil: The politics of Rio Grande do Sul, 1930-1964. Albuquerque, University of New Mexico Press, 1974.
- DACANAL, José Hildebrando e GONZAGA, Sérgio. RS: Economia e Política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.
- DEBERT, Guita Grin. Ideologia e Populismo. São Paulo:T. A Queiroz, 1979.
- DEUTSCH, Karl. Política e Governo. 2 ed. Brasília: Editora da UnB, 1983
- DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO:1930-1983. Flores da Cunha. Rio de Janeiro:Forense Universitária, 1984.
- DOSSÊ, François. A História em Migalhas: Dos Annales à Nova História. São Paulo: Ensaio, 1992.

- DINIZ, Eli. “O Estado Novo: estrutura de poder e Relações de Classe” in FAUSTO, Boris. O Brasil Republicano III. Sociedade e Política (1930-1964)/por Ângela Maria de Castro Gomes 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- DULCI, Otávio Soares. A UDN e o anti-populismo no Brasil. Belo Horizonte:UFMG, 1986.
- DULLES, John. A Faculdade de Direito de São Paulo e a resistência anti-Vargas. São Paulo: Nova Fronteira: Edusp, 1984.
- DUVERGER, Maurice. Introdução à Política. Lisboa: Estúdios Cor, 1964.
- ECO, Umberto. Conceito de Texto. São Paulo:T. A Queiroz, Edusp, 1984
- ENCICLOPÉDIA RIO-GRANDENSE.O Rio Grande Atual. Klaus Buker(org.) vol. 3. Canoas: Regional, 1957.
- ERICKSEN, Nestor.Apontamentos para a história da imprensa brasileira. Curitiba: edição “prata da casa”,1952
- _____ . o Sesquicentenário da imprensa rio-grandense. Porto Alegre: Sulina. Associação Rio-grandense de imprensa,1977.
- FALCON, Francisco. “ História e Poder” in CARDOSO e VAINFAS, R. Domínios da História. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- FAORO, Raymundo. Os donos do poder: formação do patronato brasileiro. 2ª ed.. Porto Alegre: Globo: São Paulo: Edusp, 1975.
- FARO, J.S. “ A comunicação populista no Brasil: o DIP e a SECOM” In Populismo e Comunicação. José Marques de Melo (org.). São Paulo: Cortez,1981.
- FARIA, Antônio Augusto. Getúlio Vargas e sua Época. São Paulo: Global, 1989.
- FAVERO, Leonor Lopes. Coesão e Coerência Textuais. São Paulo:Ática, 1999.
- FELIX, Loiva Otero. Coronelismo, Borgismo e cooptação política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

- _____. “ Imprensa, revolução e discurso: a construção de categorias” in RAMBO, Arthur e FELIX, Loiva Otero (orgs). Federalista A Revolução e os Teuto- brasileiros. São Leopoldo: Editora da Unisinos; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1995.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Dicionário. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.
- FIORIN, José Luiz. Elementos de Análise do Discurso. São Paulo: Contexto, 1990.
- FLORES, Moacyr. Historiografia: estudos. Porto alegre: Nova Dimensão, 1989
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Vargas: O Capitalismo em construção 1906-1954. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- FORTES, Amir Borges e WAGNER, João. História Administrativa, judiciária e eclesiástica do RS. Porto Alegre, Globo, 193.
- FORTES, Gabriel Borges. A Imprensa Gaúcha: 150 anos. Porto Alegre, SAMRIG, 1976.
- FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro : Graal, 10 ed. ,1992.
- _____. A Arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995
- FRANCO, Sérgio da Costa. A Evolução da Imprensa Gaúcha e o Correio do Povo. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro nº. 131. Porto Alegre, 1995.
- FRIEDRICH, CARL J. Totalitarismo e Autocracia. Rio de Janeiro: GRD, 1965.
- GAMBINI, Roberto. O Duplo jogo de Getúlio Vargas: influência americana e alemã no Estado Novo. São Paulo: Símbolo, 1977.
- GERTZ, René. O perigo Alemão. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1991.
- GOMES, Ângela Maria de Castro. Getulismo e Trabalhismo. São Paulo Ática, 1989.
- _____.” Confronto e Compromisso no Processo de Constitucionalização(1930-1935)” in FAUSTO, Boris. O Brasil Republicano III. Sociedade e Política. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- _____. Regionalismo e Centralização Política: Partidos e Constituinte nos anos 30. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

- HARTMANN, Ivair. Getúlio Vargas. Porto Alegre: Tchê, 1984.
- HENRIQUES, Afonso. Ascensão e queda de Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: Record, sd.
- HELLER, Wolfgang. Dicionário de Economia Política. Barcelona: Labor, 1965.
- HERNANDEZ, Leila. A ANL: Ideologia e Ação. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.
- HUDSON, Edward. Imprensa e Liberdade. Rio de Janeiro: Lidador, 1968.
- IANNI, Otávio et al. Política e Revolução Social no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. Os Subversivos da República. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- JOUNENEL, Bertrand. As Origens do Estado Moderno. Rio de Janeiro; Zahar, 1978.
- JULLIARD, Jacques. “ a Política” in LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (dir). História: Novas Abordagens. 3 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- LACERDA, Carlos. A Missão da Imprensa. São Paulo; Edusp, 1990.
- LAVERHASS Jr, Ludwig. Getúlio Vargas e o triunfo do Nacionalismo brasileiro. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1986.
- LEBRUN, Gerald. O que é Poder. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- LEVINE, Robert. O Regime de Vargas: os anos críticos 1934-1938. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1970.
- LOVE, Joseph. O Regionalismo Gaúcho. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- _____. “O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha” in FAUSTO, Boris (dir). História Geral da Civilização Brasileira- O Brasil Republicano (estrutura de poder e economia 1889-1930) 2 ed. São Paulo: Difel, 1977.
- LUCHESE, Cipriano. “Leitura com Leitura de Mundo” in Fazer Universidade: uma Proposta Metodológica. São Paulo: Cortez, 1989.
- MAAR, Wolfgang Leo. O que é Política. São Paulo: Brasiliense, 1994.

- MAGALHÃES Jr, Pró e Contra Getúlio. São Paulo: Melhoramentos, 1976.
- MAGNOLI, Demétrio. O Mundo Contemporâneo. São Paulo: Ática, 1994.
- MAINGUENEAU, D. Novas tendências em Análise do Discurso. Campinas, São Paulo: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1993.
- _____. Análise do Discurso. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
- MARTINS, Luciano. “A Revolução de 30 e seu significado político” in Revolução de 30. Seminário Internacional. Porto Alegre, Erus, 1983.
- MARX, Karl. A Liberdade de Imprensa. Porto Alegre: LPM, 1980.
- MEDEIROS, Jarbas. Ideologia Autoritária no Brasil: 1930-1946. Rio de Janeiro: FGV, 1978.
- MEDEIROS, Poty. Momentos da Vida pública II: a defesa de Flores da Cunha. Porto Alegre, Rs, 1980 .
- MELO, José Marques de (org). Populismo e Comunicação/ Maria Lúcia Prado et alii. São Paulo: Cortez, 1981.
- MONTEIRO, Rejane Penna. A Nova Polícia: a Guarda Civil em Porto Alegre (1929-1938). Dissertação de Mestrado em História do Brasil do IFCH/PUCRS, 1991.
- MORIN, Violette. Aplicação de um Método de Análise da Imprensa. São Paulo, Departamento de Jornalismo e Editoração, Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, 1970.
- MOURA, Gerson. Autonomia na Dependência: a política externa brasileira de 1935 1942. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- NETO, Geneton Moraes e SILVEIRA, Joel. Nitroglicerina pura. Rio de Janeiro 3 ed.: Record, 1992.
- NOLL, Maria Isabel. Partidos e Política no RS (1928-1937). Dissertação apresentada ao Curso de Ciência Política da Universidade Federal do RS, Porto Alegre, 1980.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Estado Novo: Ideologia e Poder. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

- ORLANDI, Eni Pulcinelli. A Linguagem e seu funcionamento: as formas do Discurso. São Paulo: Pontes, 1996.
- _____. Terra à Vista:discurso do confronto, velho e novo mundo. São Paulo: Cortez; Campinas, São Paulo: Unicamp, 1990.
- _____. As formas do Silêncio: no movimento dos sentidos 2 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
- _____. Discurso e Leitura. São Paulo: Cortez; Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 1999.
- PANDOLFI, Dulce e GRYNSPAN, Mário. Da Revolução de 30 ao golpe de 37: a depuração das Elites. Rio de Janeiro: CPDOC, 1987.
- PAULO, Heloísa Helena de Jesus. O DIP e a Juventude: Ideologia e Propaganda Estatal (1939-1945) in Revista Brasileira de História. São Paulo: Marco Zero, 1987.
- PEIXOTO , Alzira Vargas do Amaral.Getúlio Vargas, meu pai. Porto alegre: Ed. Gedo, 1960.
- PELLANDA, Nize. Flores da Cunha. Porto Alegre: Tchê, 1986.
- PESAVENTO, Sandra. RS: a economia e o poder nos anos 30. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. Série Documento.
- _____. História do RS. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.
- _____. Emergência dos Subalternos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1989.
- _____. O Brasil Contemporâneo. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1991.
- _____. “Historiografia e Ideologia”. In DACANAL, José Hildebrando & GONZAGA, Sérgio (orgs).RS: Cultura e Ideologia. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- REVERBEL, Carlos. “Tendências do jornalismo gaúcho”. In Fundamentos da Cultura Rio-grandense. Porto alegre: Faculdade de Filosofia da ufrgs,1957.
- _____. “Evolução da imprensa Rio-grandense”. In Enciclopédia Rio-grandense: O Rio Grande antigo. Canoas: Editora Regional,1956

- RUDIGER , Francisco Ricardo. História da Imprensa e Comunicação social no RS (bibliografia e notas para uma avaliação crítica). Porto Alegre: Museu de comunicação social Hipólito José da Costa, 1983.
- SAES, Décio. Estado e Democracia. Campinas, São Paulo: Unicamp, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998.
- SCHNEIDER, Edgar Luiz. Imprensa sul-rio-grandense nos séculos XIX e XX. In Fundamentos da Cultura Rio-grandense. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da UFRGS, 1962.
- SCHWARTZMAN, Simon. Bases do Autoritarismo brasileiro. Rio de Janeiro, Campus, 1982.
- _____. São Paulo e o Estado Nacional. São Paulo: Difel, 1975.
- SEITENFUS, Ricardo. O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos: 1930-1942. São Paulo: Nacional, 1985.
- SILVA, Jandira et alii. Breve História da Imprensa sul-rio-grandense. Porto Alegre: Corag, 1986.
- SILVA, Hélio. 1933: A crise do Tenentismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- _____. História da República Brasileira 1931-1933. Rio de Janeiro: Editora Três, 1975.
- _____. O Poder Militar. 3 ed. Porto Alegre: LPM, 1987.
- _____. A Constituinte de 1933. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.
- _____. Vargas: o pensamento político. Porto Alegre: LPM, 1980.
- _____. O primeiro século da República. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.
- _____. 1930: a Revolução traída. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- _____. O Ciclo de Vargas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- _____. 1944: O Brasil na Guerra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.
- SILVA, Marcos. “A História e seus limites” in História e Perspectiva. Uberlândia, 1992.

- SILVERMAN, Alvin. A Vida de um Jornal. Rio de Janeiro: Lidador, 1964.
- SKIDMORE, Thomas E. Brasil: de Getúlio Vargas a castelo Branco (1930- 1964). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- SODRÉ, Néelson Werneck. História da Burguesia Brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- _____. História da Imprensa no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- _____. Do Tenentismo ao Estado Novo. Petrópolis: Vozes, 1986.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello. Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930-1964). São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
- SOVERAL, Antônio Borges. O patriótico governo de Flores da Cunha: o trabalho alemão no RS. Porto Alegre, 1985.
- TAVARES, José Antônio Giusti. A estrutura do Autoritarismo brasileiro. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.
- TORRES, Andréa Sanhudo. Imprensa: política e cidadania. Porto Alegre: Edipucrs, 1999.
- TRENTO, Ângelo. Fascismo Italiano. São Paulo: Ática, 1986.
- TRINDADE, Hégio. “Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882-1937)” in DACANAL, José Hildebrando e GONZAGA, Sérgio (orgs). RS: economia e política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.
- _____. Poder Legislativo e Autoritarismo no RS: 1882-1937. Porto Alegre: Sulina, 1980.
- _____. Integralismo: o Fascismo brasileiro na década de 30. São Paulo: Difel, 1979.
- VEYNE, Paul. Como se escreve a História. Lisboa: Edições 70, 1983.
- VERGARA, Luís. Fui secretário de Getúlio Vargas. Porto Alegre: Globo, 1980.
- VERGARA, Pedro. Flores da Cunha na opinião de seus contemporâneos. Porto Alegre: Globo, 1933.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. História do Século XX. Porto alegre: Novo Século, 2000.

YOUNG, Jordan. Outubro de 30: conflito e continuidade na sociedade brasileira. (org. de Henry h. Keith/ S. F. Edwards). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

KOVAL, Boris. História do Proletariado Brasileiro: 1857 a 1967. São Paulo. Alfa-Ômega, 1982.

VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. O Rio Grande do Sul e a política nacional: “as oposições civis na crise dos anos 20 e na Revolução de 1930”. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.

WEBER, MAX. Ciência e Política: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 1968.

Outras Fontes de Pesquisa:

Arquivo de Getúlio Vargas

Arquivo de Oswaldo aranha

Arquivo de Flores da Cunha

Arquivo de Raul Pilla

Locais de Pesquisa:

Arquivo Municipal de Porto Alegre

Biblioteca Central da PUCRS

Biblioteca Rio-Grandense

Biblioteca Pública de Pelotas

Núcleo de Pesquisa e Documentação em História do RS (UFRGS)

Solar dos Câmara em Porto Alegre